RELATÓRIO DE GESTÃO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

▸2019



CNMP
Conselho Nacional do Ministério Público

RELATÓRIO DE GESTÃO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2019

Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 178/2019 e das orientações do órgão de controle interno.

BRASÍLIA, 2020

SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE 4

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 6

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS 7

1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 8

1.3. CONSELHEIROS 10

1.4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA 12

1.5. MODELO DE NEGÓCIOS E CADEIA DE VALOR 15

1.6. AMBIENTE EXTERNO 17

1.7. DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES 26

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS 27

2.1. ESTRATÉGIA 27

2.2. ALOCAÇÃO DE RECURSOS 29

2.3. APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DA UPC DE GERAR VALOR 29

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 30

3.1. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS 30

4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO 33

4.1. RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO 33

MACROPROCESSO 1 34

MACROPROCESSO 2 37

MACROPROCESSO 3 49

MACROPROCESSO 4 56

MACROPROCESSO 5 59

MACROPROCESSO 6 60

4.2. DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS RELEVANTES DE GESTÃO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS DO CNMP NO EXERCÍCIO 70

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS 105

5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 105

5.2. INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE NO ÂMBITO DO CNMP 117

5.3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 118

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES 119

LISTA DE QUADROS 121

LISTA DE FIGURAS 122

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) conclui mais um ano com significativos avanços na consolidação de sua arquitetura constitucional de ser mais do que um órgão de controle externo.

Para além do controle administrativo e financeiro do Ministério Público, este órgão pretende também concretizar sua finalidade de ser catalizador da unidade e da coordenação dos esforços dos que compõem os quadros do Ministério Público e do CNMP.

A atual composição desta instituição tem se dedicado a reafirmar a unidade institucional do Ministério Público brasileiro em prol dos interesses da coletividade e em consonância com a atual agenda brasileira, sobretudo de desenvolvimento econômico sustentável, de incremento da segurança jurídica e de aprimoramento da segurança pública.

Também, visa ao aperfeiçoamento da atividade de controle exercida pelo Ministério Público, o qual deve, prioritariamente, ser preventivo e orientativo, em detrimento do controle paralisante.

No que concerne à segurança pública, o CNMP busca angariar esforços para apoiar e desenvolver mecanismos e instituições dedicadas ao combate da macro e da microcriminalidade, sobretudo relativos à atuação do Ministério Público.

Desse modo, no cumprimento de sua missão constitucional, este órgão almeja o alcance da eficiência alinhada à atuação resolutiva e dialógica em atividades de impacto econômico e de tutela da segurança da coletividade.

É nesse contexto que foram realizadas diversas ações voltadas à restruturação e à modernização administrativa do CNMP, as quais compõem o presente relatório.

Entre elas, cabe ressaltar a edição da Resolução nº 200, de 10 de julho de 2019, que altera a forma de disponibilização das remunerações de membros e de servidores do Ministério Público brasileiro e do CNMP nos portais da transparência.

Em alinhamento à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), tal alteração ocorreu no intuito de promover a transparência ativa como instrumento de controle social.

Entrementes, em um cenário de contenção dos gastos públicos e de aprimoramento da atividade administrativa, foi publicada a Portaria CNMP-PRESI nº 270, de 18 de dezembro de 2019, que realizou alterações na regulamentação da concessão de ajuda de custo aos membros do Ministério Público em exercício no CNMP.

A modificação da norma visa a estabelecer a necessidade de a unidade interessada na designação de membro auxiliar consultar formalmente a Secretaria-Geral acerca da existência de disponibilidade orçamentária para fazer jus às despesas de ajuda de custo e transportes, de forma prévia à solicitação de requisição do membro do Ministério Público para exercício no CNMP.

Outrossim, tendo em vista a crescente necessidade de adoção de sistemas integrados de informação, deve-se ressaltar o compromisso deste CNMP com o aperfeiçoamento dos sistemas eletrônicos a serem utilizados.

Nesse sentido, foram firmadas duas avenças entre o CNMP e o Ministério da Economia, no intuito de aprimorar o controle de gastos com diárias e passagens deste órgão, mediante a adoção do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP do referido ministério por parte deste Conselho.

No cumprimento de sua atribuição constitucional de órgão responsável pela unidade do Ministério Público brasileiro, o CNMP realizou, em 11 de novembro de 2019, a Reunião de Unidade Estratégica.

Esse evento reuniu Procuradores-Gerais de Justiça; Corregedores-Gerais; Ouvidores e Presidentes de Associações Nacionais de Classe de todo o país, sob a coordenação do Procurador-Geral da República e Presidente do CNMP, para apresentar propostas de unidade e de fortalecimento do Ministério Público às demandas da sociedade brasileira.

No mesmo intuito de promoção de diálogo, em 16 de dezembro de 2019, o CNMP iniciou um projeto que tem por objetivo um grande desafio: estreitar o diálogo com servidores e com todos os membros do Ministério Público brasileiro de forma tecnológica e acessível.

Em formato de podcast, a versão-piloto do "Conexão MP" afigura-se como uma conversa com o Presidente deste órgão sobre os desafios que a instituição deverá enfrentar nos próximos anos e a nova forma de trabalho da atual gestão.

Pautado no compromisso com a transparência institucional e com a publicidade dessas atividades desenvolvidas, o CNMP apresenta este Relatório de Gestão de forma consolidada, com o fim de facilitar o acompanhamento e a fiscalização de sua atuação por parte do cidadão.

Sua elaboração objetivou estar alinhada aos parâmetros estabelecidos pelo art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, e pela Decisão Normativa TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019, que dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem prestar contas de suas gestões ocorridas no exercício de 2019, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação.

Para o alcance dos mencionados parâmetros, insta registrar que o presente relatório é resultado do empenho coletivo dos que compõem o CNMP. A elaboração de um documento com ênfase na integração das informações representa verdadeiro movimento da organização em fortalecer a *accountability* pública.

Nesse contexto, foi editada a Portaria CNMP-SG nº 332, de 12 de dezembro de 2019, a qual instituiu Grupo de Trabalho para a confecção do referido relatório e previu três etapas de desenvolvimento do documento, fundamentadas no trabalho integrado e coeso por parte deste órgão.

A primeira etapa representou a elaboração, que consistiu em compilar as informações mencionadas nas manifestações do Tribunal de Contas da União (TCU); a segunda, a edição, que consubstanciou a revisão da elaboração e a formatação da minuta do relatório.

Por fim, houve a etapa de validação pela Alta Administração do CNMP, considerando também as sugestões apresentadas por seus Conselheiros, haja vista tratar-se de órgão de composição plural e colegiada, constitucionalmente delineada.

Este relatório, então, é produto do esforço coletivo realizado pelo CNMP, na certeza de que esse afã de cada vez mais aprimorar a elaboração do texto conforme a dinâmica estrutura solicitada pelo TCU se perpetuará nos demais exercícios financeiros.

Além de retratar a contínua concretização das funções constitucionalmente estabelecidas ao CNMP, este texto relata o intuito de fomento a atividades que contribuam para o reconhecimento da instituição como eficiente, transparente e inovadora.

O Conselho Nacional do Ministério Público, portanto, pretende prosseguir com sua atuação sustentável e alinhada aos anseios da sociedade brasileira, como órgão de caráter nacional e concretizador do fortalecimento do Ministério Público em favor da sociedade.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

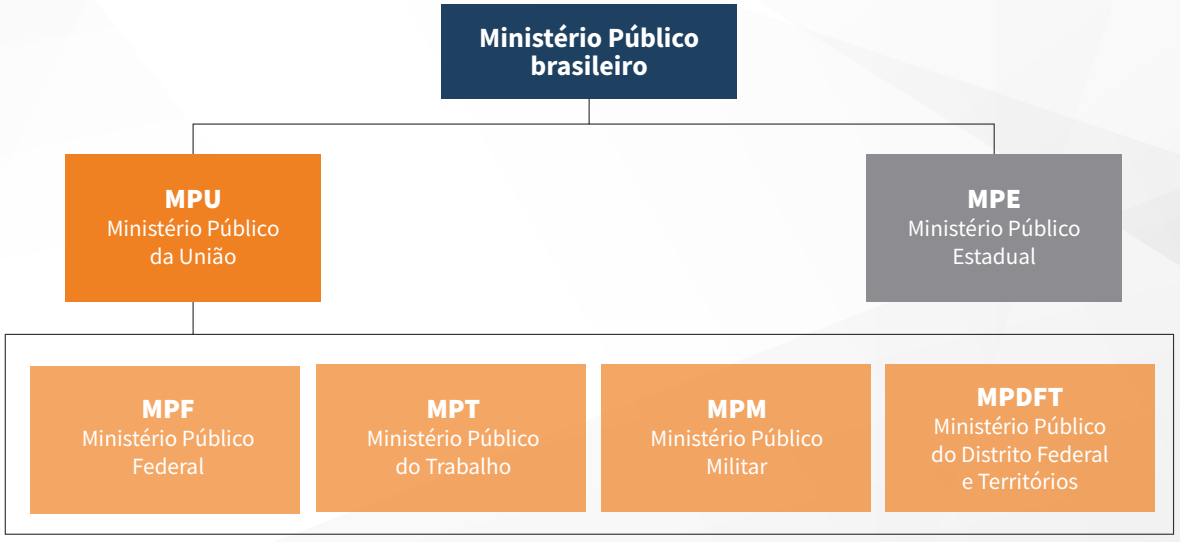


1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), criado em 30 de dezembro de 2004 pela Emenda Constitucional nº 45/2004 e instalado em 21 de junho de 2005 em Brasília (DF), atua em prol do cidadão executando a fiscalização administrativa, financeira e disciplinar de todas as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro[1].

> Nos termos do art. 130-A, § 2º, da Constituição da República de 1988 (CR/88), "compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros [...]."

Figura 1. Estrutura do Ministério Público brasileiro



1 O Ministério Público de Contas não se submete ao controle do CNMP, conforme decisão plenária durante a 16ª Sessão Ordinária realizada em 23 de agosto de 2016. Mais recentemente, foi proposta a edição de um enunciado sobre o tema, mas a proposição (n° 1.00973/2017-77) foi rejeitada pelo Plenário na 18ª Sessão Ordinária, em 26 de novembro de 2019. A rejeição da proposição, contudo, não reconhece a competência do CNMP para a matéria, apenas confirma que não é caso de edição de enunciado, já que a interpretação majoritária do Plenário deriva diretamente do texto constitucional.

O papel de controle envolve zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares no âmbito de sua competência, ou recomendar providências, imprimindo assim uma visão nacional à Instituição; zelar pela observância do art. 37 da Constituição da República e apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados.

Sem prejuízo da competência disciplinar e correcional da instituição, o CNMP estimula o controle social pelos cidadãos e entidades, que podem encaminhar reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados.

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

O CNMP se caracteriza como órgão de controle constitucional. Tal posicionamento sobre sua natureza jurídica já foi inclusive manifestado pelo Plenário do CNMP quando da apreciação do Procedimento Interno da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP nº 337/2016-92, ocorrida na 2ª Sessão Extraordinária de 2016, realizada em 14 de junho. O procedimento foi iniciado com base em deliberação do Tribunal de Contas da União, que recomendou ao CNMP a elaboração de modelo de governança com o intuito de aprimorar a atuação das organizações públicas brasileiras.

Na oportunidade se debateu a possibilidade de enquadramento do CNMP como Órgão Governamental Superior (OGS) da Administração Pública Federal, assim como a abrangência de sua atuação no exercício do controle administrativo e financeiro do MP brasileiro. O colegiado do CNMP, à unanimidade, decidiu que o Conselho não se enquadra na definição de OGS e que sua natureza é de Órgão de Controle Constitucional.

Também foi destacado que o CNMP não integra funcionalmente a União, nem as suas entidades da Administração Direta ou Indireta, tendo em vista que a Constituição da República lhe confere a função de órgão de controle externo do MP brasileiro como instituição de caráter nacional, o que abrange o controle externo do MP. Nesse contexto, verifica-se que o CNMP atua em circunstâncias relacionadas ao controle externo de relevante instituição voltada à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme o art. 127 da Constituição da República.

Outras normas direcionam a atuação do CNMP, tais como:

- a Lei Complementar nº 75/1993, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União;
- o Regimento Interno, publicado por meio da Resolução CNMP nº 92/2013;
- a Resolução CNMP nº 147/2016, que dispõe sobre o planejamento estratégico nacional do Ministério Público e do CNMP;
- a Portaria CNMP-PRESI nº 25/2018, que regulamenta o planejamento estratégico do CNMP;
- a Portaria CNMP-PRESI nº 160/ 2014, que institui os comitês de governança da Instituição; e
- a Portaria CNMP-PRESI no 95/2017, que estabelece a organização interna e as atribuições das unidades administrativas do CNMP.

Observada sua competência constitucional, bem como todos os demais normativos mencionados, e atento às necessidades da sociedade, o CNMP estabeleceu no seu planejamento estratégico, para o intervalo de 2018 a 2023, sua missão, visão e valores.

Figura 2. Missão, visão e valores do CNMP de 2018 a 2023



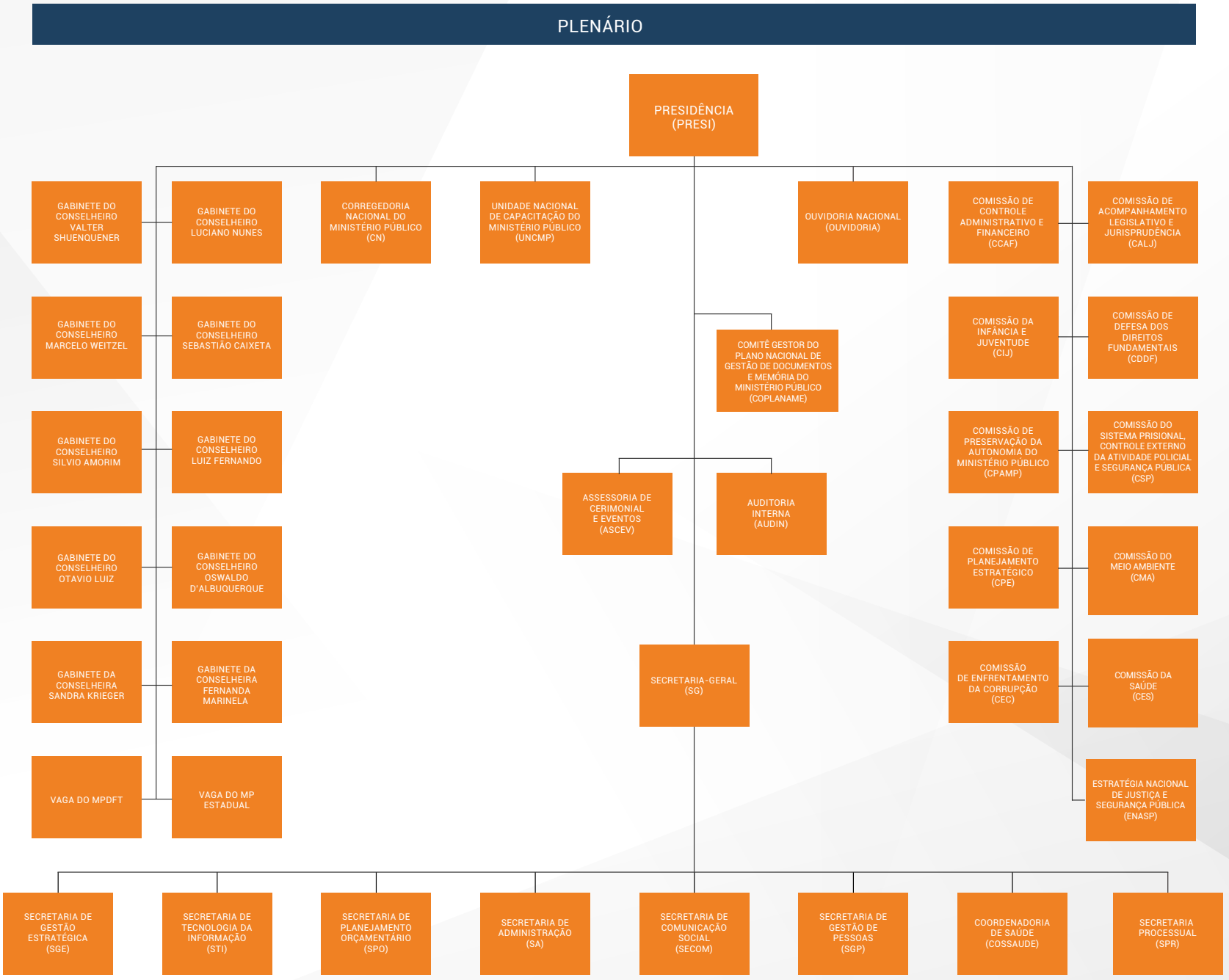
Incumbe ao CNMP promover a unidade institucional do Ministério Público brasileiro. Dessa forma, cabe ao CNMP encorajar uma atuação do Ministério Público alinhada à atual agenda brasileira, sobretudo de desenvolvimento econômico sustentável, incremento da segurança jurídica, aprimoramento da segurança pública, promoção da transparência, da desburocratização, do compartilhamento das boas práticas e do desenvolvimento da inovação. Também, cabe-lhe o aprimoramento da atividade de controle que o *Parquet* exerce nas atividades da sociedade, o qual deve, prioritariamente, ser preventivo e orientativo.

1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Nos termos do Regimento Interno do CNMP e da Portaria CNMP-PRESI nº 95/2017, a estrutura organizacional do CNMP é composta por: **Plenário, Presidência, Corregedoria Nacional do Ministério Público[2], Gabinetes dos Conselheiros, Comissões, Ouvidoria Nacional, Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público e Secretaria-Geral,** conforme figura abaixo:

2 A organização interna e as atribuições da Corregedoria Nacional foram descritas mais recentemente pela Portaria CNMP-CN nº 165/2018, pois a Corregedoria possui autonomia para disciplinar por ato próprio sua organização, conforme estabelecido no art. 16 do Regimento Interno do CNMP.

Figura 3. Estrutura Organizacional do CNMP[3]



3 Os Gabinetes dos Conselheiros foram dispostos da esquerda para a direita e de cima para baixo por ordem de precedência (biênio 2019-2021).

1.3. CONSELHEIROS

Nos termos do art. 130-A da Constituição da República e do art. 1º da Lei nº 11.372/2006, o CNMP é composto por **14 conselheiros**, que são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

Figura 4. Composição do CNMP



Os conselheiros têm como dever a participação nas reuniões do Plenário e/ou das comissões, quando convocados, com direito a palavra e voto. Cabe a eles também elaborar projetos, propostas ou estudos sobre matérias de competência do CNMP.

Atualmente, os seguintes nomes integram o CNMP.

Figura 5. Composição atual do CNMP



Presidente
Antônio Augusto Brandão de Aras
Procurador-Geral da República
Biênio: 2019/2021



Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Vaga: Ministério Público Militar
Mandato: Biênio 2020/2022



Sebastião Vieira Caixeta
Vaga: Ministério Público do Trabalho
Mandato: Biênios 2017/2019 e 2019/2021



Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Vaga: Ministério Público Federal
Mandato: Biênios 2017/2019 e 2019/2021



Vaga do MPDFT



Oswaldo D'Albuquerque
Vaga: Ministério Público Estadual
Mandato: Biênio 2019/2021



Rinaldo Reis
Corregedor Nacional do Ministério Público
Vaga: Ministério Público Estadual
Mandato: Biênio 2019/2021



Vaga do MP Estadual



Valter Shuenquener de Araújo
Vaga: Supremo Tribunal Federal
Mandato: Biênios 2015/2017 e 2018/2020



Luciano Nunes Maia Freire
Vaga: Superior Tribunal de Justiça
Mandato: Biênios 2017/2019 e 2019/2021



Sandra Krieger
Vaga: Ordem dos Advogados do Brasil
Mandato: Biênio 2019/2021



Fernanda Marinela
Vaga: Ordem dos Advogados do Brasil
Mandato: Biênio 2019/2021



Luiz Fernando Bandeira de Melo Filho
Vaga: Senado Federal
Mandato: Biênios 2017/2019 e 2019/2021

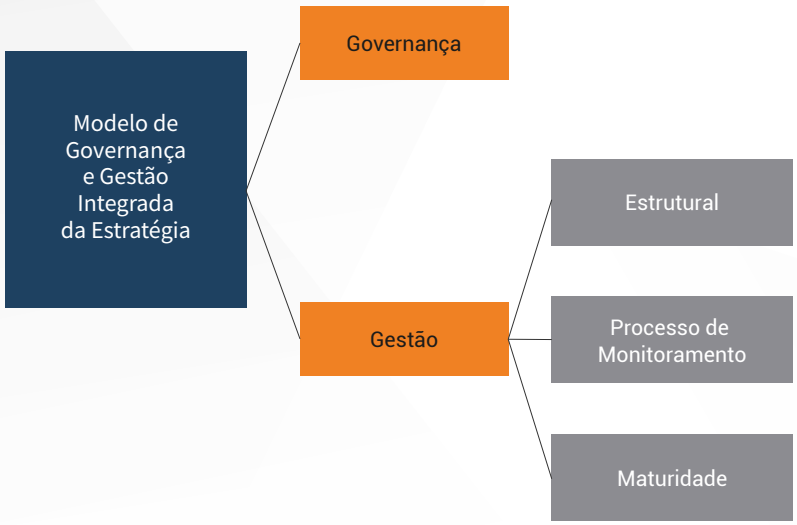


Otavio Luiz Rodrigues Júnior
Vaga: Câmara dos Deputados
Mandato: Biênio 2019/2021

1.4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

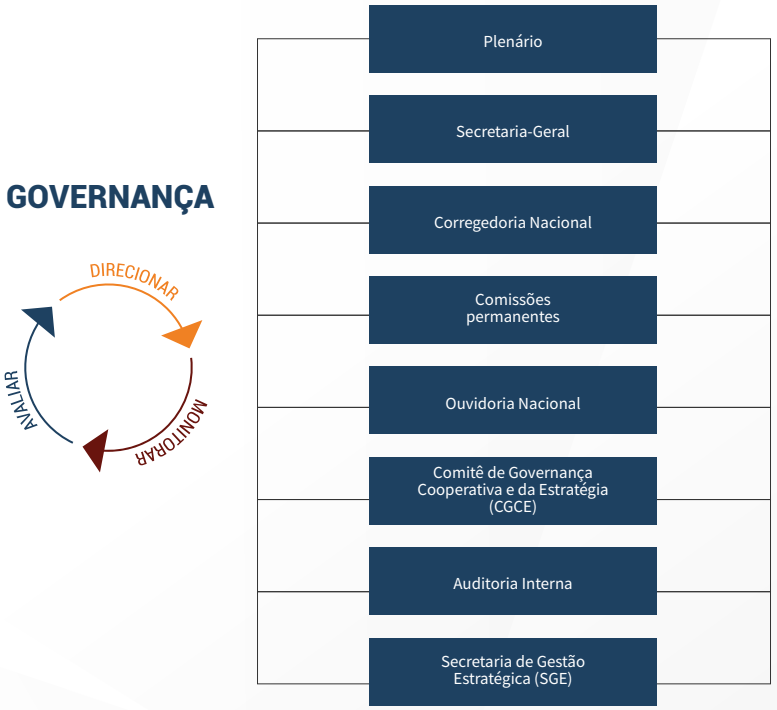
Para implementar a estratégia definida de forma alinhada com a missão institucional, o CNMP dispõe de seu modelo de governança denominado "Modelo de Governança e Gestão Integrada da Estratégia – MGGIE". Normatizado pela Portaria CNMP-PRESI nº 25/2018, o modelo se estrutura em dois eixos: governança e gestão.

Figura 6. Modelo de Governança e Gestão Integrada da Estratégia



Em relação ao primeiro eixo, governança, a Portaria CNMP-PRESI 25/2018 estabeleceu as seguintes instâncias de governança no CNMP:

Figura 7. Instâncias de Governança do CNMP

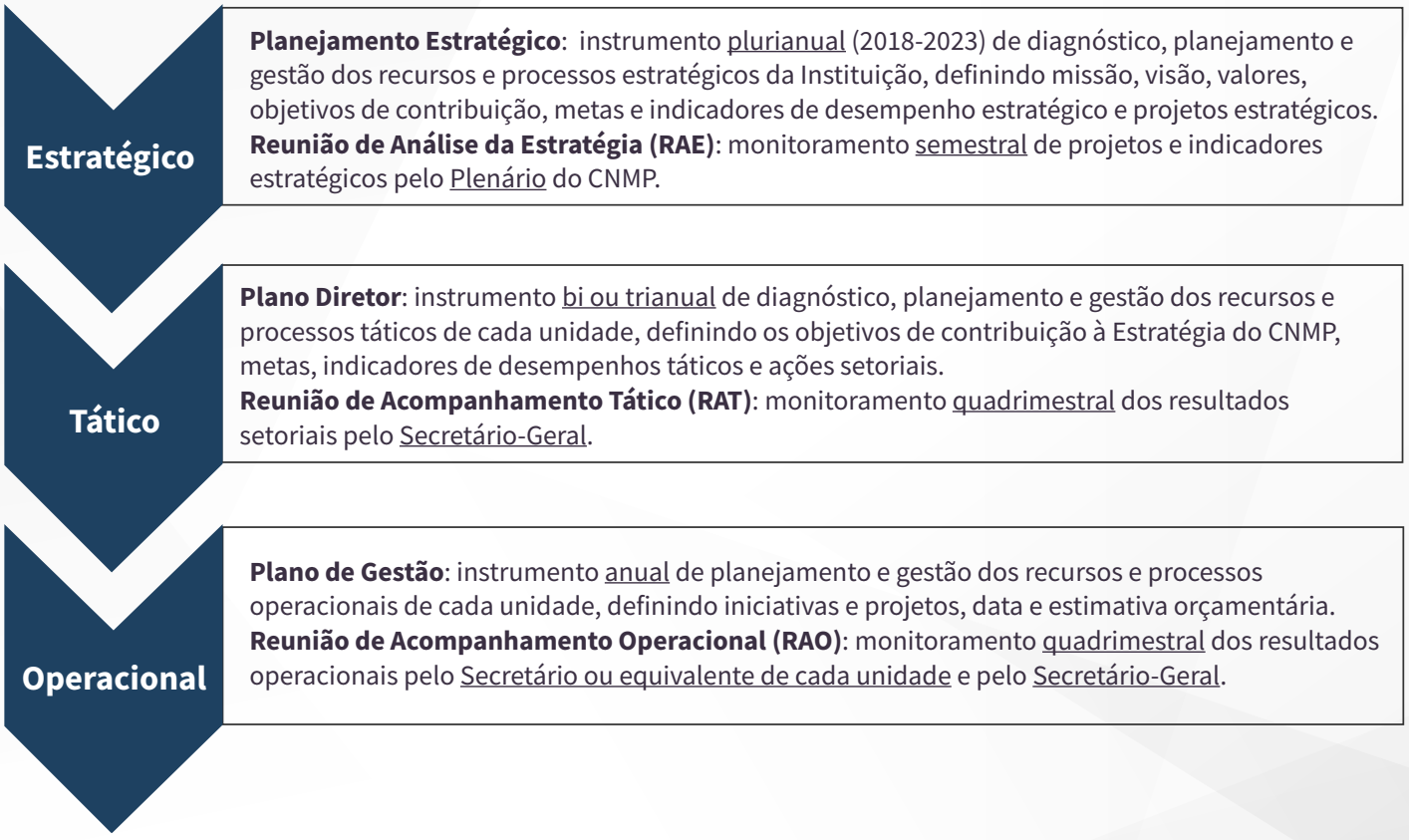


Destaca-se que o Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE), instituído por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 160/2014 e composto por representantes das unidades administrativas e finalísticas, é responsável por assessorar o Plenário, a Presidência e a Secretaria-Geral nas questões afetas à governança e à gestão estratégica do Conselho, bem como nas questões que reclamam integração intersetorial. Vinculados ao CGCE e com o objetivo de exercer a governança das ações estratégicas com maior especialidade, existem, ainda, os seguintes subcomitês temáticos:

Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI)	Subcomitê Estratégico de Comunicação Social (SECOM)
Subcomitê Estratégico de Gestão de Pessoas (SEGP)	Subcomitê Estratégico de Gestão de Riscos e Segurança Institucional (SERSI)

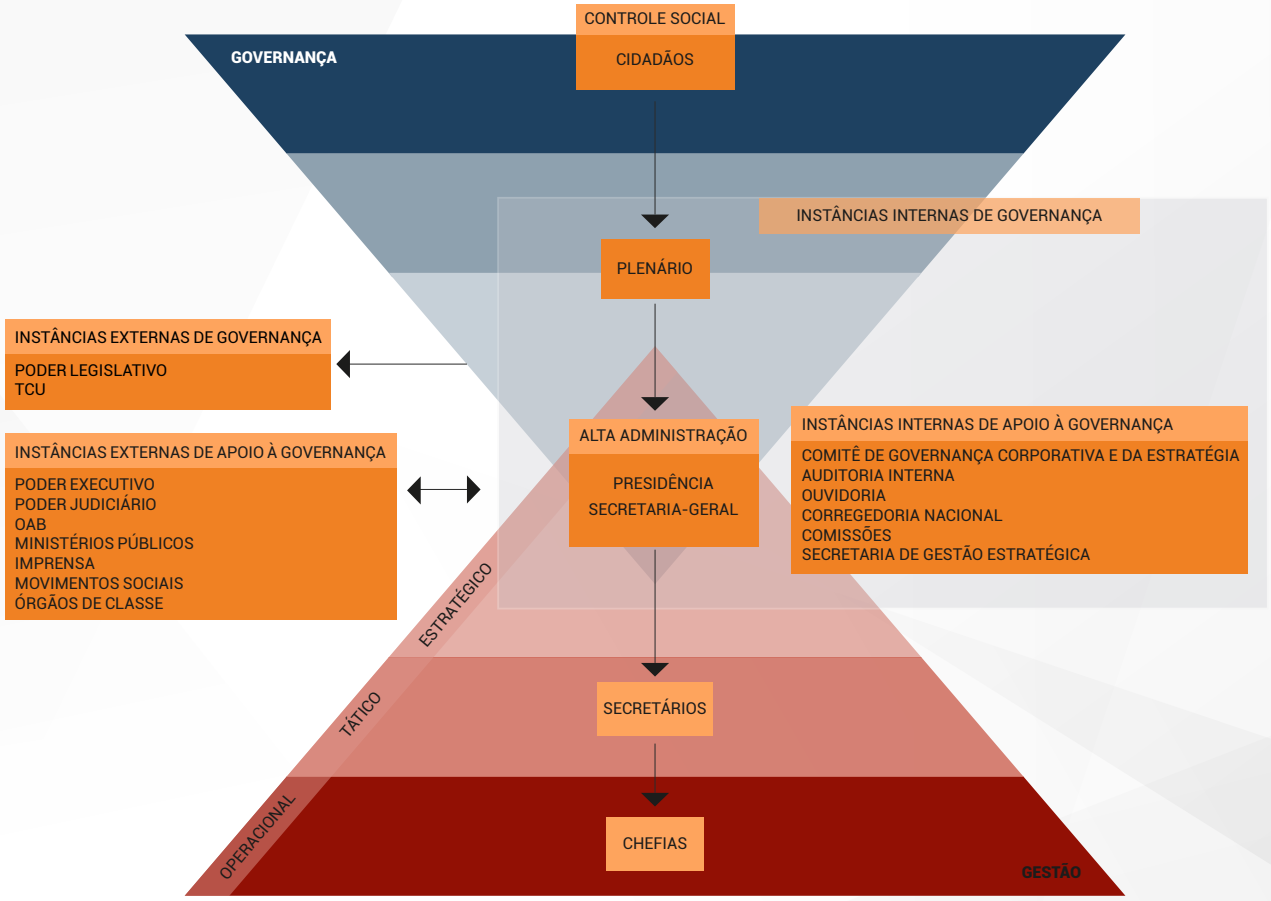
Quanto ao eixo da gestão, conforme Portaria CNMP-PRESI nº 25/2018, as dimensões estrutural e processo de monitoramento se dividem em três níveis: estratégico, tático e operacional, conforme figura a seguir:

Figura 8. Níveis de planejamento do CNMP, instrumentos e monitoramento



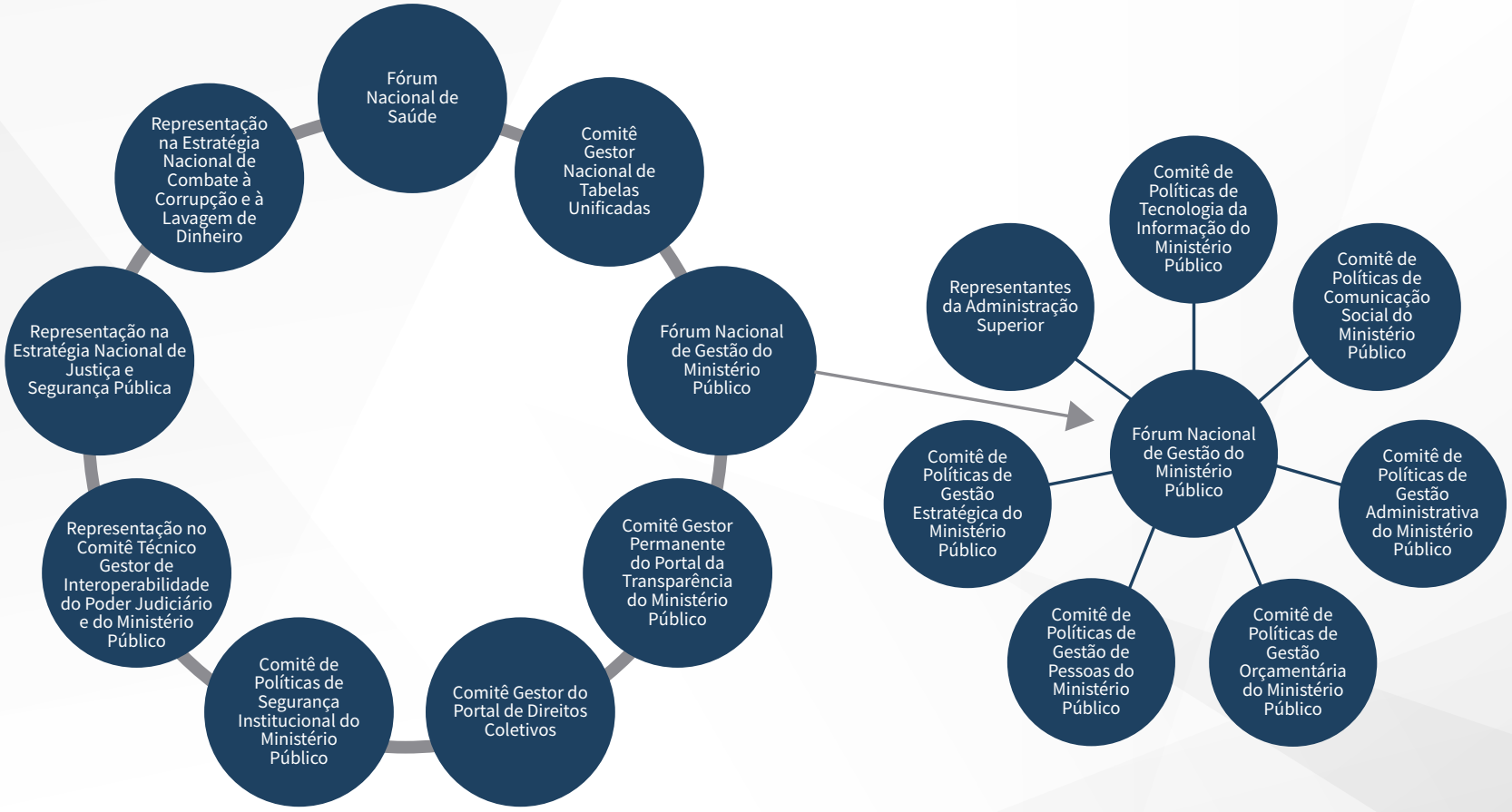
A figura a seguir apresenta de maneira esquemática o modelo de governança corporativa e de gestão do CNMP:

Figura 9. Modelo de governança corporativa do CNMP (adaptado do Referencial Básico de Governança, 2ª edição, Tribunal de Contas da União)



Já a figura abaixo apresenta as instâncias externas, sob a coordenação do CNMP, de apoio à Governança, nos termos da Portaria CNMP-PRESI nº 70/2014:

Figura 10. Instâncias externas de apoio à Governança



1.5. MODELO DE NEGÓCIOS E CADEIA DE VALOR

As entregas do CNMP, para o cumprimento de sua missão institucional e de seu planejamento estratégico, podem ser visualizadas em seu modelo de negócios conforme figura abaixo:

Figura 11. Modelo de negócios do CNMP

Nossos Insumos

Processos finalísticos

Processos instaurados = 1.133
- Plenário = 557
- Comissões Temáticas = 141
- Corregedoria Nacional = 435

Processos em andamento = 578
- Plenário = 270
- Comissões Temáticas = 103
- Corregedoria Nacional = 205

Força de Trabalho

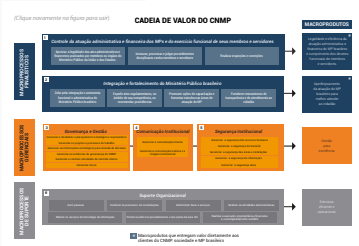
Conselheiros = 14
Servidores = 287
- Quadro Ativo = 214
- Quadro Inativo = 1
- Requisitados = 56
- Sem vínculo = 16

Estagiários = 36
Terceirizados = 137

Orçamento

Dotação autorizada = R$ 95.574.013,00
- Despesas de Pessoal = R$ 53.776.698,00
- Outras despesas correntes (custeio) = R$ 40.397.024,000
- Investimentos = R$ 1.400.291,00

Nossos Macroprocessos (Cadeia de Valor)



(Clique na figura para ampliá-la)

Nossos Produtos

Atuação finalística

Processos finalizados após apreciação = 325
- Plenário = 287
- Comissões Temáticas = 38

Decisões monocráticas proferidas = 470
Correições-Gerais realizadas = 13 *(25 unidades correcionadas)*
Julgamentos realizados = 325
Sessões plenárias realizadas = 18
Resoluções editadas = 13
Recomendações emitidas = 2
Emendas Regimentais = 2

Macroprodutos

Legalidade e eficiência da atuação administrativa e financeira do MP brasileiro e cumprimento dos deveres funcionais de membros e servidores

Aperfeiçoamento da atuação do MP brasileiro para melhor atendimento ao cidadão

Gestão para Excelência

Estrutura eficiente e operacional

Partes Interessadas

Sociedade

Ministério Público brasileiro

Órgãos de Controle Externo

Executivo

Legislativo

Judiciário

O modelo de negócios do CNMP inicia-se com a demanda de processos administrativos referentes ao controle da atuação dos membros do Ministério Público, principal entrada diretamente relacionada à atividade finalística. Para o processamento e julgamento dos processos, são necessários, essencialmente, recursos humanos e orçamentários, além de um bom gerenciamento desses processos. Assim, conforme descrito no quadro a seguir, os macroprocessos do CNMP, definidos em sua Cadeia de Valor, subdividem-se em:

Quadro 1. Macroprocessos da Cadeia de Valor

Macroprocessos da Cadeia de valor		Descrição
Macroprocessos finalísticos	Controle da atuação administrativa e financeira dos MPs e cumprimento dos deveres funcionais de seus membros e servidores	Envolve os processos e atividades relacionadas ao atendimento da atribuição constitucional do órgão, previstos no Art. 130-A, §2º, caput da CF/88. Dessa forma, esses processos configuram-se como finalísticos, pois compreendem a atividade-fim do órgão. Seguindo os incisos desse artigo da Constituição da República, assim como as atribuições determinadas no Regimento Interno do CNMP - RICNMP (Resolução nº 92, de 13 de março de 2013)
	Integração e fortalecimento do Ministério Público brasileiro	Envolve os processos e atividades relacionadas ao atendimento da atribuição constitucional do órgão, previsto no artigo 130-A, §2º, caput da CF/88. Dessa forma, esses processos configuram-se como finalísticos, pois compreendem a atividade-fim do órgão.
Macroprocessos gerenciais	Governança e Gestão	A governança corporativa compreende o conjunto de processos, regulamentos, decisões, costumes e ideias que demonstram a forma como a instituição é gerenciada, com a principal preocupação de desenvolver mecanismos para se reduzir ou eliminar os conflitos de interesse, buscando sempre as relações de transparência, eficiência e efetividade, prestação de contas e a responsabilização pelos atos da instituição e seus gestores (*accountability*).
	Comunicação Institucional	A comunicação institucional compreende o conjunto de processos, regulamentos, decisões, costumes e ideias que demonstram a forma como a instituição realiza as suas políticas de comunicação interna e externa.
	Segurança Institucional	Compreende o conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda da Instituição e de seus integrantes, inclusive no que tange à sua imagem e reputação.
Macroprocessos de suporte	Suporte organizacional	Tem o objetivo principal de prover o CNMP da devida estrutura para viabilizar a execução das atividades atribuídas ao órgão.

O maior produto do CNMP é o controle da atuação administrativa e funcional dos membros do MP. Esse serviço impacta positivamente na sociedade, pois assegura o zelo da atuação do MP e preserva os princípios constitucionais do Estado Democrático de Direitos. As partes críticas interessadas são o Ministério Público brasileiro diretamente e, indiretamente, toda a sociedade.

1.6. AMBIENTE EXTERNO

O CNMP possui como ambiente externo as necessidades sociais da população brasileira, na medida em que fiscaliza o Ministério Público brasileiro, no exercício de suas atribuições constitucionais bem como legais e infralegais.

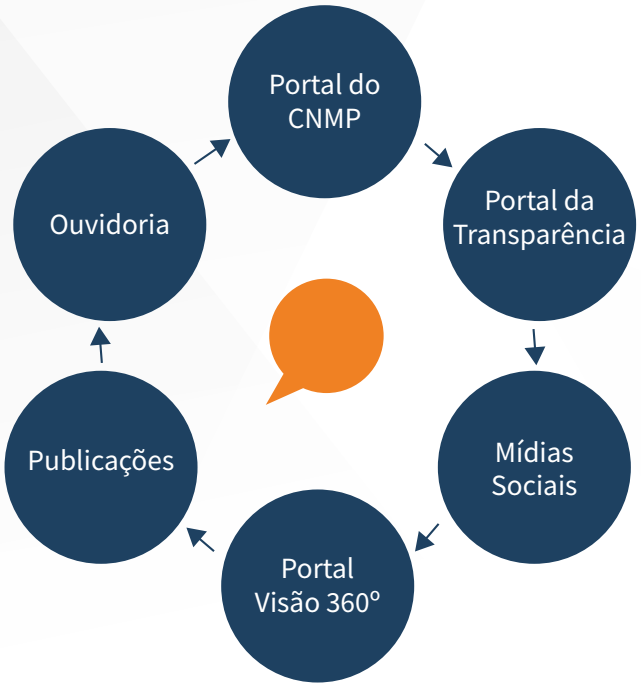
Para identificar essas necessidades, em 2019, o CNMP estabeleceu diversas formas de relacionamento com a sociedade, listadas a seguir.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

O CNMP possui canais de comunicação que visam à promoção da transparência e da prestação de seus serviços públicos digitais de forma acessível e intuitiva.

Os principais canais de comunicação com a sociedade são:

Figura 12. Principais canais de comunicação com a sociedade



A) PORTAL DA INTERNET

Veículo de comunicação mais acessado pelo cidadão, o Portal do CNMP possui uma interface acessível, intuitiva e amigável. O site oferece informações sobre a atuação do órgão, organizadas por áreas de maior procura pelo usuário. Ícones de acesso aos canais de diálogo mais relevantes, como a Ouvidoria, o Serviço de Atendimento ao Cidadão e o Portal da Transparência, encontram-se fixos na primeira página, em área de visualização privilegiada.

Entre janeiro e dezembro de 2019, o Portal do Conselho recebeu mais de **dois milhões de acessos (2.014.399)**, feitos por **623.088 usuários**. Foram **21%** a mais de usuários que no ano anterior.

B) MÍDIAS SOCIAIS

Com o objetivo de facilitar o acesso dos cidadãos à instituição, os canais de mídias sociais do CNMP trazem conteúdos de utilidade pública e de promoção da cidadania. Destaca-se que o Conselho não realiza compra de espaço de veiculação em nenhum de seus canais de comunicação.

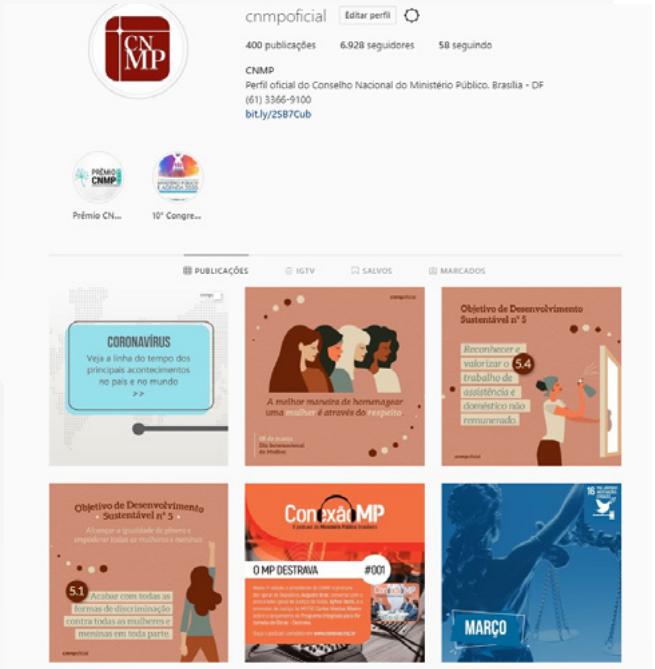
Facebook: @cnmpoficial



A página do CNMP na plataforma encerrou o ano com **176.567 seguidores**. Entre janeiro e dezembro foram **97 postagens**, que alcançaram, em média, **5.326 pessoas**.

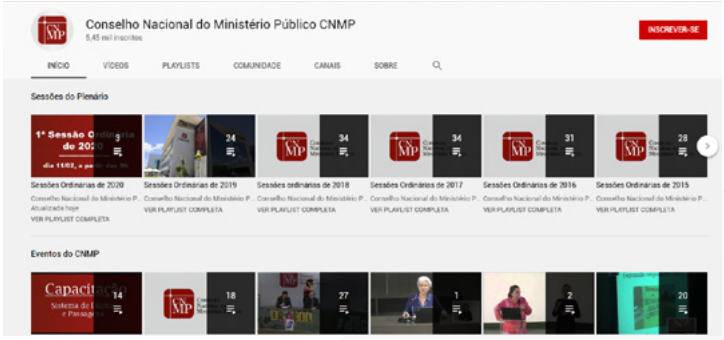
Desde 2017, a Ouvidoria Nacional do Ministério Público responde o cidadão pelo inbox da página do Facebook. O formato trouxe credibilidade ao canal, e as respostas do órgão agora são elaboradas por profissionais qualificados e treinados em atendimento ao público.

Instagram: @cnmpoficial

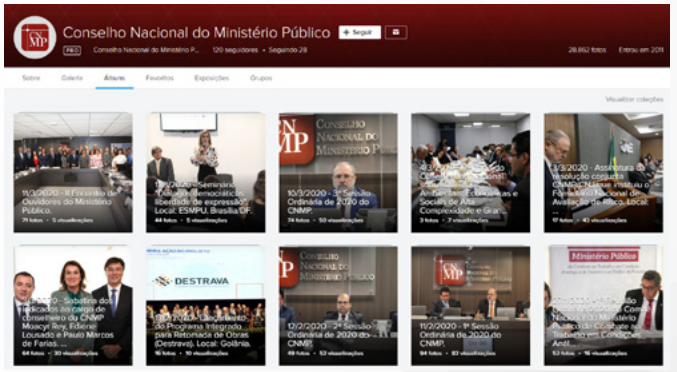


De janeiro a dezembro de 2019, o CNMP realizou **169 postagens** no perfil oficial e quase dobrou a sua base de seguidores, finalizando o ano com **6.696 perfis** que seguem a conta. O objetivo é mostrar o dia a dia e a atuação do Conselho por meio de imagens, vídeos e cards.

Youtube: conselhodomp | Twitter: @cnmp_oficial | Flickr: @ conselhodomp







O CNMP também mantém canal de comunicação no Twitter, onde possui **54.409 seguidores**, e banco de fotos no Flickr. Além disso, todas as sessões plenárias podem ser assistidas ao vivo ou, posteriormente à sua realização, por meio do canal oficial da instituição no YouTube. Até dezembro de 2019, já haviam sido publicados **727 vídeos na plataforma**.

C) PORTAL VISÃO 360º

O Portal Visão 360º possibilita, de forma moderna e interativa, o conhecimento da estratégia do CNMP, por meio de seus planos, projetos, processos e por sua governança e gestão. O objetivo é

mostrar para a sociedade e para o Ministério Público os resultados reais dos esforços da atuação do CNMP. O portal pode ser acessado em: http://www.cnmp.mp.br/portal/visao-360/inicio

D) PUBLICAÇÕES

Anualmente são produzidos livros, relatórios e revistas contendo informações compiladas sobre a atuação do Ministério Público brasileiro e do próprio Conselho. Em 2019, o CNMP elaborou 36 publicações com os mais variados temas, entre eles: controle externo da atividade policial, infância e juventude, saúde, violência contra a mulher e direitos humanos. Importante destacar que a tradicional publicação "Ministério Público – um retrato" foi incorporada a um painel de *Business Inteligence*, gerando economia de recursos e agregando em um único local as informações de todas as edições. As publicações do CNMP podem ser acessadas em: http://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes.

Com o objetivo de atender aos princípios de sustentabilidade e otimizar recursos, o CNMP regulamentou a produção de publicações, por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 12/2017, estabelecendo que, preferencialmente, as publicações do CNMP serão veiculadas em versão digital e divulgadas em seu portal eletrônico na internet.

O Ministério Público e o Controle Externo da Atividade Policial



Guia prático para implementação da política de atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência



Formulário de Avaliação de Risco FRIDA



Ministério Público, diálogos institucionais e a efetividade das políticas públicas de saúde



Protocolo de Atuação Ministerial em Crises na Segurança Pública



Revista Jurídica da Corregedoria Nacional - Edição Especial: Recomendação de Aracaju



COMUNICAÇÃO SOCIAL EM NÚMEROS

- Acessos ao portal do CNMP: **2.014.399**
- Número de postagens no Facebook: **97**
- Número de postagens no Instagram: **169**
- Número de vídeos no YouTube: **727** (desde a criação do canal)
- Número de seguidores no Twitter: **54.409**
- Número de registros fotográficos publicados no Flickr: **6.756**
- Número de notícias publicadas no site: **696**
- Número de matérias publicadas sobre o CNMP na imprensa: **15.275**
- Número de publicações: **36**
- Número de campanhas de abrangência nacional: **2**

EVENTOS QUE REPERCUTIRAM JUNTO À SOCIEDADE

Ao longo de 2019, o CNMP realizou 70 eventos, dos quais alguns merecem destaque por terem tido grande repercussão junto à sociedade.

5 Conferências Regionais de Promotoras e Procuradoras de Justiça

22 e 23 de fevereiro – Manaus/AM
29 e 30 de março – Salvador/BA
26 e 27 de abril – Goiânia/GO
7 e 8 de junho – São Paulo/SP
28 e 29 de junho – Bento Gonçalves/RS



Celebração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

30 de abril



Interações do Ministério Público na Era da Informação

7 e 8 de maio



Audiência pública – Liberdade de expressão dos membros do Ministério Público brasileiro

12 de junho



Governança à luz dos Direitos Fundamentais

16 de outubro



X Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público

22 e 23 de agosto

Prêmio CNMP 2019

22 de agosto





Reunião de Unidade Estratégica

11 de novembro



III Seminário Internacional Brasil-União Europeia

3 de dezembro



I Congresso do CNMP em alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento da Corrupção

9 de dezembro



OUVIDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Ouvidoria Nacional do Ministério Público estabelece diálogo permanente entre os cidadãos e o CNMP, contribuindo para o constante aperfeiçoamento da Instituição. O contato pode ser feito pessoalmente, por telefone ou por formulário eletrônico (mais informações aqui). Ela também tem a missão de integrar as ouvidorias do Ministério Público de todo o Brasil, com o objetivo primordial de aperfeiçoar o atendimento prestado ao usuário e os serviços disponibilizados ao público, materializado em 2019 pela execução do projeto "Rede de Ouvidorias do Ministério Público brasileiro".

Figura 13. Atendimentos pela Ouvidoria Nacional em 2019



Figura 14. Manifestações recebidas na Ouvidoria Nacional por canal

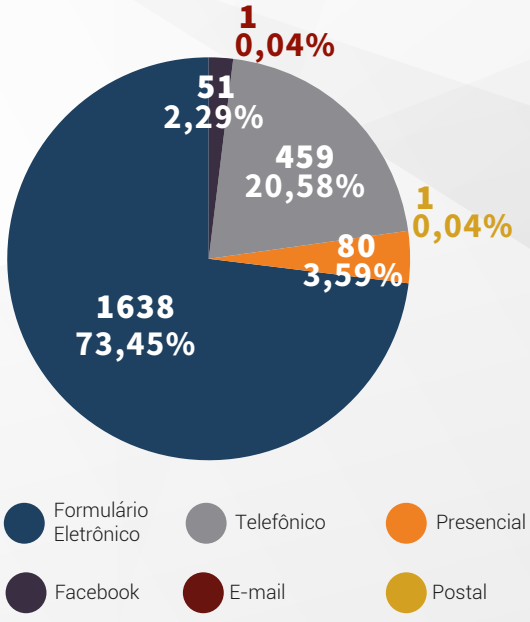
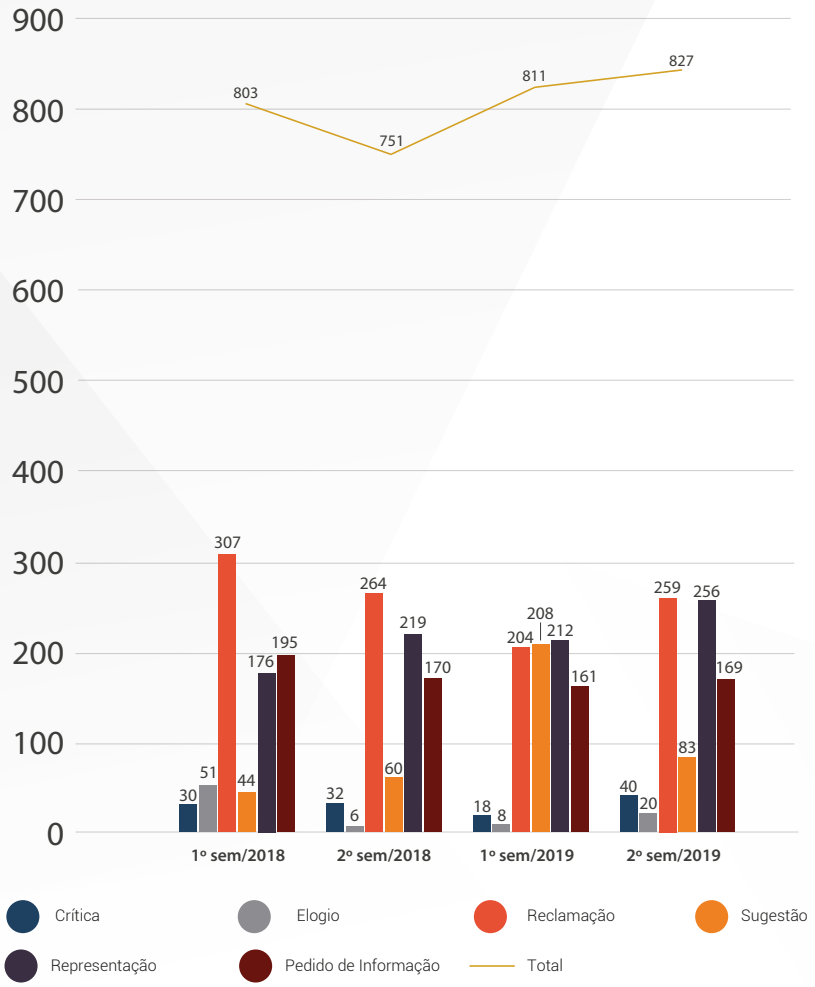


Figura 15. Manifestações recebidas pela Ouvidoria Nacional por categoria



A página "Transparência do MP brasileiro" disponibiliza informações de todos os MPs compiladas em um mesmo local, de maneira padronizada e acessível. Nesse espaço, inclusive, é possível ter acesso às planilhas de remunerações dos membros do Ministério Público atualizadas a cada mês.

Não obstante, o CNMP publicou a Súmula nº 9, que ressalta: "a existência de mecanismos de transparência ativa, como o Portal Transparência, não desobriga o Ministério Público do dever de transparência passiva, devendo prestar as informações que lhe forem solicitadas diretamente pelo cidadão, indicando, quando for o caso, sua disponibilização em sítio eletrônico da instituição."

No ano de 2019, foram registrados **330 pedidos de informação**. Todos foram atendidos pela Ouvidoria.

TEMAS RELEVANTES

O CNMP, no cumprimento de sua missão constitucional no exercício de 2019, visou à promoção social e à defesa dos direitos humanos, notadamente na perspectiva de gênero e de concretização da igualdade material, relativa aos direitos das mulheres.

A partir de outubro de 2019, sem negar a relevância dos temas já abordados, a Instituição passou a buscar, também, a eficiência alinhada à atuação resolutiva e dialógica em atividades que promovam **desenvolvimento econômico sustentável, incremento da segurança jurídica e aprimoramento da segurança pública**, envidando esforços para apoiar, desenvolver e aprimorar mecanismos e instituições dedicadas ao combate da macro e da microcriminalidade, sobretudo da atuação do Ministério Público.

Destaca-se que essa nova direção foi consequência do diagnóstico sobre os anseios da sociedade realizado para a elaboração do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público brasileiro 2020-2029. Aproximadamente 9 mil pessoas responderam a um questionário eletrônico disponibilizado no período de 8 de maio a 8 de junho de 2018, com os temas que deveriam ser prioritários na atuação do Ministério Público para o referido período. Além disso, a construção desse documento envolveu todos os ramos e unidades do Ministério Público brasileiro, por meio da realização de encontros regionais e nacionais.

O resultado desse processo de escuta ampla e democrática foi o Mapa Estratégico Nacional 2020-2029, aprovado no dia 26 de março de 2019 na 4ª Sessão Ordinária do CNMP, cuja visão para o Ministério Público brasileiro nos próximos dez anos é **"ser uma instituição com atuação resolutiva na defesa da sociedade, no combate à corrupção e criminalidade e na garantia da implementação de políticas públicas".**

Nesse contexto, passou a ser adotada a diretriz de atuação que promova participação e inovação nas pautas mencionadas, em alinhamento ao que deve permear as atividades do CNMP nos anos vindouros.

Por fim, cabe mencionar que esses temas relevantes da opinião pública influenciam sua atuação não só na atividade-fim, como também em sua atividade-meio e administrativa. Isso porque, somente com uma Administração inovadora, eficiente e de resultados, é possível ensejar uma atuação do Ministério Público brasileiro comprometida com os vetores desejados pela sociedade.

1.7. DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Para definir as atividades a serem incluídas no presente texto, cabe destacar que foi instituído Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do relatório. Assim, foi editada a Portaria CNMP-SG nº 332/2019, que designou membros para comporem o referido grupo, definiu as etapas de sua elaboração e o cronograma para sua concretização.

O conteúdo do relatório foi objeto de reunião para sua análise e, posteriormente, houve a possibilidade de envio de sugestões por parte dos Conselheiros do CNMP. Por fim, ocorreu a validação do texto pelo Secretário-Geral do CNMP. Dessa forma, verifica-se que os temas a comporem o relatório integrado foram objeto de confecção e de apreciação coletiva.

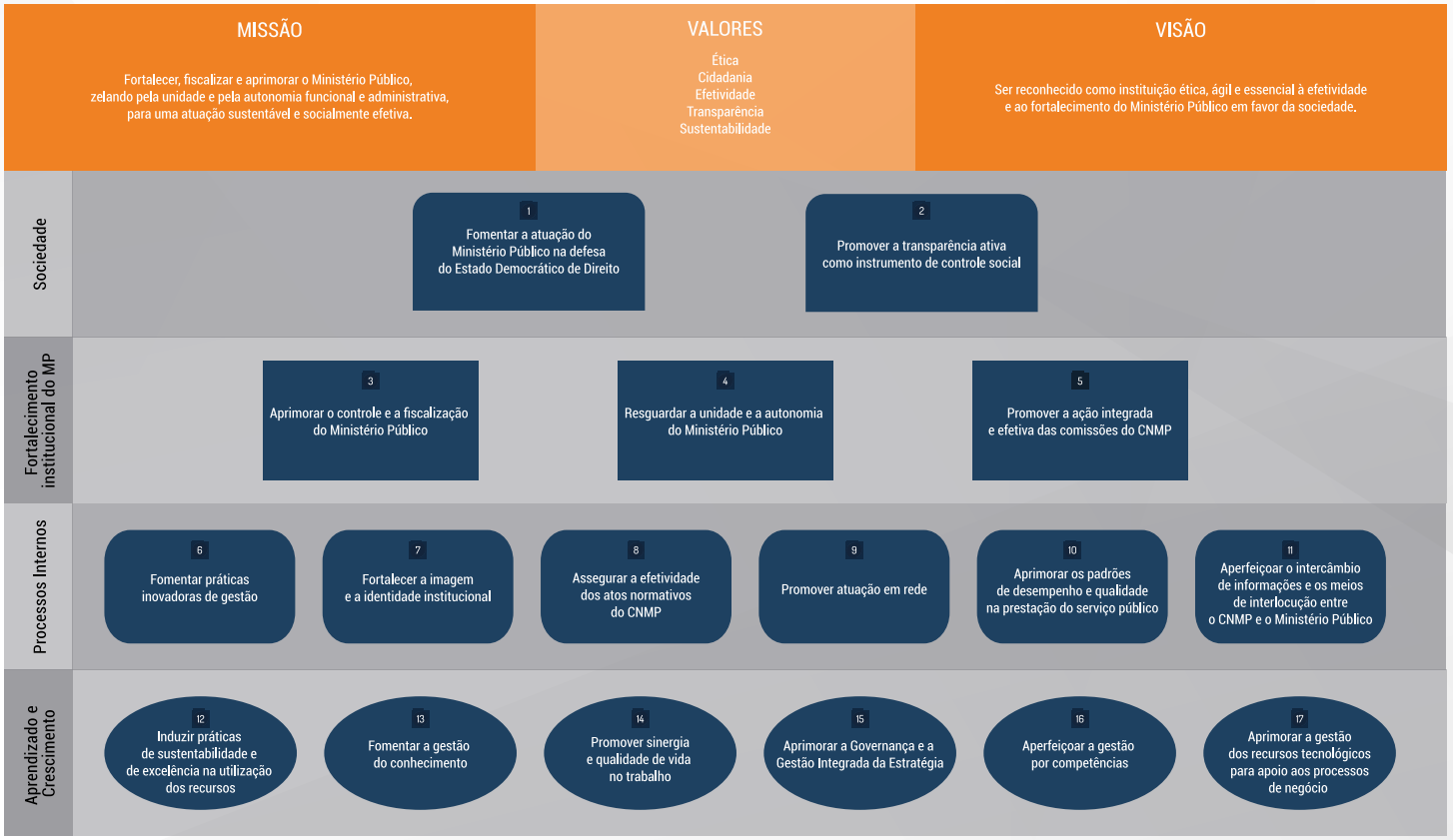
Quanto à extensão do conteúdo a ser incluído no presente documento, tem-se que não houve limitações. Por ser um órgão de pequeno porte, foi possível relatar suas atividades de gestão de forma completa e integral. Entretanto, haja vista a proposta de produção de um relatório integrado, foram destacadas as informações de maior relevância para o alcance da estratégia e com um maior aporte de recursos, sejam financeiros ou de pessoas. Esses temas foram objeto de avalição nas reuniões dos comitês de governança e/ou nas reuniões de acompanhamento da estratégia, apresentadas em capítulo próprio.

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

2.1. ESTRATÉGIA

O planejamento estratégico do CNMP (PE-CNMP), cuja vigência é de 2018 a 2023, tem por escopo aperfeiçoar seu modo de atuação, seja na área-meio, seja na área-fim. Por essa razão, o PE-CNMP foi elaborado a partir dos seis macroprocessos da Cadeia de Valor e resultou na definição de dezessete objetivos estratégicos voltados para o aprimoramento da fiscalização e do controle, o fomento à governança ativa e a utilização sustentável dos seus recursos. O órgão entende que isso somente será alcançado com inovação, atuação em rede e com a valorização de seu quadro de pessoal. O Mapa Estratégico 2018 a 2023 pode ser visualizado na figura a seguir:

Figura 16. Mapa Estratégico do CNMP 2018-2023



Ressalta-se que, na definição dos indicadores estratégicos, o CNMP adotou os indicadores de governança e gestão levantados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como um instrumento orientador de sua atuação. Nesse sentido, o CNMP vem aperfeiçoando as suas práticas de gestão e governança, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 2. Resultados no Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, 2017-2018

Índice	2017	2018
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	41%	53%
iGovPub (índice de governança pública)	55%	58%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	41%	54%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	26%	46%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	50%	53%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	35%	47%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	59%	79%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	46%	62%

Vale destacar que, **de 2017 para 2018, o CNMP melhorou sua avaliação nos 8 (oito) principais índices utilizados pelo TCU para avaliar a governança e a gestão das organizações públicas federais**. Também se ressalta que, em 2019, de posse dos resultados do levantamento, a Alta Administração elaborou plano de ação para desenvolver e implementar as boas práticas de gestão sugeridas pelo TCU. A estratégia do CNMP é acompanhada pela Reunião de Análise da Estratégia e pelo Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia.

O PE-CNMP se desdobra no nível tático por meio dos Planos Diretores, com vigência de pelo menos dois anos, e no nível operacional por meio do Plano de Gestão, com vigência anual.

Os Planos Diretores são elaborados pelas unidades, com consultoria da Secretaria de Gestão Estratégica, e acompanhados nas Reuniões de Acompanhamento Tático, quadrimestralmente. Neles, são definidos objetivos de contribuição e ações (conjunto de iniciativas e projetos), vinculados aos objetivos estratégicos. Em 2019, vigeram seis Planos Diretores[4]:

Plano Diretor de Gestão Estratégica 2019-2020	Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2019-2021	Plano Diretor de Auditoria Interna 2019-2020	Plano Diretor da Corregedoria Nacional 2017-2019	Plano Diretor da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública 2018-2019	Plano Diretor da Comissão Extraordinária de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na Área da Saúde 2019-2020

4 A perspectiva é que todas as unidades finalísticas do Conselho tenham planos diretores elaborados ou atualizados até 28 de fevereiro de 2020, para vigência até 2021.

O Plano de Gestão anual é elaborado com base nos Planos Diretores e/ou no Plano Estratégico, com iniciativas e projetos vinculados às ações e aos objetivos de contribuição ou aos objetivos estratégicos[5]. Seu acompanhamento ocorre nas Reuniões de Acompanhamento Operacional, quadrimestralmente. Em 2019, o documento foi publicado por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 190/2018.

Vale destacar que o calendário de monitoramento da estratégia de 2019 foi publicado por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 12/2019. Das 11 reuniões previstas, 8 foram realizadas (3 RAOs virtualmente, 3 RAT presencialmente e 2 reuniões do CGCE), resultando em um total de **72,7%** de cumprimento do calendário de monitoramento da estratégia. Embora nenhuma RAE tenha sido realizada no exercício, a estratégia tem sido monitorada no âmbito do CGCE.

2.2. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O planejamento dos recursos necessários para o alcance desses propósitos foi explicitado nas iniciativas e projetos do Plano de Gestão Anual, que é vinculado ao planejamento orçamentário, conforme será detalhado no tópico sobre os resultados da gestão. Vale destacar que o processo de elaboração do Plano de Gestão Anual considera também a capacidade de execução de todas as unidades, tanto da área-fim como da área-meio.

Ainda, cabe mencionar que o CNMP mede a capacidade de execução e a fidelidade ao Plano de Gestão anual por parte das unidades do CNMP nas dimensões operacional e orçamentária, por meio do Ranking do Plano de Gestão, instituído por meio da Portaria CNMP-SG n° 188/2019. Esse instrumento tem a finalidade de promover o planejamento contínuo e o reconhecimento para aquelas que se destacarem durante o exercício.

2.3. APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DA UPC DE GERAR VALOR

De acordo com as Portarias CNMP-PRESI nº 25/2018 e 188/2018, o valor gerado pelo CNMP é mensurado por meio do acompanhamento dos indicadores estratégicos do CNMP, realizado mensalmente pela **Secretaria de Gestão Estratégica**, que analisa a consistência das informações prestadas pelas áreas responsáveis, solicita saneamento e, após, atualiza as informações no Portal Visão 360º. Esses resultados também são reportados à alta administração nas reuniões do **Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE) e nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE)**.

Os resultados dos indicadores táticos e operacionais, definidos no âmbito dos planos diretores e do Plano de Gestão Anual, desdobrados da Estratégica, são reportados ao Secretário-Geral e aos demais Secretários nas **Reuniões de Acompanhamento Tático (RAT) e Reuniões de Acompanhamento Operacional (RAO)**, oportunidades em que são eventualmente identificadas necessidades de melhoria e planejadas ações de aprimoramento.

Além dessas instâncias de governança e gestão, a Estratégia do CNMP também é monitorada por sua **Auditoria Interna**, como será descrito no tópico a seguir.

5 Nas unidades que possuem plano diretor, esses projetos e iniciativas são desdobramentos das ações do plano, que, por sua vez, estão vinculadas aos objetivos de contribuição. Já os projetos e iniciativas das unidades que não possuem esse instrumento de nível tático são vinculados diretamente aos objetivos estratégicos e/ou aos macroprocessos.

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

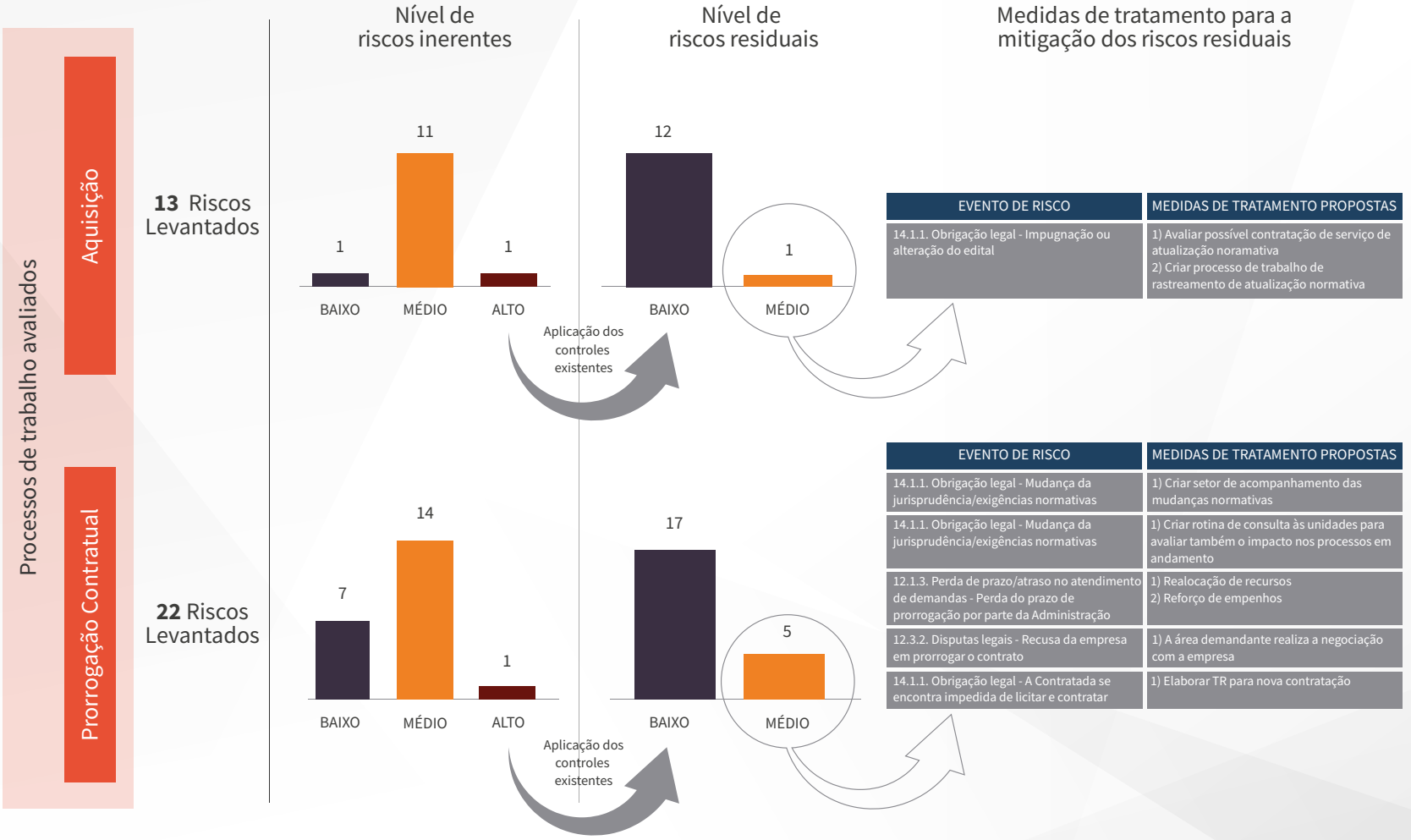
3.1. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Política de Gestão de Riscos do CNMP, instituída por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 45/2017, alterada pela Portaria CNMP-PRESI nº 200/2019, contém os conceitos, as diretrizes, os objetivos e o processo de gestão de riscos que orientam a tomada de decisões no âmbito do CNMP. Além disso, a política classifica os riscos em estratégicos, operacionais, de conformidade e de integridade, e define que objetivos estratégicos e de contribuição, ações, projetos, iniciativas, ativos e processos de trabalho são objeto da gestão de riscos. Ademais, estabelece que os riscos devem ser avaliados segundo os critérios de probabilidade e impacto, dos níveis baixo, médio, alto e extremo. Todos os conceitos e o processo de governança e gestão foram posteriormente detalhados no Plano de Gestão de Riscos, elaborado pelo Subcomitê Estratégico de Gestão de Riscos e Segurança Institucional (SERSI) vinculado ao Comitê de Governança Coorporativa da Estratégica (CGCE), instituído por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 13/2018.

A primeira versão do Plano de Gestão de Riscos foi concluída ao final de 2018, publicada na Portaria CNMP-PRESI nº 167/2018. Em 2019, a gestão de riscos, conforme previa o documento, foi implementada em um projeto-piloto, instituído por meio da Portaria CNMP-SG n° 033/2019, cujos objetos foram os processos de aquisição e de prorrogação contratual da Coordenadoria de Material, Compras e Contratos (COMCC). Verificadas as necessidades de alteração, o SERSI propôs mudanças na Política e no Plano de Gestão de Riscos, objetos das Portarias CNMP-PRESI nº 200/2019 e CNMP-PRESI nº 214/2019, respectivamente.

Os resultados do projeto-piloto estão demonstrados a seguir:

Figura 17. Resultados do projeto-piloto de gestão de riscos da COMCC



Em suma, o principal aprendizado foi a necessidade de elaboração de um método estruturado específico para a gestão dos riscos e oportunidades relacionados à estratégia, o qual será implementado posteriormente. Até o momento, o CNMP dispõe apenas de um modelo de gestão dos riscos dos processos de trabalho do terceiro nível da Cadeia de Valor. Contudo, a Instituição visa a estabelecer um conjunto de normativos que objetiva, a um só tempo, instituir processos de acompanhamento e monitoramento de variáveis externas e internas que ofereçam riscos à execução da estratégia da instituição e aumentem a probabilidade de atingir os objetivos estratégicos fixados e as entregas dos processos de trabalho.

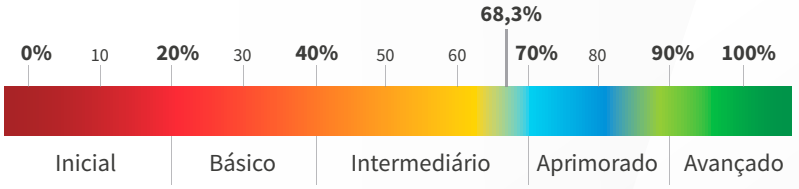
Destaca-se a Auditoria Interna (AUDIN) como uma das instâncias de governança e como órgão técnico de controle interno do CNMP com a atribuição de verificar a legalidade dos atos e processos executados pela instituição, realizando a fiscalização da gestão contábil, financeira, operacional, orçamentária, patrimonial e de pessoal, além da execução dos programas de trabalho quanto à legalidade, legitimidade e moralidade (vide Regimento Interno da Auditoria Interna do CNMP).

Em 2019, a AUDIN desenvolveu trabalho de auditoria de planejamento estratégico, cujo objetivo foi a avaliação dos indicadores instituídos, bem como a avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos.

Na ocasião, foram realizadas análises que recomendaram o aprimoramento de alguns indicadores relacionados a cálculo, metas e fluxos de informação no âmbito da Secretaria de Gestão Estratégica.

A avaliação dos controles internos instituídos decorre do **Questionário de Avaliação de Controles Internos (QACI)**, o qual apresentou como resultado a pontuação de 41 pontos de um total de 60, o que equivale a 68,3%. Assim, a maturidade dos controles internos referentes ao gerenciamento de riscos alinhados à estratégia e aos objetivos do CNMP se encontra no nível INTERMEDIÁRIO.

Figura 18. Maturidade dos controles internos referentes ao gerenciamento de riscos alinhados à estratégia e aos objetivos do CNMP



Os questionamentos do QACI foram elaborados com base no *framework* COSO - ERM (2017), adaptado à realidade do CNMP. O referido *framework* destaca a importância de se considerar os riscos tanto no processo de estabelecimento da estratégia quanto na melhoria da performance da organização e apresenta 20 (vinte) princípios organizados em 5 (cinco) componentes inter-relacionados: Governança e Cultura; Estratégia e Definição de Objetivos; Performance; Análise e Revisão; e, finalmente, Informação, Comunicação e Divulgação.

Aderir a esses princípios pode conferir à organização uma razoável expectativa de que ela entende e se esforça para gerenciar os riscos associados à sua estratégia e a seus objetivos. Dessa forma, observou-se que o CNMP está bem próximo de atingir o nível "**Aprimorado**" na maturidade dos controles internos referentes ao gerenciamento de riscos, à medida que a implementação da Gestão de Riscos ocorra em toda a organização e após a implementação do modelo de gestão de riscos estratégicos.

4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

4.1. RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO

A governança e a gestão do CNMP possuem o seguinte encadeamento lógico:

CADEIA DE VALOR

- 6 macroprocessos ("Controle da atuação administrativa e financeira dos MPs e do exercício funcional de seus membros e servidores"; "Integração e fortalecimento do Ministério Público brasileiro"; "Governança e Gestão"; "Comunicação Institucional"; "Segurança Institucional"; e "Suporte Organizacional")

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

- 17 Objetivos estratégicos vinculados aos macroprocessos
- 36 indicadores cuja soma resulta no índice de Cumprimento da Estratégica e vincula a meta física orçamentária (Portaria CNMP-PRESI nº 188/2018)

PLANOS DIRETORES (TÁTICOS)

- Objetivos de contribuição vinculados aos objetivos estratégicos
- Ações (conjuntos de iniciativas e projetos)

PLANO DE GESTÃO (OPERACIONAL)

- Iniciativas e projetos vinculados aos objetivos de contribuição ou aos objetivos estratégicos

Em 2019 objetivou-se cumprir 85% (oitenta e cinco por cento) da estratégia, tendo, ao final, sido cumprido 77,88% (setenta e sete vírgula oitenta e oito por cento).

A seguir, serão descritos os principais resultados, dificuldades e desafios relativos a cada macroprocesso e objetivos estratégicos, sendo que:

- **Os projetos e as iniciativas de destaque foram indicados pelas próprias unidades executoras no contexto de cumprimento da missão e visão do CNMP;**
- **Embora os projetos e as iniciativas possam impactar mais de um objetivo estratégico, foram vinculados apenas com aquele objetivo estratégico ou macroprocesso de maior alinhamento;**
- **Os indicadores possuem nota máxima de 10 (pontos) para quando alcançam ou superam a meta.**

MACROPROCESSO 1

Controle da atuação administrativa e financeira dos MPs e do exercício funcional de seus membros e servidores

Descrição: envolve os processos e as atividades relacionadas ao atendimento da atribuição constitucional do órgão, previstos no art. 130-A, §2º, *caput* da CR/88. Dessa forma, esses processos configuram-se como finalísticos, pois compreendem a atividade-fim do órgão, seguindo os incisos desse artigo da Constituição da República, assim como as atribuições determinadas no Regimento Interno do CNMP - RICNMP (Resolução nº 92/2013).

Orçamento vinculado



98,44%
ORÇAMENTO EXECUTADO
PLANO DE GESTÃO 2019

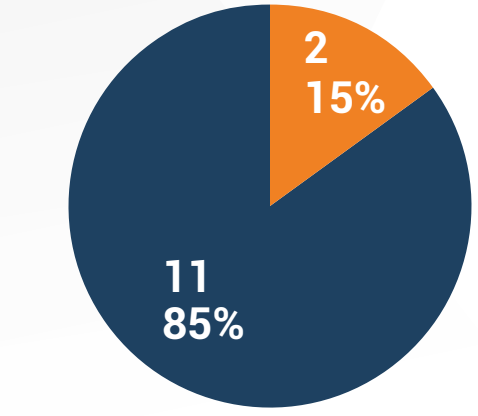
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS

3

Aprimorar o controle e a fiscalização do Ministério Público

Descrição: Aperfeiçoar qualitativamente os mecanismos de controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Total de
13
PROJETOS/
INICIATIVAS

3 UNIDADES ENVOLVIDAS

CCAF, CN E OUVIDORIA

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A CCAF realizou encontros institucionais com os Ministérios Públicos e as Procuradorias da República nos Estados de Santa Catarina, Pará e Acre, com o objetivo de coletar informações relacionadas a projetos de enfrentamento da corrupção e de boas práticas de governança e gestão administrativo-financeira. Instaurou-se, também, Procedimento Interno de Comissão relacionado a cada um dos encontros realizados, para levantamento, compilação e organização das boas práticas administrativas de cada Ministério Público, para ulterior conhecimento pelo Plenário do CNMP e divulgação nacional, com a especial intenção de que sejam replicadas, resguardadas as especificidades e particularidades locais e a autonomia institucional.
- A CCAF instituiu o Grupo de Trabalho (GT) de Fomento ao Aprimoramento da Governança, Controles Internos e Transparência nos Municípios, com a intenção de empreender estudos tendentes a subsidiar a atuação do CNMP. O GT elaborará, ao final de seis meses, relatório parcial de suas ações e, ao final do período de funcionamento (um ano), relatório circunstanciado das atividades realizadas e dos resultados alcançados, com o objetivo de propor boas práticas de atuação do Ministério Público quanto ao objeto de sua criação, sem prejuízo de outras iniciativas que venham a se considerar correlatas.
- A CN estudou a implementação da informatização dos processos de Correições e Inspeções. Nesse sentido, será implementada a correição eletrônica, o que garantirá maior segurança no fluxo de documentos e materiais e maior economia financeira. A eficiência, por sua vez, também será assegurada, diante do emprego dos recursos tecnológicos mais adequados para a obtenção menos custosa de resultados seguros e céleres.
- A CN realizou correições temáticas, em atendimento às diretrizes estabelecidas na Carta de Brasília, que estabeleceu diretrizes visando à modernização do controle da atividade extrajurisdicional pelas Corregedorias, bem como o fomento à atuação resolutiva do Ministério Público. Nesse contexto, insere-se a proposta de realização de correições temáticas, focadas em áreas sensíveis de direitos fundamentais.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Prescrição de Processos Administrativos Disciplinares (PAD)

DESEMPENHO = 91,67%
META 2019 = 0,00%
MEDIÇÃO 2019 = 8,33%
POLARIDADE: NEGATIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

Prescrição de Reclamações Disciplinares (RD)

DESEMPENHO = 100,00%
META 2019 = 3,0%
MEDIÇÃO 2019 = 1,49%
POLARIDADE: NEGATIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

Tempo médio de tramitação dos Procedimentos de Controle Administrativo (PCAs)*

DESEMPENHO = 68,10%
META 2019 = 195 DIAS
MEDIÇÃO 2019 = 257 DIAS
POLARIDADE: NEGATIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICIÊNCIA

* Houve um aumento no tempo médio de tramitação que é atribuída à mudança de composição e ao cancelamento de duas sessões plenárias no exercício.

Tempo médio de tramitação dos procedimentos de natureza disciplinar (PAD, RPD e PAVOC)*

DESEMPENHO = 59,93%
META 2019 = 295 DIAS
MEDIÇÃO 2019 = 413 DIAS
POLARIDADE: NEGATIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICIÊNCIA

* Houve um aumento no tempo médio de tramitação que é atribuída à mudança de composição e ao cancelamento de duas sessões plenárias no exercício.

Cumprimento de Decisões Plenárias

DESEMPENHO = 92,11%
META 2019 = 100,00%
MEDIÇÃO 2019 = 92,11%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

Cumprimento dos itens recomendados nas inspeções e nas correições

DESEMPENHO = 37,13%
META 2019 = 55,00%
MEDIÇÃO 2019 = 20,42%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

MACROPROCESSO 2

Integração e fortalecimento do Ministério Público brasileiro

Descrição: Envolve os processos e atividades relacionadas ao atendimento da atribuição constitucional do órgão, previsto no artigo 130-A, §2º, caput da CF/88. Dessa forma, esses processos configuram-se como finalísticos, pois compreendem a atividade-fim do órgão.

Destaca-se que no Plano de Gestão 2019 também foram executados 4 projetos/iniciativas vinculados diretamente ao macroprocesso, sem, portanto, estarem alinhados aos objetivos estratégicos. Todos foram concluídos.

Orçamento vinculado



94,46%
ORÇAMENTO EXECUTADO
PLANO DE GESTÃO 2019

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS

1

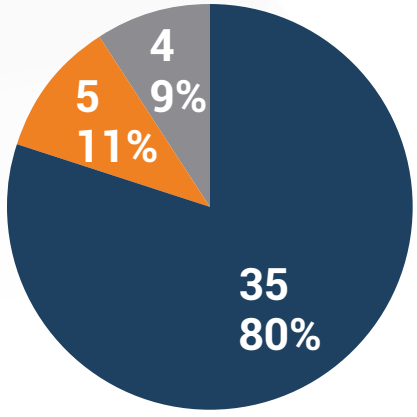
Fomentar a atuação do Ministério Público na defesa do Estado Democrático de Direito

Descrição: Estimular a atuação do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS

Existe 1 (um) objetivo de nível tático relacionado ao objetivo estratégico, constante do Plano Diretor da Comissão de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do MP na Saúde, qual seja: "Atuar na defesa do acesso e qualidade da Atenção Básica em Saúde".

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Total de
44
PROJETOS/
INICIATIVAS

Concluído Cancelado Replanejado

9 UNIDADES ENVOLVIDAS

CALJ, CDDF, CEC, CES, CIJ, CMA, ENASP, PRESI E UNCMP

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A CIJ, por meio do GT Escuta Protegida, elaborou o Guia Prático para Implementação da Política de Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência (Lei nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.603/2018), voltado para Juízes de Direito, Delegados, Psicólogos e Assistentes Sociais judiciários.
- A CIJ, por meio do GT Aprendizagem, elaborou a Recomendação CNMP nº 70/2019, que dispõe acerca da atuação conjunta entre o Ministério Público do Trabalho e os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios visando ao enfrentamento do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes e jovens; e o Guia Orientações para a atuação do Ministério Público na Promoção do acesso de adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade a programas de aprendizagem e cursos de qualificação profissional.
- A CIJ, por meio do GT Sinase, elaborou a Resolução CNMP nº 204/2019, que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações, pelos membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional; elaborou o levantamento nacional sobre a execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade intitulado Panorama da Execução dos Programas Socioeducativos de Internação e Semiliberdade nos Estados Brasileiros; propôs à Procuradoria-Geral da República que pleiteasse a destinação de parte dos recursos tratados na ADPF nº 568/2018 para o SINASE, logrando êxito na obtenção de 100 milhões de reais, cuja execução dar-se-á no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

- A CES elaborou o manual "A atuação do Ministério Público em face das Organizações Sociais de Saúde". O documento é uma ferramenta de reflexão institucional, envolvendo a troca de experiências e boas práticas em torno da atuação do Ministério Público na fiscalização das Organizações Sociais de Saúde (OSS) contratadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para prestação de serviços de saúde.

- A CEC promoveu, nos dias 24 e 25 de abril de 2019, o Simpósio Nacional sobre o Uso de *Data Analytics* no Enfrentamento da Corrupção, com objetivo de promover o aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público nessa temática, com foco no pilar da repressão eficiente, proporcional e oportuna, mediante uso da tecnologia da informação e da gestão de dados.

- A CEC realizou, também, o evento em alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento da Corrupção, nos dias 9 e 10 de dezembro, com o objetivo de promover atividades de fomento à integração entre os Ramos e Unidades do Ministério Público e entre esses e outros órgãos públicos e entidades da sociedade civil, com vistas ao fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento da corrupção e para tornar ainda mais eficiente a articulação voltada ao desenvolvimento de estratégias direcionadas ao aprimoramento da atuação do Ministério Público quanto ao tema.

- A CMA lançou, durante a 19ª Sessão Ordinária do CNMP, o Manual de Boas Práticas Ambientais. A publicação contempla projetos voltados à defesa do meio ambiente considerados inovadores, relevantes na salvaguarda ambiental, e potencialmente multiplicáveis em outras unidades do Ministério Público. Pretende-se, com a divulgação desse trabalho, impulsionar a disseminação de boas práticas ambientais e contribuir para a integração e o desenvolvimento do Ministério Público brasileiro na defesa do meio ambiente e do uso sustentável dos recursos naturais.

- A CMA, em parceria com a CDDF e a UNCMP, realizou, nos dias 02 e 03 de maio, na faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, em Portugal, o Colóquio Luso-Brasil de Direito Ambiental: ambiente equilibrado como Direito Fundamental. O referido evento envolveu a comunidade acadêmica, entre estudantes, docentes e pesquisadores da Universidade Nova de Lisboa e membros do Ministério Público brasileiro, tendo como foco central a troca de experiências na temática do meio ambiente como direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e às soluções viáveis para o enfrentamento da problemática dos resíduos sólidos com o uso de energias renováveis.

- A CMA realizou o 1º Curso de Capacitação no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SICAR), no período compreendido entre 25 e 27 de fevereiro, nas dependências do Ministério Público do Trabalho. Foram capacitados, ao todo, 41 participantes, entre membros e servidores especialistas integrantes dos órgãos do MP brasileiro responsáveis pelo apoio operacional ao meio ambiente. A iniciativa é parte dos compromissos fixados no contexto do Acordo de Cooperação técnica entre o CNMP e o Ministério do Meio Ambiente, destinado a disponibilizar acesso aos dados do CAR - Cadastro Ambiental Rural - como plataforma de investigação ambiental, criado pela Lei nº 12.651/12.

- A UNCMP realizou, em parceria com a Comissão Extraordinária da Saúde, a Etapa Virtual da Ação Nacional em Defesa da Saúde 2019, utilizando a plataforma *moodle* da UNCMP durante o período de 29/03/2019 a 06/05/2019. Também, após a etapa virtual, a UNCMP participou do planejamento e execução da etapa presencial da Ação Nacional de Defesa da Saúde, realizada no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público, no dia 08 de maio de 2019.

- A UNCMP instituiu grupo de trabalho destinado a promover estudos e elaboração de diretrizes gerais de acolhimento, atendimento e proteção das vítimas de infrações penais no Brasil, cujo procedimento foi instaurado pela Portaria UNCMP nº 01, de 28 de junho de 2019. Os documentos produzidos pelo grupo foram os seguintes:

  - Proposta de Resolução que dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral às vítimas de infrações penais e atos infracionais, voltada à assistência, reparação e respeito à dignidade e aos direitos fundamentais das vítimas, apresentada em plenário no dia 24/09/2019;

  - Minutas de Anteprojetos de Lei que dispõem sobre a criação de Fundo Nacional e de Fundos Estaduais de Reparação às Vítimas de Infrações Penais;

  - Guia Prático de Atuação do Ministério Público na Proteção e Amparo às vítimas de criminalidade, que foi lançado no dia 12 de dezembro. O objetivo do guia, com base na síntese das principais inovações, normas e práticas sobre o tema, é estabelecer diretivas de conteúdo prático para atuação do Ministério Público na esfera de proteção às vítimas de criminalidade, desde a fase de inquérito policial até a fase da execução da pena, relativa ao autor do fato.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Impacto da atuação do CNMP na atividade finalística do MP

DESEMPENHO = -
META 2019 = Não definida
MEDIÇÃO 2019 = Não coletada
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

2

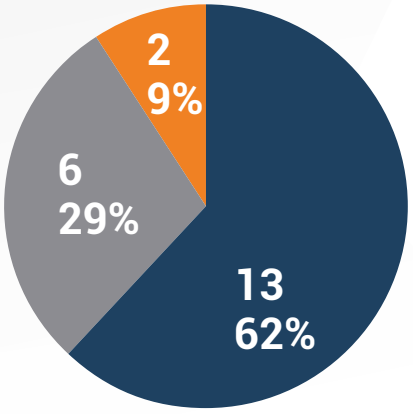
Promover a transparência ativa como instrumento de controle social

Descrição: Aprimorar as ferramentas de divulgação proativa e acesso a informações de interesse público para que a sociedade exerça de forma efetiva o controle social.

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS

Existe 1 (um) objetivo de nível tático relacionado ao objetivo estratégico, constante do Plano Diretor da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, qual seja: "Aperfeiçoar a transparência dos dados do sistema prisional".

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Total de
21
PROJETOS/
INICIATIVAS

Concluído Cancelado Replanejado

12 UNIDADES ENVOLVIDAS

CALJ, CDDF, CIJ, CN, CSP, ENASP, PRESI, SA, SECOM, SG, SGP E SPR

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A CSP desenvolveu e divulgou o Sistema Prisional Militar em números e o Sistema Controle Externo da Atividade Policial em números – Delegacia de Polícia Civil e Órgãos de Perícia Técnica, por meio da ferramenta de *Business Intelligence* (BI), a fim de possibilitar maior visibilidade e transparência ativa aos dados compilados pelo CNMP, a partir das visitas ordinárias realizadas pelos membros do Ministério Público de todo o País a estabelecimentos penais e policiais, em atenção à Resolução CNMP nº 56/2010 e à Resolução CNMP n° 20/2007.
- A ENASP elaborou o relatório de BI com dados sobre o feminicídio. O objetivo é dar transparência à sociedade sobre esse tipo de crime e proporcionar subsídios para a elaboração de políticas públicas.
- A PRESI elaborou um relatório de BI que contém dados da atuação funcional e administrativa do Ministério Público.
- A Secretaria-Geral elaborou a Carta de Serviços ao Cidadão, que consiste em mais um instrumento de transparência a ser disponibilizado nos portais públicos, e tem por objetivo informar o cidadão sobre os serviços prestados pelo órgão, as formas de acesso a esses serviços e respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.
- A CES, em parceria com a CPE e com a UNCMP, executou o Projeto da Ação Nacional - "Transparência nas Listas de Espera do SUS e Aperfeiçoamento do Sistema de Regulação". Realizada nos dias 7 e 8 de maio de 2019, a Ação resultou na elaboração do projeto de mesmo nome, o qual tem por objetivo fomentar a organização transparente das listas de espera para consultas, exames, procedimentos e cirurgias eletivas do SUS, bem como contribuir para o aperfeiçoamento da regulação da saúde nos Estados e Municípios. O projeto especifica 9 objetivos e 11 ações a serem realizada por cada unidade do Ministério Público. O alinhamento está sendo mantido por meio das reuniões da COPEDS/GNDH/CNPG e contato periódico com os membros indicados pelos Procuradores-Gerais.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Transparência do CNMP

DESEMPENHO = 99,40%
META 2019 = 100,00%
MEDIÇÃO 2019 = 99,40%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

Divulgação de dados abertos

DESEMPENHO = -
META 2019 = Não definida
MEDIÇÃO 2019 = Não coletada
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

4

Resguardar a unidade e a autonomia do Ministério Público

Descrição: Assegurar a autonomia funcional, administrativa e financeira do Ministério Público e promover a uniformização de sua atuação, buscando uma visão de unidade nacional.

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS

Existe 1 (um) objetivo de nível tático relacionado ao objetivo estratégico, constante do Plano Diretor da Comissão de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do MP na Saúde, qual seja: "Fomentar a aplicação da Política Nacional de Regulação no Sistema Único de Saúde (SUS)".

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Concluído

Total de
3
PROJETOS/
INICIATIVAS

2 UNIDADES ENVOLVIDAS
CES E CPAMP

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A CPAMP realizou o evento "Mesa Redonda sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD" em 05 de dezembro de 2019, na sede do CNMP. Membros e servidores de todo o Ministério Público brasileiro, do Poder Judiciário e de outras instituições assistiram ao painel destinado a discutir as principais implicações práticas acerca da implementação da LGPD, realizado em conjunto com a Ouvidoria Nacional. Essa iniciativa, além de incentivar o debate a respeito de relevante matéria para a Administração e funcionamento do Ministério Público, promoveu o intercâmbio entre os múltiplos setores incumbidos da tarefa de estruturação dos órgãos para a implementação do referido ato normativo.
- A CPAMP coordenou a organização do livro "Estudos de Segurança Institucional e Contrainteligência no Âmbito do Ministério Público Brasileiro", um compilado de artigos redigidos por agentes com atuação na área de segurança institucional no Ministério Público, Judiciário, Exército e Agência Brasileira de Inteligência.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Índice de acompanhamento da segurança institucional do Ministério Público*

DESEMPENHO = 100,00%
META 2019 = 67,8%
MEDIÇÃO 2019 = 67,8%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

* Indicadores com coleta realizada pela 1ª vez em 2019 receberam como meta o valor da medição de 2019. A partir daí, serão definidas as metas para os próximos anos.

Radar Estratégico

DESEMPENHO = 125,00%
META 2019 = 80,00%
MEDIÇÃO 2019 = 100,00%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

5

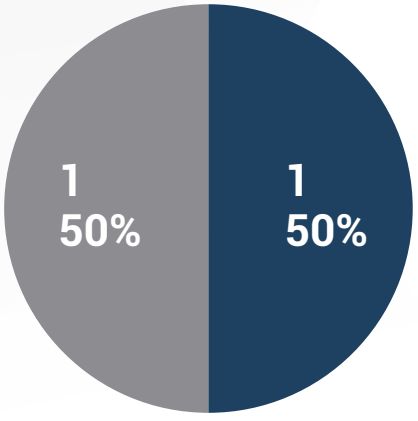
Promover a ação integrada e efetiva das comissões do CNMP

Descrição: Fomentar a atuação das Comissões do CNMP na promoção de ações que incentivem iniciativas conjuntas com o compartilhamento de informações e recursos.

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS

Existe 1 (um) objetivo de nível tático relacionado ao objetivo estratégico, constante do Plano Diretor da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, qual seja: "Fomentar ações no aprimoramento da atuação da Comissão na área de controle externo da atividade policial".

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Concluído

Replanejado

Total de
2
PROJETOS/
INICIATIVAS

2 UNIDADES ENVOLVIDAS
COPLANAME E CSP

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A CSP realizou o 9º Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial. Trata-se de evento de âmbito nacional que reuniu membros do Ministério Público brasileiro para discussão, análise e encaminhamentos relacionados à atuação do Parquet no controle externo da atividade policial.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Implementação dos Planos Diretores das Comissões

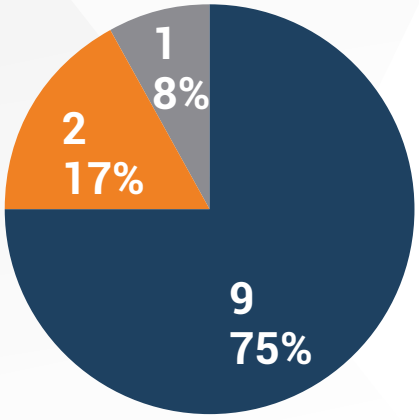
DESEMPENHO = 81,88%
META 2019 = 80,00%
MEDIÇÃO 2019 = 65,50%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

11

Aperfeiçoar o intercâmbio de informações e os meios de interlocução entre o CNMP e o Ministério Público

Descrição: Tornar a comunicação e a relação institucionais entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público fluidas para que ações sejam desenvolvidas de forma integrada com todas as unidades, considerando suas respectivas realidades.

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Total de
12
PROJETOS/
INICIATIVAS

Concluído Cancelado Replanejado

6 UNIDADES ENVOLVIDAS

CALJ, CDDF, CN, CPAMP, OUVIDORIA E SPR

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A Ouvidoria Nacional realizou um Encontro Nacional de ouvidores do MP brasileiro, com o intuito de debater os principais temas e desafios das atividades de ouvidoria e aperfeiçoar o intercâmbio de informações entre elas.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Adesão das unidades do Ministério Público à campanha nacional de comunicação definida pela SECOM/CNMP

DESEMPENHO = 87,50%
META 2019 = 80,00%
MEDIÇÃO 2019 = 70,00%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

Ações de integração e fortalecimento

DESEMPENHO = 97,17%
META 2019 = 95,00%
MEDIÇÃO 2019 = 92,31%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXECUÇÃO

8

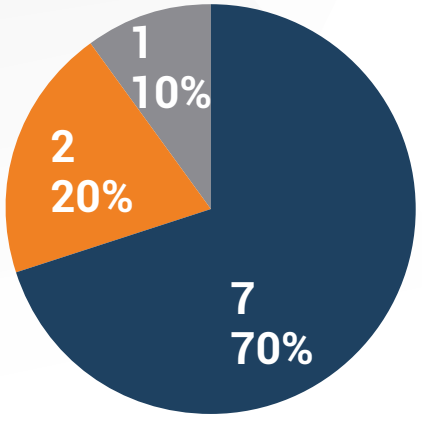
Assegurar a efetividade dos atos normativos do CNMP

Descrição: Aprimorar a divulgação dos atos normativos expedidos pelo CNMP, oferecendo o apoio necessário ao seu cumprimento, bem como racionalizar a sistemática de solicitação e processamento de dados junto às unidades do Ministério Público.

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS

Existem 2 (dois) objetivos de nível tático relacionados ao objetivo estratégico, constantes do Plano Diretor da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, quais sejam: "Aperfeiçoar a transparência dos dados do sistema prisional" e "Fomentar ações no aprimoramento da atuação da Comissão na área de controle externo da atividade policial".

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Total de

10

PROJETOS/ INICIATIVAS

Concluído Cancelado Replanejado

5 UNIDADES ENVOLVIDAS

CALJ, CCAF, CSP, OUVIDORIA E SA

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A CSP realizou visitas institucionais aos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Ceará, Rio de Janeiro e Santa Catarina, sobre sistema prisional, controle externo da atividade policial e segurança pública, com a elaboração e divulgação de relatórios das visitas e recomendações, ocasião em que, além de conhecer as vulnerabilidades em tais aéreas, identificou boas práticas ministeriais para multiplicação no Ministério Público.
- A CSP publicou a revista o Ministério Público e o Controle Externo da Atividade Policial, a qual contém artigos de membros do Ministério Público refletindo, criticando e propondo alternativas de aprimoramento da atuação do Ministério Público na temática do controle externo da atividade policial.
- A CALJ publicou 18 edições do Informativo de Jurisprudência, boletim que contém as ementas dos processos apreciados durante as sessões ordinárias e extraordinárias do CNMP, com o envio por e-mail aos interessados por meio de sistema Push, prestigiando o princípio da publicidade.
- A CALJ lançou o Sistema de Pesquisa de Jurisprudência Detalhada no portal do CNMP, para que usuários possam demandar pesquisas personalizadas de jurisprudência do Conselho.
- A CALJ lançou o Sistema de Jurisprudência Qualificada (Parte I – Teoria de elaboração de ementas aplicada ao CNMP), que tem o escopo de orientar os servidores do Conselho quanto à obediência a técnica de redação de ementas. Dessa forma, as ementas permitirão o resgate eficiente da informação e a fidedignidade ao conteúdo da decisão, porém, de forma concisa.
- A SG lançou o Sistema Aptus. A ferramenta, desenvolvida originariamente pelo MPF e customizada para a realidade do CNMP, possibilita pesquisar informações indexadas dos sistemas do CNMP Metaframe e ELO.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Cumprimento das Resoluções*

DESEMPENHO = 74,13%
META 2019 = 100,00%
MEDIÇÃO 2019 = 74,13%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

* A ausência de envio dos dados referentes ao cumprimento de 3 (três) Resoluções CNMP (nº 136, 149 e 154) puxaram o desempenho do indicador para baixo.

Cumprimento das regulamentações definidas pela UNCMP

DESEMPENHO = -
META 2019 = 70,00
MEDIÇÃO 2019 = Não coletada
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

9

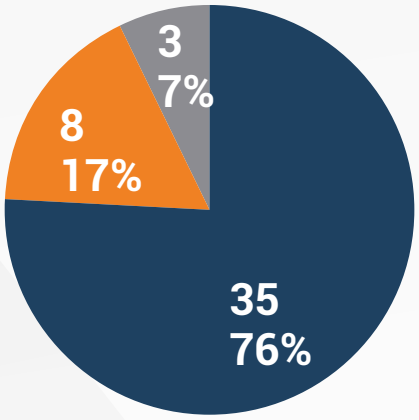
Promover atuação em rede

Descrição: Fomentar a atuação do CNMP em sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de benefícios comuns.

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS

Existem 2 (dois) objetivos de nível tático relacionados ao objetivo estratégico, constantes do Plano Diretor da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, quais sejam: "Fomentar a atuação dos membros do MP em ações de coalização e saneamento da crise no sistema penitenciário" e "Fomentar ações no aprimoramento da atuação da Comissão na área de segurança pública".

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Total de
46
PROJETOS/
INICIATIVAS

Concluído Cancelado Replanejado

8 UNIDADES ENVOLVIDAS

CEC, CIJ, CMA, CPE, CSP, ENASP, OUVIDORIA E UNCMP

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Acordos de resultados nas ações nacionais

DESEMPENHO = 117,65%
META 2019 = 85,00%
MEDIÇÃO 2019 = 100,00%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A CES firmou Acordo de Cooperação com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), cujo objeto é a parceria entre as instituições para a realização de ações conjuntas voltadas à capacitação de pessoal, ao desenvolvimento institucional de interesse mútuo na área de saúde, bem como a execução de ações para o acompanhamento e a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Agenda 2030) nas atividades relativas aos determinantes sociais da saúde.

- A CEC, com a finalidade de empreender estudos tendentes a subsidiar a atuação do CNMP, instituiu 4 (quatro) Grupos de Trabalho com as seguintes temáticas: 1. "Articulação de Atuação Colaborativa entre o Ministério Público brasileiro para otimização de Instrumentos Inovadores de Negociação na atuação do Ministério Público no combate à corrupção e à improbidade administrativa"; 2. "Inovação no Enfrentamento da Corrupção por meio da Tecnologia da Informação"; 3. "Rede Ação Íntegra"; e 4. "Roteirização e Fluxograma de Atuação das Diversas Tipologias de Corrupção e Improbidade Administrativa".

- A CPE deu andamento às ações do Fórum Nacional de Gestão, com destaque para as seguintes atividades:

  - Realização de três reuniões ordinárias em Brasília/DF, com os comitês temáticos, atendendo aos objetivos do FNG-MP, com cerca de 200 participantes (cada reunião) entre membros e servidores;

  - Realização, nos dias 6 e 7 de junho de 2019, em Recife/PE, da Ação Nacional Estruturante "Fomentando a Captação de Recursos Externos para o Ministério Público", com o apoio do Ministério Público do Estado de Pernambuco (MP/PE). As atividades tiveram como objetivos apresentar mecanismos e fontes de captação de recursos, disseminar boas práticas, promover a integração das unidades e ramos do Ministério Público visando a buscar soluções conjuntas para a obtenção de recursos externos e validar o Manual de Orientação para Captação de Recursos, desenvolvido pelo Comitê de Políticas de Gestão Orçamentária do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (CPGO/FNG-MP). Membros e servidores de 24 unidades e ramos do Ministério Público brasileiro participaram dos trabalhos;

  - Realização, entre os dias 11 a 15 de junho de 2019, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em Brasília/DF, da capacitação em "Fundamentos da ITIL 2011 – *Information Tecnology Infraestructure Library*". A atividade ocorreu por meio do Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (CPTI/FNG-MP), com o apoio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A capacitação propiciou instrumentalizar servidores da área de tecnologia da informação (TI) do CNMP, dos ramos e das unidades do Ministério Público, com os conceitos básicos da ITIL v3, de maneira que, ao final do curso, entendessem quais os processos e funções que compõem a ITIL e estando aptos a mapear e modelar esses processos para as unidades de TI, bem como seus respectivos indicadores;

  - Realização, nos dias 11 e 12 de setembro de 2019, na sede do Ministério Público do Estado do Paraná (MP/PR), da "VI Mostra de Tecnologia do Ministério Público". O tema da 6ª edição foi "Soluções Tecnológicas para o Ministério Público", e o objetivo foi apresentar *softwares* e soluções, difundir

boas práticas, facilitando a integração das unidades dos Ministérios Públicos, a partir do intercâmbio de projetos bem-sucedidos. Ao todo foram apresentadas 44 soluções de 22 unidades ministeriais de alto impacto nos resultados nas atividades desenvolvidas pelo Ministério Público nas áreas estruturante (atividade-meio) e finalística. A Mostra aconteceu por inciativa do Comitê de Políticas de Gestão de Tecnologia da Informação (CPTI) e do Comitê de Políticas de Gestão Estratégica (CPGE), ambos do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público brasileiro (FNG-MP);

- Realização, no dia 22 de novembro de 2019, na sede do CNMP, em Brasília/DF, da palestra "eSocial para órgãos públicos – Atualizações". O evento, que contou com a participação de mais de 90 servidores públicos dos ramos do MP em Brasília/DF e de outros órgãos públicos, foi organizado pela CPE em parceria com o Comitê Gestor do eSocial e o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT), com o objetivo de abordar as mais recentes informações do novo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial); e

- Participação, em 29 de novembro de 2019, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2), em São Paulo/SP, da palestra "Novo eSocial na Administração Pública", realizada pelo Comitê Gestor do eSocial. A CPE/CNMP foi responsável pela articulação que possibilitou a participação das unidades e ramos do MP. A iniciativa visou à capacitação de membros e servidores para implementação do novo eSocial. A atividade é fruto do Acordo de Resultados firmado em Ação Nacional Estruturante em 2018 e tem como desdobramento o acompanhamento da implantação do eSocial no Ministério Público.

- A CDDF realizou cursos regionais de capacitação de agentes públicos para uso do FRIDA. Durante o ano de 2019, foram realizados 15 cursos regionais e foram capacitados cerca de 1.500 agentes públicos de todo o Brasil. Em decorrência desses cursos, foi firmado termo de cooperação entre o CNMP, o Ministério Público do Estado de Goiás e o Governo do Estado de Goiás para a aplicação da avaliação de risco nos órgãos estaduais daquela Unidade da Federação.

- A CDDF criou o Plano de Enfrentamento da Evasão Escolar, em parceria com a UNICEF e os Tribunais de Contas, com o objetivo de estabelecer as diretrizes e os compromissos destinados a apoiar Municípios e Estados brasileiros no desenvolvimento e na implementação de políticas, programas e ações públicas voltadas ao enfrentamento da exclusão e do fracasso escolar, incluindo a difusão das estratégias de Busca Ativa e Trajetórias de Sucesso Escolar. Serão desenvolvidas ações que permitam a identificação das causas da evasão escolar, bem como a adoção de medidas para que o aluno volte a frequentar as aulas, a partir de consulta à base de informações da UNICEF e do apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) no monitoramento das políticas públicas e na mensuração dos indicadores de evasão escolar.

- A UNCMP firmou Acordos de Cooperação Técnica firmados com as seguintes universidades: Universidade de Coimbra, Portugal, através da Academia Sino-Lusófona (ASL); Universidade de Coimbra, Portugal (UC), através da Faculdade de Direito (FDUC); Associação da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (JURISNOVA); Centro de Estudos Jurídicos Latinoamericanos (CSGLA), da Universidade de Roma "Tor Vergata"; e Accademia Juris Roma (AJ). Os acordos buscam promover parceria em ações de treinamento, desenvolvimento e educação, com previsão de diversas modalidades de atividades acadêmicas.

MACROPROCESSO 3

Governança e Gestão

Descrição: envolve a busca por um CNMP e MP eficientes em toda a sua esfera de atuação, seja nas atribuições finalísticas de controle e integração do MP, seja na administração dos recursos materiais disponibilizados ao órgão. Nesse sentido, a governança corporativa compreende o conjunto de processos, regulamentos, decisões, costumes e ideias que demonstram a forma como a instituição é gerenciada, com a principal preocupação de desenvolver mecanismos para se reduzir ou eliminar os conflitos de interesse, buscando sempre as relações de transparência, eficiência e efetividade, prestação de contas e a responsabilização pelos atos da instituição e seus gestores (*accountability*).

Destaca-se que no Plano de Gestão 2019 também foram criados 4 (quatro) projetos/iniciativas vinculados diretamente ao macroprocesso, sem, portanto, estarem alinhados aos objetivos estratégicos. Quanto à execução, 3 (três) foram concluídos e 1 (um) foi cancelado.

Orçamento vinculado



95,33%
ORÇAMENTO EXECUTADO
PLANO DE GESTÃO 2019

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS

6

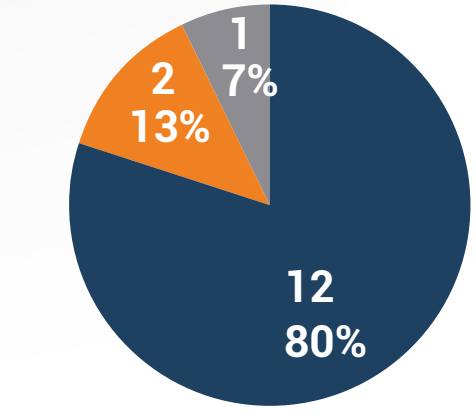
Fomentar práticas inovadoras de gestão

Descrição: Incentivar o desenvolvimento de ações criativas e proativas, facilmente aplicáveis e replicáveis, a problemas complexos e sistêmicos, visando a alavancar a eficiência e efetividade no alcance dos resultados.

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS

Existem 2 (dois) objetivos de nível tático relacionados ao objetivo estratégico, constantes dos Planos Diretores de Gestão Estratégica e de Auditoria Interna, quais sejam: "Promover a inovação na gestão" e "Implementar soluções tecnológicas nos processos de auditoria", respectivamente.

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Total de **15** PROJETOS/ INICIATIVAS

Concluído | Cancelado | Replanejado

8 UNIDADES ENVOLVIDAS

AUDIN, CALJ, CEC, CPE, PRESI, SA, SGE E SGP

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A CPE finalizou a elaboração do novo Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP) para o decênio 2020-2029, que foi aprovado pelo Plenário do CNMP no dia 26 de março de 2019, contemplando o novo Mapa Estratégico Nacional, o modelo de governança e gestão e os indicadores estratégicos.
- A CPE realizou o evento "Prêmio CNMP", instituído pela Resolução CNMP n° 94/2014 para possibilitar a premiação dos programas e dos projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização e no alinhamento do Planejamento Estratégico Nacional. A cerimônia de premiação do Prêmio CNMP 2019 ocorreu em 22 de agosto de 2019, durante a abertura do 10º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público. Concorreram nesta edição do Prêmio CNMP 1.030 projetos. Todas as informações sobre o certame e os projetos selecionados estão disponíveis em http://www.cnmp.mp.br/premio.
- A SGE coordenou o 10º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público: o evento, realizado anualmente pelo CNMP desde 2010, reúne membros e servidores de todas as unidades do MP do país e promove a integração e o compartilhamento de projetos da área administrativa e finalística. Em 2018, a organização do Congresso se pautou na economicidade e na qualidade do gasto público, privilegiando a utilização de espaços públicos, sem a necessidade de locação, para sua realização. O evento ocorreu então no Instituto Serzedello Côrrea, com o tema "Ministério Público e Integridade: governança ética, persecução penal e direitos humanos". Com o sucesso do formato, em 2019 o Congresso se realizou no mesmo local e teve o tema "Ministério Público e Agenda 2030: resolutividade e os objetivos de desenvolvimento sustentável". A proposta do evento foi incentivar discussões sobre formas de se alcançar, no âmbito do Ministério Público, a promoção da resolutividade em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, em especial, ao ODS 16, cujo tema principal é "Paz, Justiça e instituições fortes".

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Ações inovadoras no Plano de Gestão

DESEMPENHO = 156,00%
META 2019 = 25 ações
MEDIÇÃO 2019 = 39 ações
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXECUÇÃO

10

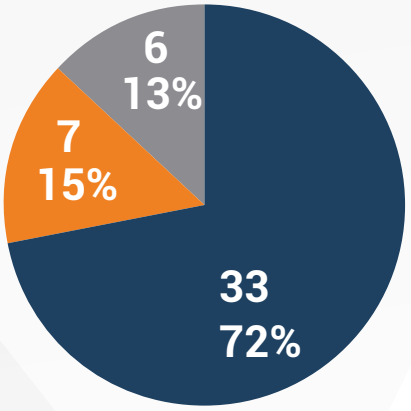
Aprimorar os padrões de desempenho e qualidade na prestação do serviço público

Descrição: Promover a melhoria contínua dos processos de trabalho sendo reconhecido pelo alcance de níveis de excelência nos resultados institucionais com foco no cidadão.

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS

Existem 4 (quatro) objetivos de nível tático relacionados ao objetivo estratégico, sendo 2 (dois) constantes do Plano Diretor de Gestão Estratégica e 2 (dois) do Plano Diretor da Auditoria Interna, quais sejam: "Buscar a excelência na governança e na gestão" e "Fortalecer a cultura de gestão por processos"; "Implementar soluções tecnológicas nos processos de auditoria" e "Aprimorar os processos de auditoria", respectivamente.

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Concluído Cancelado Replanejado

Total de
46
PROJETOS/
INICIATIVAS

13 UNIDADES ENVOLVIDAS

AUDIN, CALJ, CEC, CIJ, CMA, CN, COPLANAME, SA, SG, SGE, SPO, SPR E UNCMP

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A CSP realizou visitas institucionais aos Estados do Rio Grande do Norte, Amazonas, Acre e Pernambuco, com a publicação dos respectivos relatórios, para fins de evidenciar as vulnerabilidades e as boas práticas ministeriais relacionadas ao sistema prisional e à segurança pública locais;
- A CSP confeccionou e divulgou o Manual de Inspeção a Unidades Prisionais, o Protocolo de Atuação Ministerial no Enfrentamento das Crises Prisionais e do Protocolo de Atuação Ministerial no Enfrentamento das Crises em Segurança Pública, sendo esses dois últimos produtos da parceria firmada entre a CSP e CPAMP, com o propósito de orientar a atuação das unidades ministeriais em contextos de aguda crise que acometem os aludidos domínios.
- A CN desenvolveu os seguintes relatórios: BI de Acompanhamento de Correições, BI do Sistema de Correições e Inspeções, BI do Cadastro de Membros, BI do Sistema Nacional de Informações de Natureza Disciplinar e BI do Sistema de Gestão de Viagens. Com isso, busca-se aprimorar a qualidade das informações nos sistemas de origem, revelando dados inconsistentes ou ausentes e despertando a atenção de usuários e de gestores para uma abordagem consciente na utilização de sistemas da informação e de painéis de BI.
- A SPO desenvolveu o Sistema de Planejamento e Orçamento, que possibiliará o planejamento e a gestão dos recursos orçamentários e operacionais de forma integrada.
- Em 2019, a AUDIN executou o seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), que contou com oito auditorias e duas ações de monitoramento de recomendações. Além disso, a unidade elaborou a prestação de contas anuais da instituição, conforme determinado na Decisão Normativa TCU nº 172/2018.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Avaliação dos serviços públicos prestados em meio digital

DESEMPENHO = 118,53%
META 2019 = 40,00%
MEDIÇÃO 2019 = 47,41%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXCELÊNCIA

Satisfação do usuário com o atendimento da Ouvidoria

DESEMPENHO = 97,08%
META 2019 = 65,00%
MEDIÇÃO 2019 = 63,10%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

Atendimento aos prazos da LAI

DESEMPENHO = 96,65%
META 2019 = 100%
MEDIÇÃO 2019 = 96,65%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

13

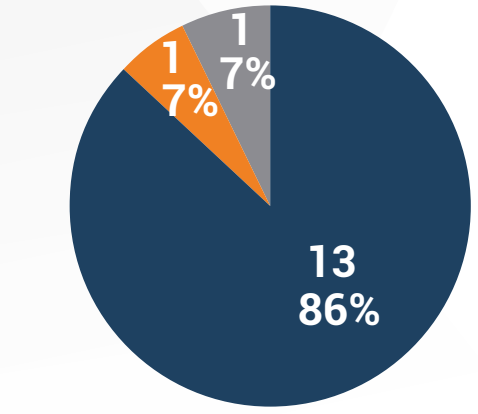
Fomentar a gestão do conhecimento

Descrição: Estabelecer diretrizes e métodos para armazenar, aplicar, distribuir e gerar o conhecimento organizacional.

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS

Existe 1 (um) objetivo de nível tático relacionado ao objetivo estratégico, constante do Plano Diretor de Auditoria Interna, qual seja: "Normatizar e padronizar rotinas e procedimentos de auditoria".

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Total de **15** PROJETOS/ INICIATIVAS

Concluído | Cancelado | Replanejado

9 UNIDADES ENVOLVIDAS

AUDIN, CALJ, COPLANAME, CPAMP, OUVIDORIA, SA, SG, SGP E SPR

PRINCIPAIS DESTAQUES

- O COPLANAME implementou o Espaço Memória e a Galeria do Tempo do CNMP, que visam ao fortalecimento da identidade institucional e ao estímulo a programas de gestão e de preservação de documentos e da memória no Ministério Público, conforme previsto no artigo 4º da Resolução CNMP nº 158/2017. O Espaço Memória teve sua primeira exposição, que apresentou ao público visitante a evolução dos trabalhos de estruturação da Casa, como os presidentes e principais projetos no CNMP, além dos conselheiros e servidores que contribuíram decisivamente para a conformação atual do órgão. Já com a Galeria do Tempo, por sua vez, os cidadãos podem ver o registro dos fatos que marcaram a história do Conselho desde a sua criação, em dezembro de 2004.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Cargos e funções gerenciais e de assessoramento ocupados por servidores do quadro

DESEMPENHO = 100,65%
META 2019 = 62,00%
MEDIÇÃO 2019 = 62,40%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

Instrutorias internas

DESEMPENHO = 103,26%
META 2019 = 35,00%
MEDIÇÃO 2019 = 36,14%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICIÊNCIA

15

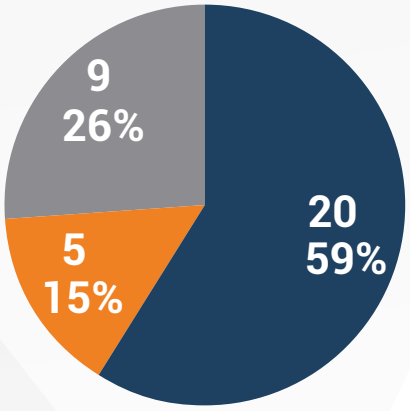
Aprimorar a Governança e a Gestão Integrada da Estratégia

Descrição: Promover a evolução contínua do modelo de governança e gestão do CNMP, fortalecer as instâncias de governança e disseminar as boas práticas de gestão pública com fomento às culturas de gestão por projetos, gestão por processos e gestão de riscos.

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS

Existem 5 (cinco) objetivos de nível tático relacionados ao objetivo estratégico, sendo 4 (quatro) constantes do Plano Diretor de Gestão Estratégica e 1 (um) do Plano Diretor de Auditoria Interna, quais sejam: "Fomentar a gestão por projetos", "Buscar a excelência na governança e na gestão", "Fortalecer a cultura de planejamento" e "Fortalecer a cultura de gestão por processos"; Aprimorar os processos de planejamento da AUDIN", respectivamente.

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Total de
34
PROJETOS/
INICIATIVAS

Concluído Cancelado Replanejado

7 UNIDADES ENVOLVIDAS

AUDIN, CSP, OUVIDORIA, SA, SECOM, SGE E SGP

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Excelência em Governança Pública

DESEMPENHO = 96,67%
META 2019 = 60,00%
MEDIÇÃO 2019 = 58,00%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXCELÊNCIA

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A AUDIN realizou auditoria nos processos de planejamento estratégico com a finalidade de avaliar as medidas adotadas pela Administração para gestão e cumprimento de seu plano estratégico, bem como as ações corretivas, de monitoramento e de governança no órgão; verificar a qualidade e suficiência dos controles internos administrativos instituídos para garantir que os objetivos estratégicos sejam atingidos; avaliar os indicadores de desempenho da gestão quanto à capacidade de representar a situação que o CNMP pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão, a confiabilidade das fontes dos dados utilizados para o cálculo do indicador, avaliando se a metodologia de coleta, processamento e divulgação é transparente e replicável por outros agentes, internos ou externos ao CNMP, entre outros.

- A SGE elaborou edital de priorização, gratificação e acompanhamento de projetos. Esse processo foi regulamentado pela Portaria-CNMP nº 67/2019, que trouxe inovações para processo de gratificação de projetos e revogou a Portaria CNMP-PRESI nº 30/2018. Os projetos, divididos em duas categorias, estratégicos e estruturantes, foram avaliados por uma Comissão Julgadora intersetorial, composta por três integrantes. Aos projetos estratégicos, constantes na Portaria CNMP-SG nº 53/2019 e definidos na elaboração do Planejamento Estratégico Institucional 2018-2023, foram destinados um maior percentual de recursos. No dia 27 de junho, foi publicada a Portaria CNMP-SG nº 176/2019, que divulgou a relação dos 12 projetos selecionados como de especial interesse da Administração do CNMP em 2019, sendo seis projetos estratégicos e seis estruturantes.

- Implementação do Plano de Gestão de Riscos: o Subcomitê Estratégico de Gestão de Riscos e Segurança Institucional (SERSI), coordenado pela SG, está implementando o Plano de Gestão de Riscos, aprovado por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 167/2018. Para tanto, foi elaborado o projeto-piloto, instituído por meio da Portaria CNMP-SG nº 33/2019, tendo por objeto os processos de aquisição e de prorrogação contratual da unidade Coordenadoria de Material, Compras e Contratos (COMCC) da SA. No desenvolvimento desse projeto-piloto, verificou-se a necessidade de realização de *benchmarking* para pesquisa e compartilhamento de sistemas e métodos de gestão de riscos. O CNMP, por meio da SG e da SGE, participa da Rede Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos (GIRC), coordenada pelo Ministério da Economia e pela Controladoria-Geral da União (CGU), que realiza reuniões mensais, e já realizou visita ao Banco Central. Após estudos, decidiu-se que será elaborado um método específico para o gerenciamento dos riscos estratégicos.

MACROPROCESSO 4

Comunicação Institucional

Descrição: envolve a busca por um CNMP e MP atuantes de forma mais eficiente em toda a sua esfera de atuação, seja nas atribuições finalísticas de controle e integração do MP, seja na administração dos recursos materiais disponibilizados ao órgão. Nesse sentido, a comunicação institucional compreende o conjunto de processos, regulamentos, decisões, costumes e ideias que demonstram a forma como a instituição realiza as suas políticas de comunicação interna e externa.

Orçamento vinculado



99,74%
ORÇAMENTO
EXECUTADO
PLANO DE GESTÃO 2019

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS

7

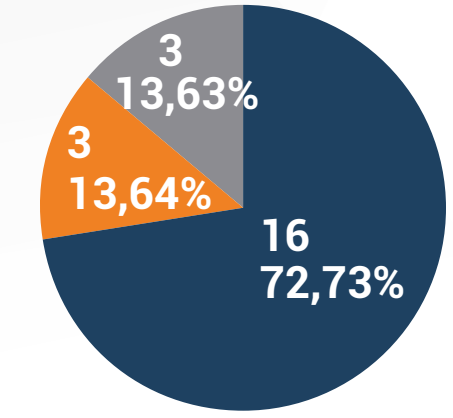
Fortalecer a imagem e a identidade institucional

Descrição: Aprimorar a divulgação da atuação e missão do CNMP em busca do reconhecimento pela sociedade.

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS

Existe 1 (um) objetivo de nível tático relacionado ao objetivo estratégico, constante do Plano Diretor de Auditoria Interna, qual seja: "Aprimorar o processo de comunicação da AUDIN".

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Total de
22
PROJETOS/
INICIATIVAS

Concluído Cancelado Replanejado

7 UNIDADES ENVOLVIDAS

AUDIN, CDDF, CEC, COPLANAME, CPAMP, SECOM E SG

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A PRESI, em parceria com a SG, a SECOM e a STI, está desenvolvendo o projeto Aplicativo do CNMP, que visa a implementar os principais serviços de utilidade ao cidadão e será gerido pelo Comitê Gestor do Aplicativo CNMP, que terá como missão: definição, priorização e acompanhamento das futuras funcionalidades do aplicativo; evolução do aplicativo para conter um canal de ouvidoria e a inscrição para sustentação oral na sessão plenária; e elaboração da Estratégia de Divulgação e de Plano de Comunicação do Aplicativo do CNMP. A previsão é de que essas funcionalidades de prestação de serviços ao usuário sejam lançadas no início de 2020.
- A CDDF realizou ações de fomento à adoção do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (FRIDA): O FRIDA foi desenvolvido por peritos brasileiros e europeus a partir de estudos conduzidos no âmbito da iniciativa Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil. A necessidade de adoção do FRIDA tem como base a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, proclamada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1993, segundo a qual essa forma de violência representa uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, impedindo o progresso pleno delas. O FRIDA visa a prevenir e enfrentar os crimes praticados no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher. Esse instrumento facilita a avaliação e a fundamentação dos processos decisórios relacionados à concessão das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha. Ademais, o FRIDA pode prevenir o agravamento da violência contra as sobreviventes de feminicídios e/ou vítimas indiretas, além de facilitar o encaminhamento das mulheres vitimadas à rede de atendimento específico.
- A CPAMP realizou, em abril, o seminário Defesa da Imagem Ministerial, que contou com a participação de membros e servidores do Ministério Público.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Conhecimento do CNMP pela sociedade*

DESEMPENHO = NA
META 2019 = NA
MEDIÇÃO 2019 = NA
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

Confiança no CNMP pela sociedade*

DESEMPENHO = NA
META 2019 = NA
MEDIÇÃO 2019 = NA
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

Repercussão positiva da atuação do CNMP na imprensa

DESEMPENHO = 100,73%
META 2019 = 90,00%
MEDIÇÃO 2019 = 90,66%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

* O indicador possui meta trianual e será coletado pela primeira vez em 2020.

NA = Não se aplica

MACROPROCESSO 5

Segurança Institucional

Descrição: envolve o conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda da Instituição e de seus integrantes, inclusive no que tange à sua imagem e reputação. (Proposta de Resolução do CNMP de 2013, que institui a política de segurança institucional do MP).

Destaca-se que no PE-CNMP 2018/2023 não há objetivo estratégico vinculado ao macroprocesso. Entretanto, no Plano de Gestão 2019, foram planejados 6 projetos/iniciativas vinculados ao macroprocesso, sendo que todos foram concluídos e envolveram a Coordenadoria de Segurança e Transporte, vinculada à Secretaria de Administração.

Orçamento vinculado



PRINCIPAIS DESTAQUES

- A PRESI editou a Portaria CNMP-PRESI nº 64/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso da vestimenta institucional quando os servidores ocupantes do cargo de agente de segurança institucional no CNMP estiverem em serviço nas dependências ou fora da respectiva unidade ou em escolta de autoridades. O distintivo, o emblema, os trajes instituídos e outros acessórios de identificação da segurança institucional serão fornecidos pelo CNMP, anualmente, de acordo com a disponibilidade orçamentária e não poderão ser utilizados fora do ambiente de trabalho, sob pena de responsabilidade, ressalvado o uso no cumprimento de missões institucionais.

- A SA está reavaliando os procedimentos, serviços e sistemas de segurança em execução no CNMP. O diagnóstico está sendo feito por meio de verificações, análise de ameaças e deficiências, avaliação de vulnerabilidades e identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria. O processo envolve as seguintes fases: exame da documentação normativa; visita às instalações; verificação e teste do planejamento de emergência; e verificação dos serviços e sistemas de segurança. O procedimento está dentro do planejamento da COSET, que possui a atribuição de implementar e revisar o Plano de Segurança Institucional do CNMP, regulado pela Portaria CNMP-PRESI nº 167/2018.

100%
ORÇAMENTO
EXECUTADO
PLANO DE GESTÃO 2019

MACROPROCESSO 6

Suporte Organizacional

Descrição: envolve a busca pelo provimento do CNMP da devida estrutura para viabilizar a execução das atividades atribuídas ao órgão e dar suporte à busca pelos seus objetivos finalísticos.

Destaca-se que no Plano de Gestão 2019 também foram planejados 133 projetos/iniciativas vinculados diretamente ao macroprocesso, sem, no entanto, estarem alinhados aos objetivos estratégicos. Desse total, 114 foram concluídos, 8 cancelados e 11 replanejados para 2020.

Orçamento vinculado



96,74%
ORÇAMENTO
EXECUTADO
PLANO DE GESTÃO 2019

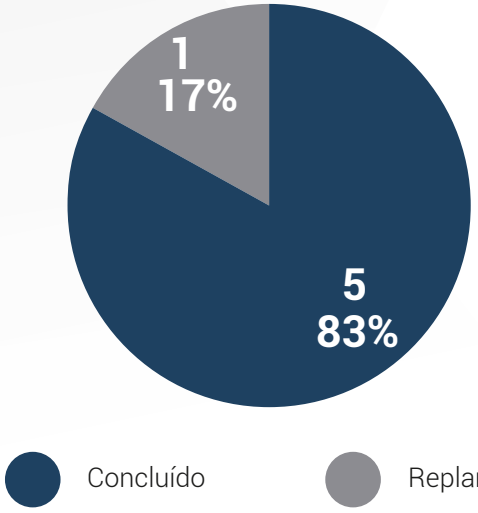
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS

12

Induzir práticas de sustentabilidade e de excelência na utilização dos recursos

Descrição: Desenvolver ações voltadas para a sustentabilidade englobando os aspectos ambiental, econômico e social na busca do uso adequado dos recursos públicos.

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Total de
6
PROJETOS/
INICIATIVAS

4 UNIDADES ENVOLVIDAS

CMA, SA, SG E SGE

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A SG se inscreveu no processo Permuta de Imóveis SPU: o CNMP se inscreveu no Edital de Chamamento Público nº 1/2018 da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério da Economia, que visava a identificar interessados do setor privado em permutar imóvel – apto à utilização – por terrenos da União, em Brasília. A iniciativa, que segue a Instrução Normativa da SPU nº 03/2018, teve como objetivo reduzir o gasto com aluguéis, substituindo imóveis locados por imóveis próprios, além de possibilitar futura permuta por um espaço maior, adaptado às crescentes necessidades do órgão. Já foram realizadas reuniões com o Secretário do Patrimônio da União e visita ao Ministério da Economia, para fins de *benchmarking*.

- A SG criou a Comissão de Gestão Ambiental Sustentável (CGAS). instituída com o Programa de Gestão Ambiental Sustentável do CNMP, por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 60/2015, alterada pela Portaria CNMP-PRESI nº 19/2019, com o objetivo de implementar a gestão socioambiental sustentável nas rotinas administrativas e operacionais do CNMP. Na Gestão CNMP 2017-2019, a Comissão realizou a I Semana de Meio Ambiente do CNMP, com palestra da coordenadora de Gestão Socioambiental do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT), Adriana Tostes, que falou sobre Sustentabilidade e Plano de Logística Sustentável, além de oficinas, feira de produtos naturais e orgânicos e outras atividades em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Ainda, realizou campanha em razão do Dia Mundial da Água; elaborou o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), por meio de contratação de consultoria; e implementou a nova coleta seletiva, em atendimento à Lei nº 12.305/2010 e à Lei Distrital nº 5.610/2016. Ademais, estão em andamento as seguintes atividades da Comissão: realização das ações impostas pelo Termo de Adesão a A3P/2015, conforme as regras estabelecidas pela Instrução Normativa SLTI/ MPOG nº 10 de novembro de 2012; elaboração de estudo para implementação do Plano de Logística Sustentável; e realização de outras campanhas educativas para desenvolvimento de uma cultura sustentável.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração (IASA)*

DESEMPENHO = NA
META 2019 = NA
MEDIÇÃO 2019 = NA
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

*O indicador não foi coletado pelo Tribunal de Contas da União no exercício.
NA = Não se aplica

Índice de capacidade em gestão de contratações

DESEMPENHO = 102,98%
META 2019 = 60,0%
MEDIÇÃO 2019 = 61,79%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXCELÊNCIA

Execução do orçamento discricionário

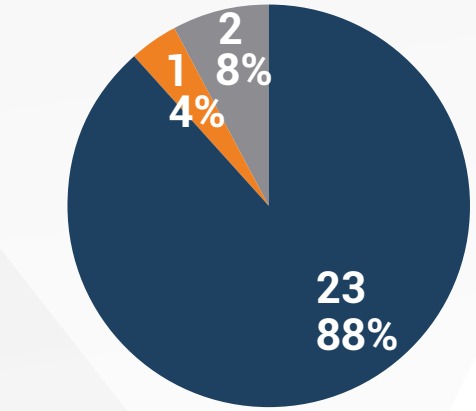
DESEMPENHO = 103,02%
META 2019 = 95,0%
MEDIÇÃO 2019 = 97,87%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXECUÇÃO

14

Promover sinergia e qualidade de vida no trabalho

Descrição: Aprimorar o clima organizacional e a integração entre todos os colaboradores do CNMP, a fim de alcançar o bem-estar e a qualidade nas esferas física, mental e espiritual.

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Concluído Cancelado Replanejado

Total de
26
PROJETOS/
INICIATIVAS

3 UNIDADES ENVOLVIDAS
SG, SGP E SECOM

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A SG elaborou a Política de Acessibilidade e o Comitê de Gestão da Política de Acessibilidade (CGPA) do CNMP, instituída pela Portaria CNMP-PRESI nº 115/2019, após a realização de reuniões, inclusive contando com a participação de servidores com deficiência, a política estabelece princípios, diretrizes, objetivos visando à implementação, à proposição e ao aprimoramento de normas e instrumentos técnicos para as ações do CNMP, além do monitoramento do cumprimento e avaliação dos resultados das ações definidas, com divulgação, ao final de cada exercício, dos resultados da Política e manutenção de intercâmbio com outros órgãos e entidades quanto a boas práticas de acessibilidade, prevendo também a criação do Comitê de Gestão da Política de Acessibilidade (CGPA) do Conselho Nacional do Ministério Público.
- A SG implementou o projeto "Gestão para Diversidade", com a finalidade de integrar e valorizar a diversidade existente no CNMP, contribuindo para a inovação, a integração e a qualidade de vida no trabalho, na medida em que acolhe o ser humano integral e sistemicamente.
- A SG criou o projeto "CNMP Solidário". A iniciativa permite dar uma resposta social ao cidadão e nos faz lembrar do nosso real propósito como servidores públicos. Entre as iniciativas sugeridas estão a doação de livros, de materiais de higiene e alimentos, campanhas de doação de sangue e agasalhos, entre outros.
- A SG criou o projeto Serviço voluntário no CNMP. Regulamentado por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 80/2019, a iniciativa visa a estimular a consciência da responsabilidade social, a solidariedade, a cooperação e os deveres cívicos.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Qualidade de vida no trabalho*

DESEMPENHO = NA
META 2019 = NA
MEDIÇÃO 2019 = NA
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

Absenteísmo por motivo de saúde

DESEMPENHO = 100,0%
META 2019 = 3,0%
MEDIÇÃO 2019 = 2,94%
POLARIDADE: NEGATIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICIÊNCIA

*O indicador possui meta bienal e será coletado pela primeira vez em 2020.
NA = Não se aplica

16

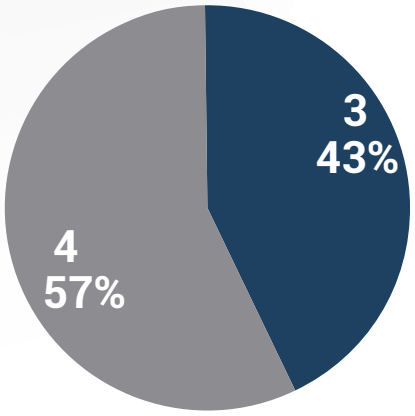
Aperfeiçoar a gestão por competências

Descrição: Desenvolver profissionalmente os integrantes do CNMP, com base nas lacunas de competências identificadas, alocando-os adequadamente à necessidade do órgão, e avaliá-los e recompensá-los pelo desempenho individual e institucional.

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS

Existe 1 (um) objetivo de nível tático relacionado ao objetivo estratégico, constante do Plano Diretor de Gestão Estratégica, qual seja: "Desenvolver competências técnicas em gestão".

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Total de **7** PROJETOS/ INICIATIVAS

Concluído

Replanejado

3 UNIDADES ENVOLVIDAS

SGE, SGP E SA

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A SGP executou o projeto Avaliação por Competência e Educação Corporativa. Trata-se de projeto para implantar a avaliação por competências, contemplando as competências gerenciais, comuns e específicas mapeadas. Para tanto, está sendo estruturado um sistema de educação corporativa, com a reestruturação do Plano Anual de Capacitação, Planos de Desenvolvimento Individuais aos servidores, criação do Banco de Talentos e de Instrutores e disponibilização de uma plataforma para treinamentos no formato EaD, possibilitando o desenvolvimento contínuo dos servidores e a redução de custos para o CNMP. Vale destacar que os Ministérios Públicos do Paraná, Santa Catarina e Manharão já solicitaram o sistema. O processo de cessão está em andamento.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Capacidade em gestão de pessoas

DESEMPENHO = 115,35%
META 2019 = 40,00%
MEDIÇÃO 2019 = 46,14%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXCELÊNCIA

Desenvolvimento de gestores por competências

DESEMPENHO = 104,15%
META 2019 = 20,00%
MEDIÇÃO 2019 = 20,83%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFICÁCIA

Servidores do quadro capacitados

DESEMPENHO = 86,79%
META 2019 = 56,00%
MEDIÇÃO 2019 = 48,60%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EXECUÇÃO

17

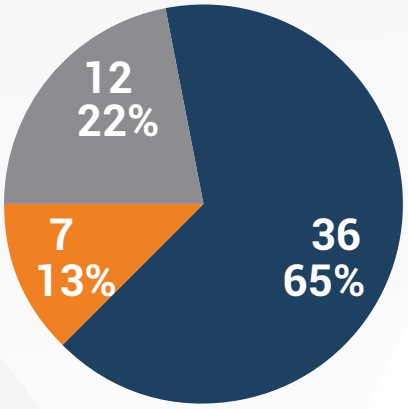
Aprimorar a gestão dos recursos tecnológicos para apoio aos processos de negócio

Descrição: Promover ações de aprimoramento da gestão da tecnologia da informação a fim de fomentar o uso adequado dos recursos tecnológicos como instrumentos de suporte aos processos de negócio.

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO VINCULADOS

Existem 6 (seis) objetivos de nível tático relacionados ao objetivo estratégico, constante do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, quais sejam: "Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados", "Promover o uso de metodologias ágeis", "Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI", "Induzir o uso sustentável dos ativos de TI", "Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI" e "Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócios do CNMP".

INICIATIVAS E PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO 2019



Concluído Cancelado Replanejado

Total de
55
PROJETOS/
INICIATIVAS

3 UNIDADES ENVOLVIDAS

CALJ, SGP E STI

PRINCIPAIS DESTAQUES

- A STI implantou uma nova solução de rede *wireless*, visando à ampliação da flexibilidade, mobilidade e conectividade na utilização de serviços de TI. A partir dela, os usuários internos e externos, conforme padrões estabelecidos pela STI, podem acessar os serviços e recursos tecnológicos disponíveis na rede do CNMP por vários tipos de equipamentos e dispositivos móveis sem estarem limitados a suas estações de trabalho ou à utilização de cabos de rede.

- A STI desenvolveu o projeto "Solução para gerenciamento de eventos (registro de *logs*) com foco na monitoração da segurança tecnológica". Com isso, foi possível a implementação de meios para obtenção e trato de informações sensíveis de forma segura e célere para realização de auditorias e outras contramedidas em casos de riscos que tenham se concretizado como vazamento de informações e/ou consumação de ataques cibernéticos e ao rastreamento de acessos não autorizados por exemplo. Com a devida tratativa dessas informações, a equipe de segurança é capaz de analisar eventos de *logs* e buscar evidencias que apontem tentativas (ou consumação) de acesso e atividades não autorizadas após sua ocorrência.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Satisfação com os recursos tecnológicos

DESEMPENHO = 108,92%
META 2019 = 83,00%
MEDIÇÃO 2019 = 90,40%
POLARIDADE: POSITIVA
TIPO DE INDICADOR: EFETIVIDADE

PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

1. Tornar a atuação do CNMP ainda mais zelosa com os recursos públicos, em busca da eficiência e da economicidade, traduzindo em cada iniciativa uma visão gerencial eficaz, eficiente e efetiva;
2. Fazer com que o CNMP seja referência em gestão, em governança e em empreendedorismo;
3. Consolidar os planejamentos estratégico, tático e operacional, traduzidos no mapa estratégico, planos diretores e plano de gestão;
4. Garantir que as Resoluções do CNMP sejam cumpridas em sua integralidade;
5. Permitir que os processos e projetos finalísticos do CNMP contribuam diretamente para o melhor atendimento aos cidadãos-usuários e para engrandecimento do País como um todo, bem como para os mecanismos de transparência e de prestação de contas;
6. Consolidar o CNMP como fonte de ferramentas gerenciais customizáveis que contribuam para as atribuições das atividades-meio dos órgãos, gerando qualidade nos serviços prestados aos cidadãos-clientes;
7. Buscar, continuamente, um aperfeiçoamento da atuação do MP brasileiro para melhor atender ao cidadão;
8. Fortalecer os mecanismos de transparência e de mensuração de suas iniciativas, tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim; e
9. Zelar pela integração e pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público.

VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ANUAL

Embora já discorrido no tópico de Resultados da Gestão de forma segregada, convém apresentar estatísticas gerais do Plano de Gestão anual do exercício de 2019, pois ele se configura como o principal instrumento de planejamento e gestão do CNMP.

Nessa esteira, destaca-se que o Plano foi publicado pela Portaria CNMP-PRESI nº 190/2018, tendo como anexos II, III e IV, o calendário de contratações, publicações e eventos, respectivamente.

ENVOLVIMENTO

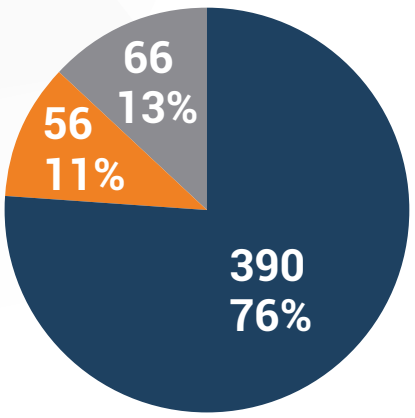
24 UNIDADES

PORTFÓLIO DE AÇÕES

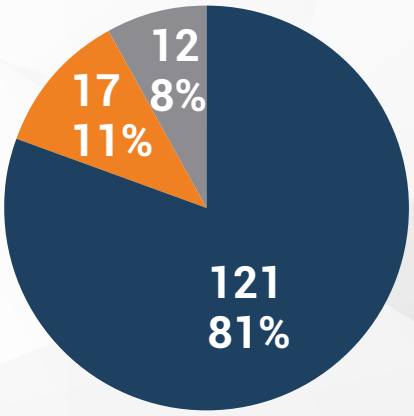
TOTAL DE 512

318 INICIATIVAS
115 PROCESSOS
79 PROJETOS

EXECUÇÃO GERAL

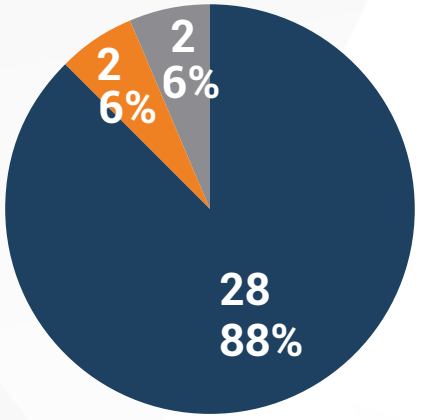


EXECUÇÃO CALENDÁRIO DE CONTRATAÇÕES

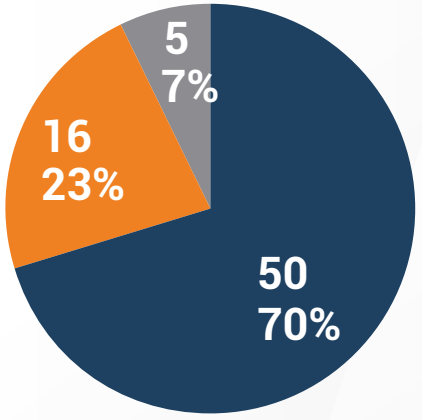


Concluído Cancelado Replanejado

EXECUÇÃO CALENDÁRIO DE PUBLICAÇÕES



EXECUÇÃO CALENDÁRIO DE EVENTOS





4.2. DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS RELEVANTES DE GESTÃO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS DO CNMP NO EXERCÍCIO

4.2.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual de 2019 consignou ao Conselho Nacional do Ministério Público dotação orçamentária no valor total de R$ 97.974.013. No decorrer do exercício, após cancelamento de R$2.400.000 da dotação orçamentária, o Conselho encerrou o ano em **R$ 95.574.013,00,** distribuídos da seguinte forma:

Figura 19. Dotação orçamentária do CNMP



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Todas as ações (orçamentárias e não orçamentárias) a serem executadas ao longo do exercício são elaboradas anualmente em conformidade com o Planejamento Estratégico do CNMP e consolidadas no Plano de Gestão. Em 2019, esse documento foi publicado por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 190/2018, e a sua execução se deu conforme figuras a seguir:

Figura 20. Execução orçamentária do CNMP

VALOR EXECUTADO: **R$90.899.089,00 (98,23%)**

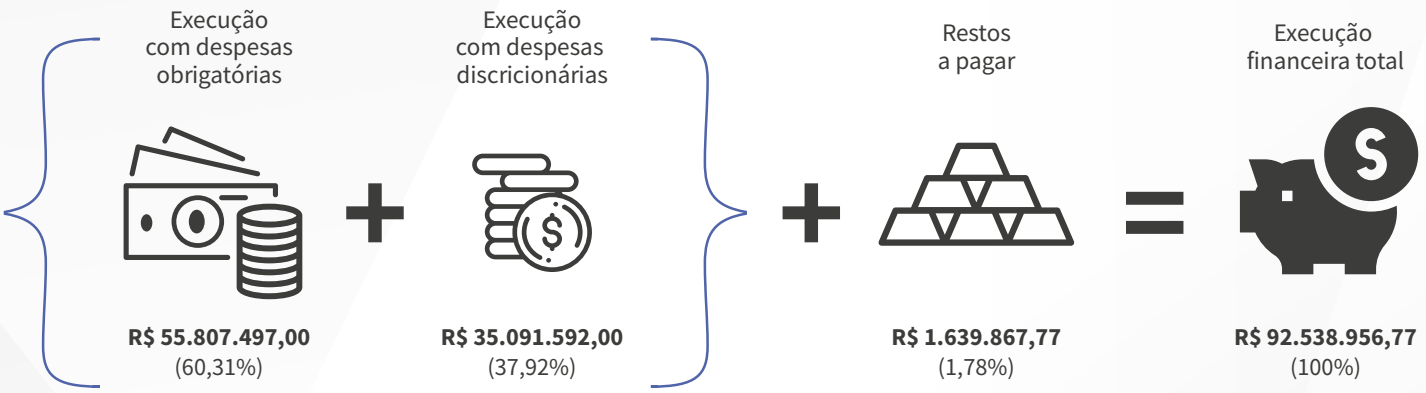


Figura 21. Valores autorizados e executados por tipo de despesa

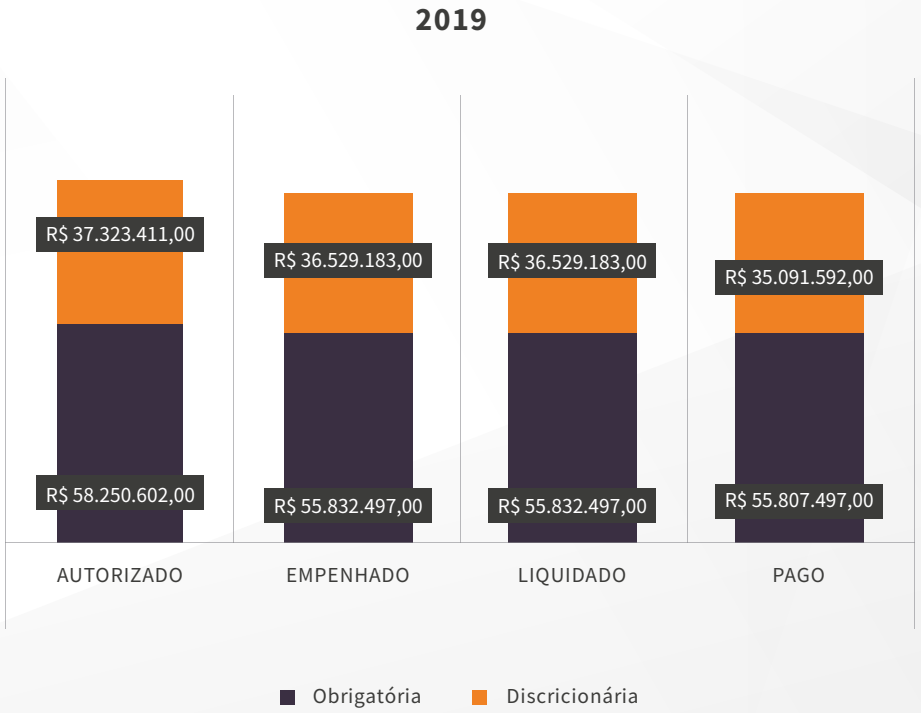
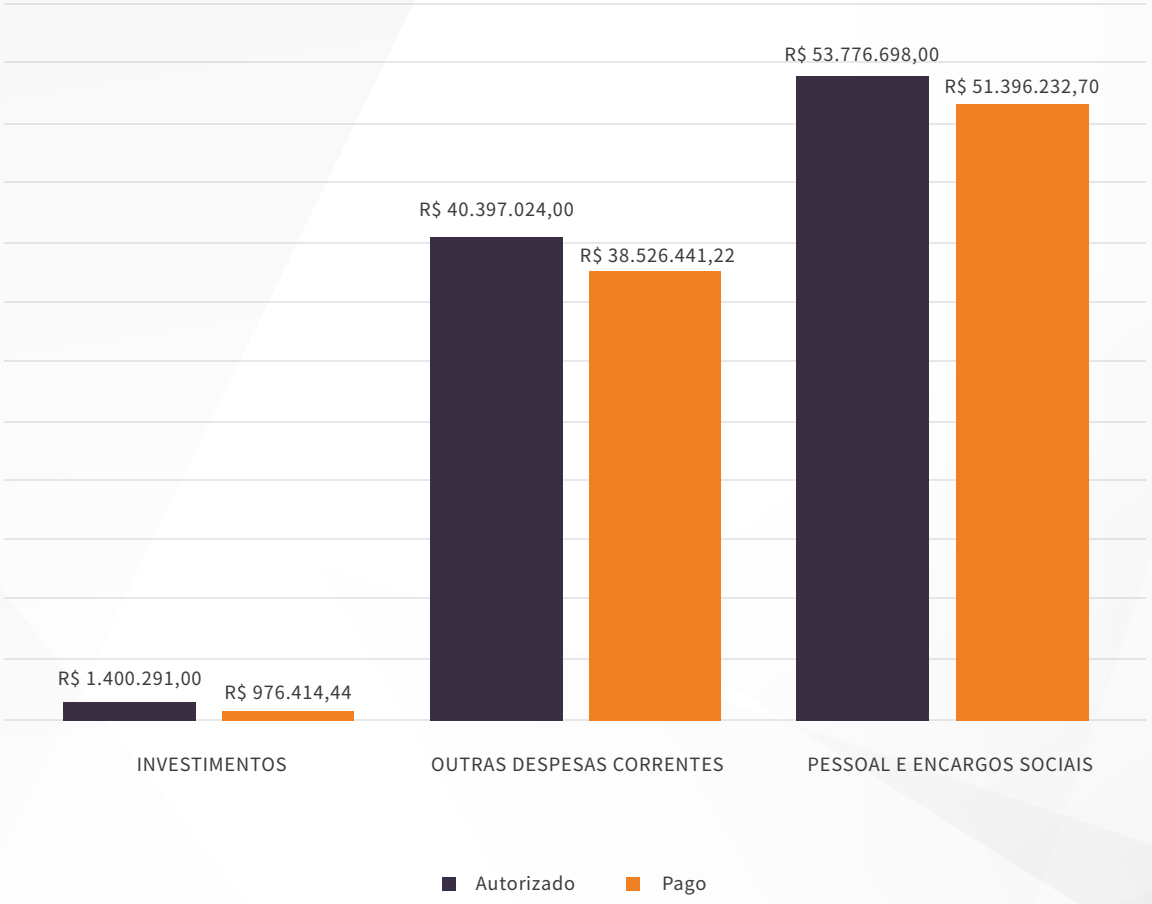


Figura 22. Valores autorizados e pagos por Grupo de Despesas



ANÁLISE DA EXECUÇÃO

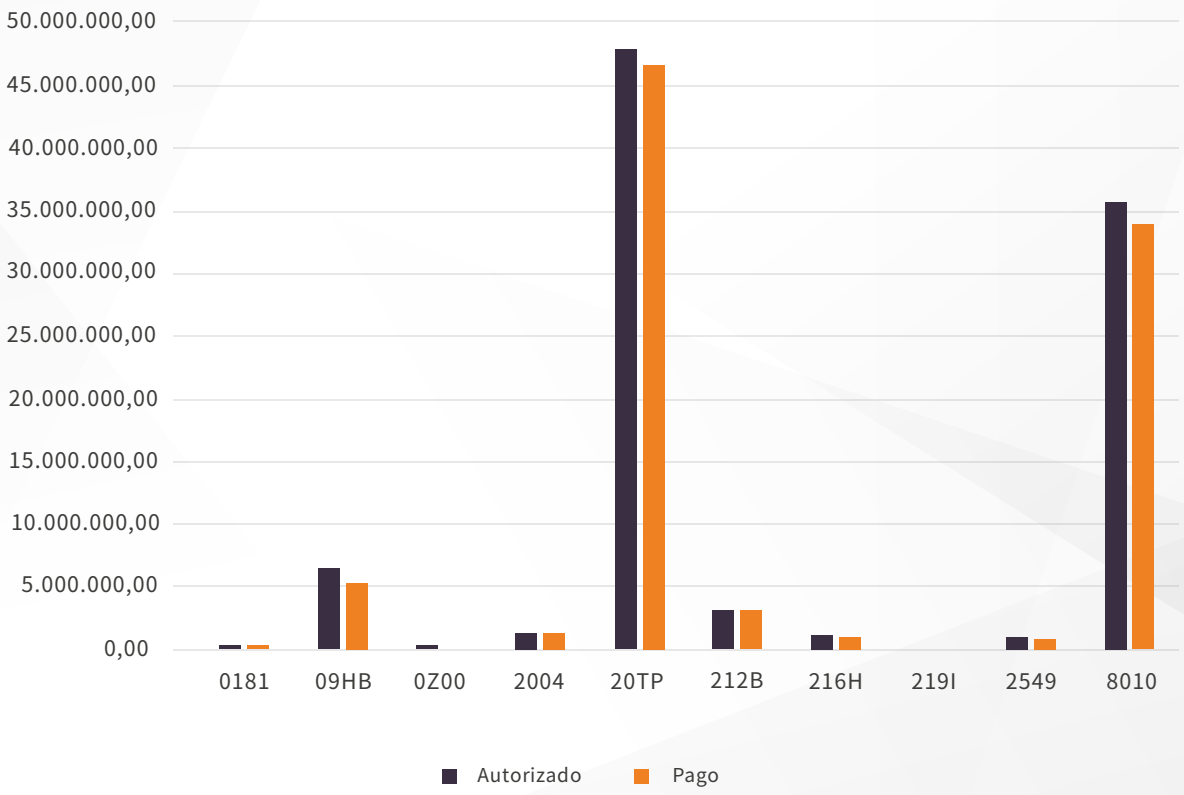
A execução da despesa no exercício de 2019 transcorreu sem grandes obstáculos, apesar dos desafios inerentes a um cenário macroeconômico com significativas restrições fiscais e dos óbices afetos à rotina administrativa de órgãos públicos em geral. Como 2019 foi o último ano em que houve a compensação do Poder Executivo, conforme previsto no art. 1º §7º, da Emenda Constitucional nº 95/2016, os esforços do Conselho objetivaram otimizar a execução da despesa, de forma a permitir que, a partir de 2020, o CNMP se enquadre às exigências do teto constitucional, sem impactar negativamente as suas atividades.

Há que se ressalvar, contudo, que ocorrências pontuais contribuíram para que a dotação disponibilizada não tenha sido executada totalmente, como: redução de valores licitados em relação aos valores de referência (por exemplo: a aquisição de novas licenças com suporte técnico e atualização de versão, e contratação de subscrições de produtos Oracle efetivada – a aquisição – em valores inferiores aos apurados nas pesquisas de preços); atrasos e/ou fracassos em licitações e licitações canceladas em virtude de atrasos causados por fornecedores.

Ressalta-se que não houve contingenciamento de despesas no exercício devido ao CNMP não participar da base contingenciável em 2019.

As figuras e os quadros a seguir demonstram como se deu a execução das despesas em 2019 por ação orçamentária e elemento de despesa e quadro demonstrativo com a evolução do orçamento do CNMP nos últimos 5 anos:

Figura 23. Execução das despesas por ação orçamentária (em reais – R$)[6]



6 Conforme Volume III da Lei Orçamentária Anual de 2019, os códigos referem-se respectivamente a: 0181 – Aposentadorias e Pensões Civis da União; 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais; 0Z00 – Reserva de Contingência – Financeira; 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes; 20TP – Ativos Civis da União; 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes; 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos; 219I - Publicidade Institucional e de Utilidade Pública; 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional; e 8010 - Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público.

Quadro 3. Execução das despesas por elemento de despesa inserir (em reais – R$)

Cód. Elemento Despesa	Descrição Elemento Despesa	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago	% Execução LOA 2019
		95.574.013,00	**92.361.678,83**	**90.899.290,11**	**90.899.088,36**	**95,11%**
00	**[A DETALHAR]**	255.357,80	0,00	0,00	0,00	0,00%
01	**APOSENTADORIAS RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS**	260.847,00	260.262,79	260.262,79	260.262,79	99,78%
07	**CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA**	776.270,08	776.048,18	775.048,18	775.048,18	99,84%
08	**OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR**	599.778,00	577.131,95	576.411,95	576.411,95	96,10%
11	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL**	44.881.046,58	43.815.723,45	43.797.843,45	43.797.843,45	97,59%
13	**OBRIGAÇÕES PATRONAIS**	6.930.218,22	5.948.645,89	5.946.545,89	5.946.545,89	85,81%
14	**DIÁRIAS - CIVIL**	4.536.644,73	4.530.236,96	4.530.236,96	4.530.236,96	99,86%
16	**OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL**	568.270,00	477.333,37	475.333,37	475.333,37	83,65%
30	**MATERIAL DE CONSUMO**	889.171,54	889.171,54	797.662,55	797.662,55	89,71%
32	**MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**	5.404,00	5.404,00	5.404,00	5.404,00	100,00%
33	**PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO**	2.677.778,04	2.677.481,59	2.663.161,23	2.663.161,23	99,45%
35	**SERVIÇOS DE CONSULTORIA**	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	100,00%
36	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA**	650.710,10	629.195,39	629.195,39	629.195,39	96,69%
37	**LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**	8.402.980,88	8.402.980,22	7.519.772,34	7.519.772,34	89,49%
39	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	14.490.561,64	14.392.019,56	14.146.524,25	14.146.524,25	97,63%
40	**SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ**	3.513.576,96	3.420.922,11	3.249.576,38	3.249.576,38	92,49%
46	**AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO**	2.501.653,00	2.501.544,02	2.500.344,02	2.500.344,02	99,95%
47	**OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS**	200.684,48	200.684,48	199.086,42	199.086,42	99,20%
49	**AUXÍLIO-TRANSPORTE**	10.710,00	6.684,73	6.584,73	6.584,73	61,48%
52	**EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**	905.210,34	596.721,65	567.715,46	567.715,46	62,72%
92	**DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**	114.128,92	94.955,60	94.955,60	94.955,60	83,20%
93	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**	2.281.700,53	2.038.421,52	2.037.515,32	2.037.313,57	89,30%
96	**RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO**	118.810,16	117.609,83	117.609,83	117.609,83	98,99%

Figura 24. Evolução da dotação orçamentária nos últimos 5 anos (em reais – R$)

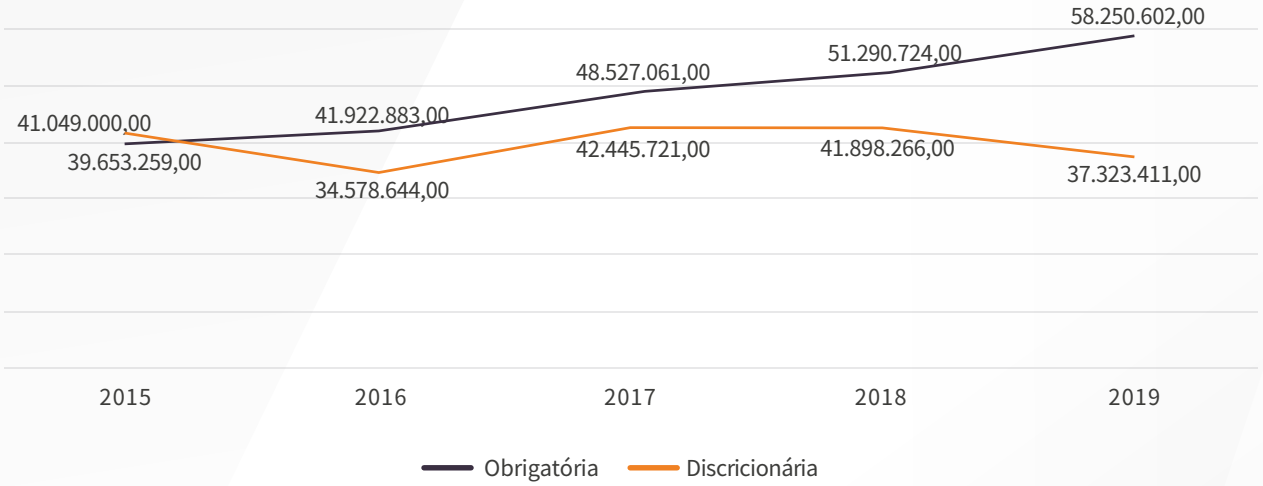
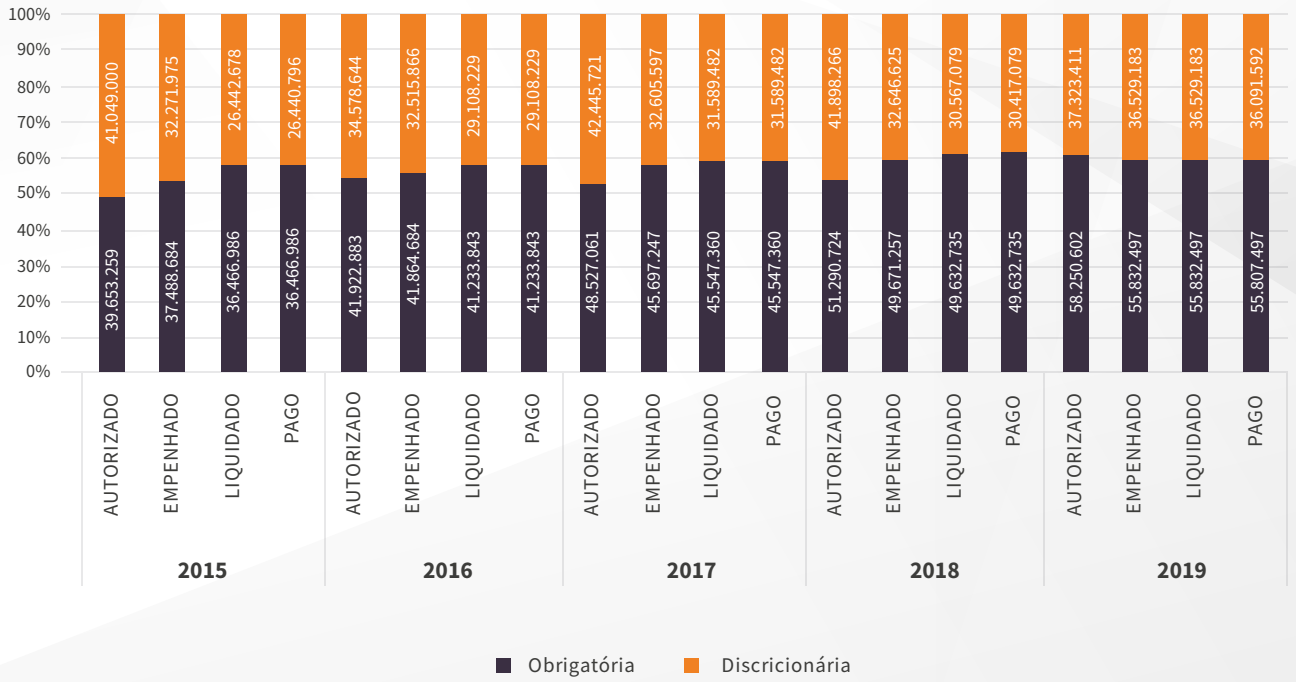


Figura 25. Evolução da execução da despesa por tipo de despesa (em reais – R$)



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafio	Ação futura
Viabilizar recursos orçamentários necessários ao atendimento das demandas do órgão, no atual contexto de restrição orçamentária, imposto pela Emenda Constitucional nº 95/16	Aperfeiçoar as ferramentas informatizadas de elaboração, acompanhamento e análise do planejamento e da execução orçamentária, disponíveis no órgão

4.2.2. GESTÃO DE PESSOAS

A fim de aplicar as regras da Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o CNMP observa um conjunto de atos internos que visam a regulamentar as práticas de gestão de pessoas no Conselho. Os atos normativos são portarias expedidas pela Presidência do órgão, que geralmente regulamenta as Resoluções aprovadas pelo Plenário do Conselho e que se aplicam a todo o Ministério Público. Os principais atos normativos são:

Quadro 4. Principais atos normativos de Gestão de Pessoas

Exercício de funções de confiança e cargos em comissão	Portaria CNMP-PRESI nº 111, de 03 de maio de 2013;
Resolução que regulamenta o exercício de cargos em comissão	Resolução CNMP nº 177, de 05 de julho de 2017;
Estágio	Portaria CNMP-PRESI nº 61, de 27 de maio de 2016;
Desenvolvimento na carreira	Portaria CNMP-PRESI nº 120, de 14 de maio de 2013;
Estágio Probatório	Portaria CNMP-PRESI nº 101, de 24 de abril de 2013;
Adicional de Qualificação	Portaria CNMP-PRESI nº 76, de 26 de julho de 2016;
Plano de Incentivo de Idiomas	Portaria CNMP-PRESI nº 78, de 9 de julho de 2015;
Programa de Pós-graduação	Portaria CNMP-PRESI nº 50, de 4 de maio de 2016;

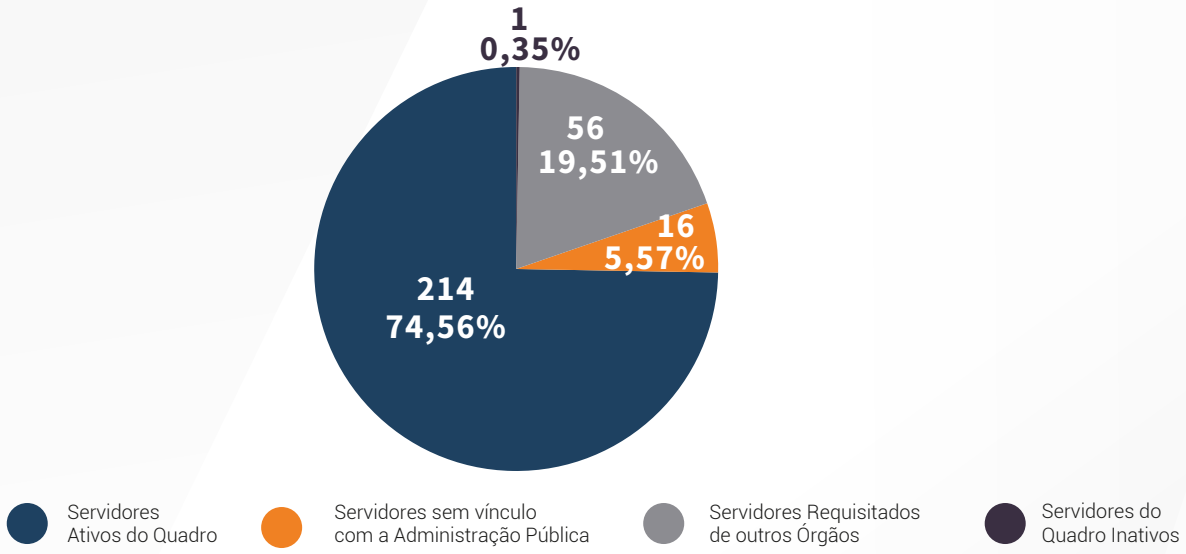
Treinamento e Desenvolvimento	Portaria CNMP-PRESI nº 147, de 31 de agosto de 2011;
Pré-escolar	Portaria CNMP-PRESI nº 32, de 1º de março de 2018;
Auxílio-alimentação	Portaria CNMP-PRESI nº 31, de 1º de março de 2018;
Auxílio-natalidade	Portaria Ministério da Economia nº 3.424 de 29 de abril de 2019;
Auxílio-transporte	Portaria CNMP-PRESI nº 197, de 08 de julho de 2013;
Ajuda de Custo para moradia	Resolução CNMP Nº 194, de 18 de dezembro 2018;
Ajuda de custo e de transporte	Portaria CNMP-PRESI nº 162, de 21 de novembro de 2018;
Consignações	Portaria CNMP-PRESI nº 131, de 13 de outubro de 2015;
Movimentação de pessoal	Portaria CNMP-PRESI nº 71, de 19 de julho de 2017;
Realização de trabalho remoto no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público	Portaria CNMP-PRESI n° 253, de 10 de dezembro de 2019.

Além desses atos normativos internos, o CNMP observa a conformidade à Lei nº 13.316/2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público e fixa valores de sua remuneração.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O quadro de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público conta com **287 servidores**, dispostos conforme a figura a seguir (dados de dezembro de 2019):

Figura 26. Composição da força de trabalho por tipologia dos cargos



Dos servidores ativos do quadro, 192 são estáveis (89,72%) e 22 encontram-se em estágio probatório (10,28%).

Figura 27. Distribuição de servidores ativos por gênero

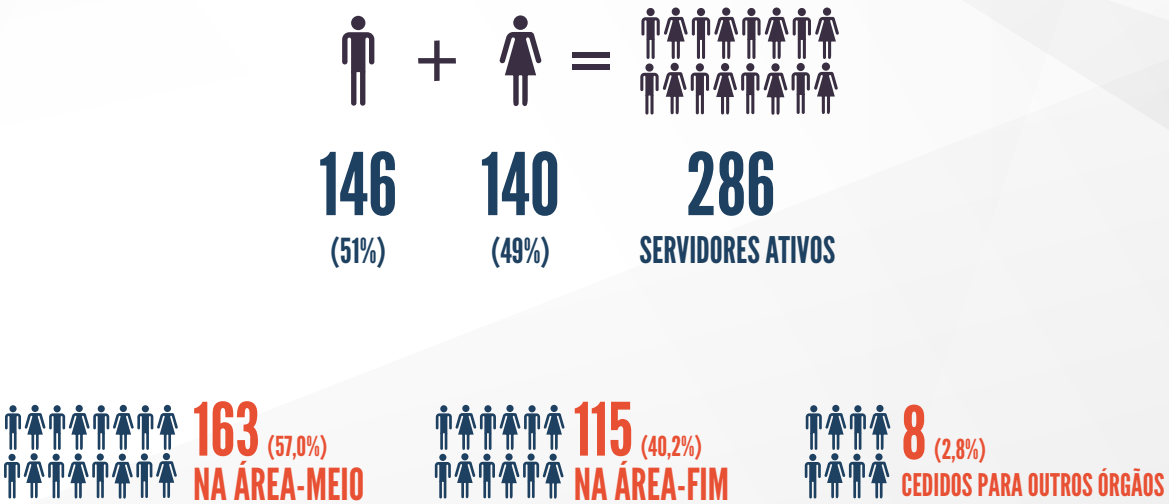


Figura 28. Distribuição de servidores ativos por faixa etária

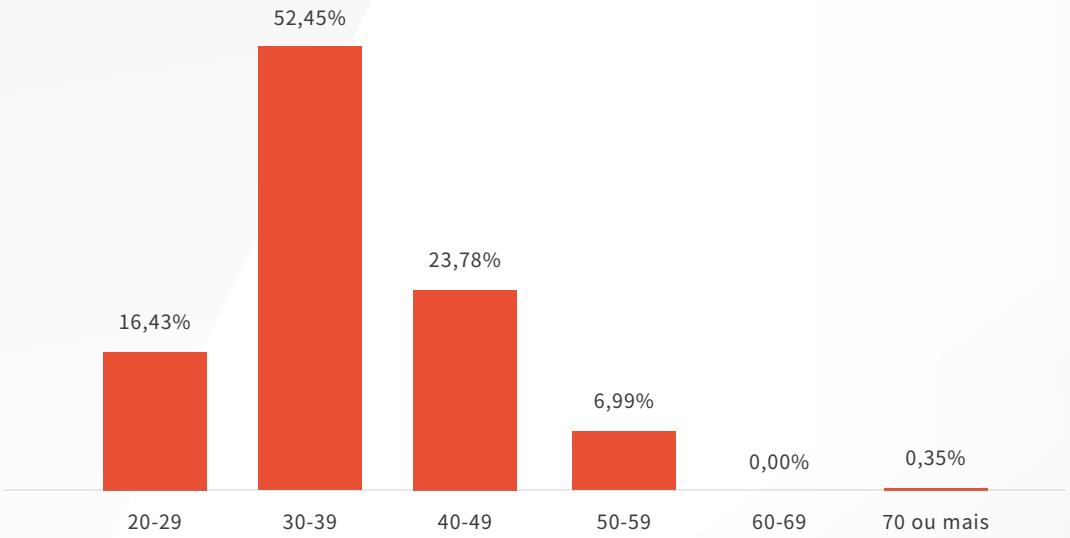
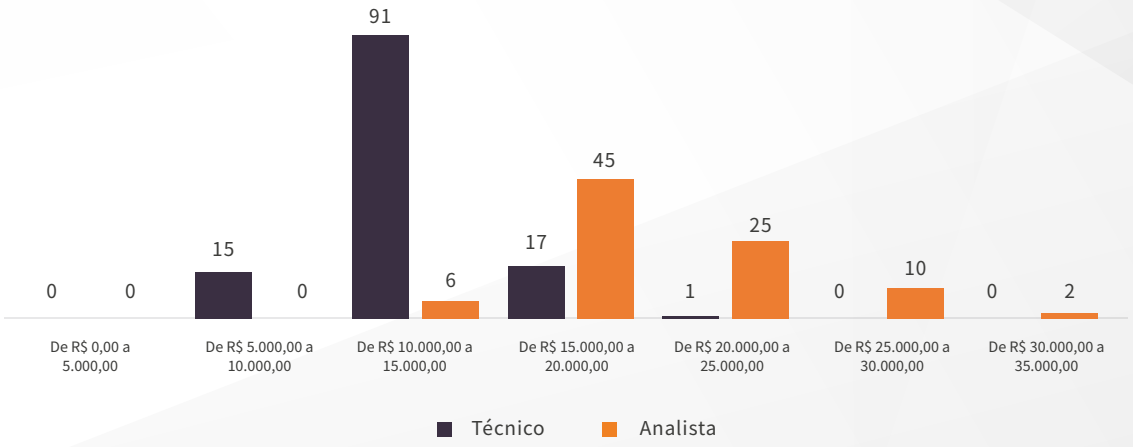




Figura 29. Distribuição de servidores ativos por faixa salarial[7]



7 Vale destacar que duas servidoras se encontram em licença para tratar de interesse particular e um servidor inativo não foram computados no gráfico de faixa salarial.

Figura 30. Distribuição de servidores ativos por etnia

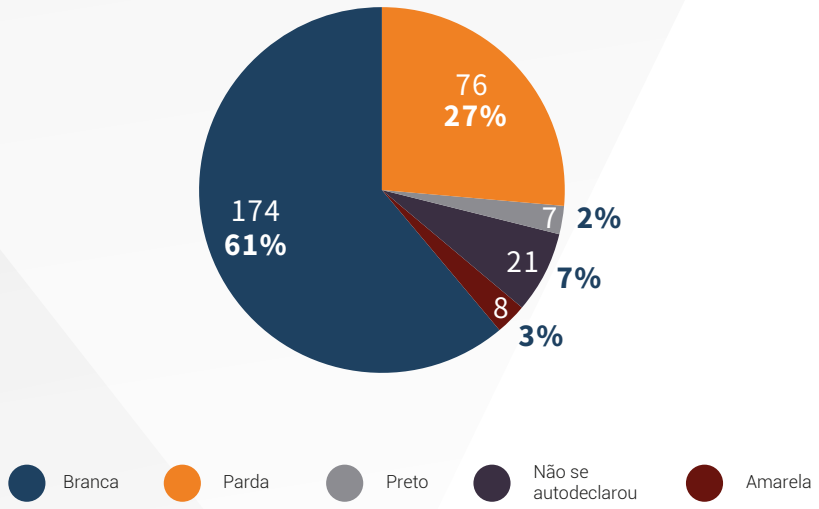


Figura 31. Distribuição de servidores ativos por tipo de deficiência



ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Conforme a Lei 13.316/2016, o ingresso nos cargos das carreiras do CNMP ocorrerá no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas, inclusive prova prática e prova de capacidade física, se for o caso, ou de provas e títulos. O 1º Concurso do CNMP, para provimento de seu quadro próprio de servidores, teve vigência até o dia 25 de maio de 2019, nos termos do Edital CNMP-PRESI nº 1/2017. Não há previsão de novo concurso até o presente momento.

Em relação à movimentação de pessoal, a Portaria CNMP-PRESI nº 71/2017 designou a área de Gestão de Pessoas para coordenar a seleção interna para preenchimento de vagas, a pedido da unidade demandante. A divulgação das vagas ocorre na intranet, e o processo seletivo pode incluir análise curricular, entrevista pessoal, provas e outras modalidades de avaliação, a critério da unidade demandante e área de Gestão de Pessoas.

Ademais, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) possui o Banco de Interesses, formulário disponibilizado pela intranet uma vez ao ano, a partir do ano de 2018, para que os servidores preencham as unidades de interesse de lotação. As respostas também são analisadas por essa Secretaria quando há surgimento de vagas ou oportunidade de permuta. Alguns cargos possuem lotação específica e, por isso, possuem mobilidade limitada, tais como os analistas de Arquitetura, Comunicação Social, Controle Interno e Engenharia. Já os cargos de Analista de Gestão Pública, Analista Jurídico e Técnico Administrativo possuem uma mobilidade maior dentro do Órgão.

Vale ressaltar que o sistema do Programa de Gestão por Competências, atualmente em desenvolvimento, contribuirá para o aperfeiçoamento desse processo de alocação/seleção interna.

DETALHAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL E TABELAS REMUNERATÓRIAS

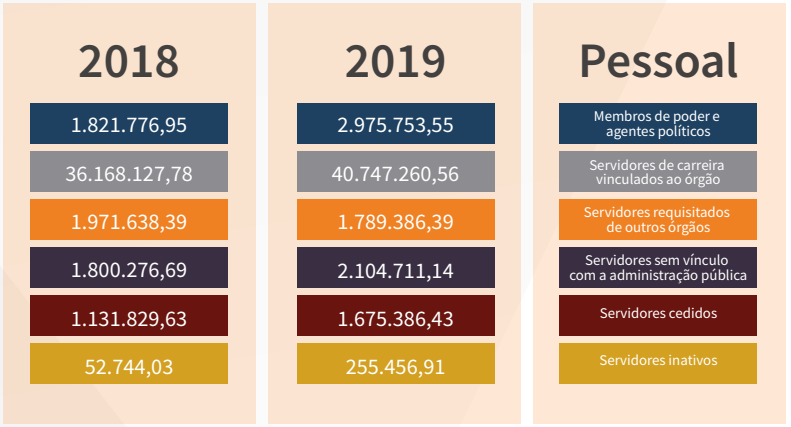
O aumento com gasto de pessoal se deve à incorporação da última parcela do aumento concedido às carreiras dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho do Ministério Público, por meio da Lei nº 13.316/2016. Esta lei, além de conceder o incremento na remuneração de pessoal, estabeleceu as tabelas remuneratórias da carreira.

Quadro 5. Evolução do custo do Pessoal por vínculo (em reais – R$)

Tipologias/ Exercícios[8]		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	1.211.344,09	0,00	99.988,61	0,00	642.055,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.953.388,05
	2018	1.041.398,28	19.345,32	89.116,26	0,00	607.269,39	0,00	0,00	64.647,70	0,00	1.821.776,95
	2019	1.180.404,29	140.605,52	99.691,59	0,00	1.526.393,85	0,00	0,00	28.658,30	0,00	2.975.753,55
Servidores de carreira vinculados ao órgão											
Exercícios	2017	23.446.583,42	2.667.962,54	2.346.355,29	1.524.959,15	2.639.339,23	6.260,10	134.566,72	8.967,19	0,00	32.774.993,64
	2018	25.762.876,90	2.812.883,18	2.524.615,08	2.019.727,77	2.745.999,89	8.570,25	150.533,87	142.920,84	0,00	36.168.127,78
	2019	30.000.543,76	2.897.627,63	2.806.943,82	2.150.878,63	2.758.879,17	4.614,75	112.137,16	15.635,64	0,00	40.747.260,56
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão											
Exercícios	2017	0,00	1.913.745,22	171.301,12	155.131,42	177.555,92	0,00	15.908,74	7.705,42	0,00	2.441.347,84
	2018	0,00	1.508.814,31	131.421,62	199.612,78	80.449,26	0,00	19.998,62	31.341,80	0,00	1.971.638,39
	2019	0,00	1.337.424,13	127.780,59	209.589,15	106.550,32	0,00	4.464,50	3.577,70	0,00	1.789.386,39
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0,00	1.107.372,00	92.804,95	26.356,13	222.807,09	0,00	0,00	4.267,50	0,00	1.453.607,67
	2018	1.621,37	1.360.517,17	113.134,97	65.263,18	254.540,90	0,00	2.499,99	2.699,11	0,00	1.800.276,69
	2019	3.242,66	1.547.666,26	143.802,89	56.712,65	334.136,64	0,00	13.005,55	6.144,49	0,00	2.104.711,14
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	822.053,04	0,00	78.489,48	29.061,89	61.317,45	659,25	0,00	0,00	0,00	991.581,11
	2018	929.121,29	0,00	80.726,89	41.410,87	69.528,30	0,00	8.727,20	2.315,08	0,00	1.131.829,63
	2019	1.385.960,17	2.219,66	117.386,15	61.125,11	107.619,43	659,25	416,66	0,00	0,00	1.675.386,43
Servidores inativos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2018	33.974,67	0,00	18.769,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.744,03
	2019	235.976,16	0,00	19.480,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.456,91

8 O exercício de 2017 foi retificado, excluindo-se o valor de diárias de todas as classes, uma vez que a despesa não pertence à Unidade Gestora de Pessoal.

Figura 32. Execução de custo com pessoal por vínculo 2018-2019



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

A carreira dos servidores do CNMP é regida pela Lei 13.316/2016, a qual divide a estrutura funcional do Órgão em dois cargos: Analista e Técnico. A carreira é escalonada em classes e padrões, conforme abaixo e disposto no Anexo II da Lei citada:

Quadro 6. Tabela de estrutura e de remuneração (em reais – R$)

Cargo	Classe	Padrão	Vigência janeiro 2019		
			VENCIMENTO	GAMPU 140%	REMUNERAÇÃO BASE
ANALISTA	C	13	7.792,30	10.909,22	18.701,52
		12	7.565,34	10.591,48	18.156,82
		11	7.344,99	10.282,99	17.627,98
		10	7.131,06	9.983,48	17.114,54
		9	6.923,36	9.692,70	16.616,06
	B	8	6.550,01	9.170,01	15.720,02
		7	6.359,23	8.902,92	15.262,15
		6	6.174,01	8.643,61	14.817,62
		5	5.994,18	8.391,85	14.386,03
		4	5.819,60	8.147,44	13.967,04
	A	3	5.505,76	7.708,06	13.213,82
		2	5.345,40	7.483,56	12.828,96
		1	5.189,71	7.265,59	12.455,30
TÉCNICO	C	13	4.749,33	6.649,06	11.398,39
		12	4.611,00	6.455,40	11.066,40
		11	4.476,70	6.267,38	10.744,08
		10	4.346,31	6.084,83	10.431,14
		9	4.219,71	5.907,59	10.127,30
	B	8	3.992,16	5.589,02	9.581,18
		7	3.875,88	5.426,23	9.302,11
		6	3.763,00	5.268,20	9.031,20
		5	3.653,40	5.114,76	8.768,16
		4	3.546,98	4.965,77	8.512,75
	A	3	3.355,71	4.697,99	8.053,70
		2	3.257,97	4.561,16	7.819,13
		1	3.163,07	4.428,30	7.591,37

O desenvolvimento do servidor na carreira ocorre mediante progressão funcional e promoção. Entende-se por progressão funcional a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano. Além disso, a Portaria PRESI/CNMP nº 120/2013 dispõe que para progressão ainda é necessária a obtenção de resultado igual ou superior à média estabelecida para avaliação formal de desempenho, que corresponde a um índice de desempenho igual ou superior a 70%, isto é, uma média de 3,8 na avaliação de desempenho.

Por promoção entende-se a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento ou em ação ou programa de capacitação oferecidos, que contabilizem um mínimo de 100 horas-aula.

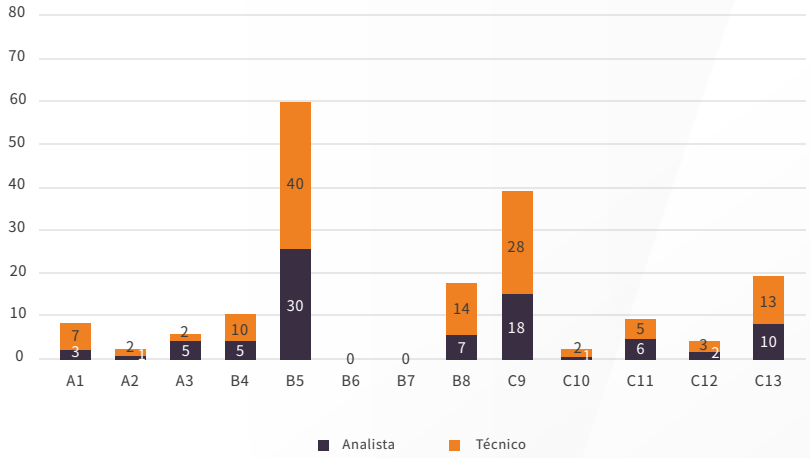
A avaliação funcional de desempenho, a qual os servidores são submetidos, é estruturada com os seguintes eixos de competência:

- **Relacionamento Profissional e Humano.**
- **Capacidade Técnica.**
- **Iniciativa e Comprometimento com o Trabalho.**
- **Responsabilidade.**

Vale destacar que não há gratificação de desempenho regulamentada para este Conselho.

A distribuição dos servidores por carreira se dá pela seguinte forma:

Figura 33. Distribuição dos servidores por classe e padrão



Identifica-se uma maior concentração de servidores na classe e padrão B5, que corresponde a 70 servidores, tanto analistas quanto técnicos, perfazendo um percentual de 32,7%. Essa concentração é em decorrência especialmente da grande quantidade de servidores que ingressaram no CNMP pelo 1º Concurso do CNMP, que ocorreu em 2015.

Por fim, cabe pontuar que atualmente 51,3% dos cargos em comissão são ocupados por servidores do quadro do CNMP, respeitando, assim, o percentual definido na Lei nº 13.316/2016.

CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMERO

O CNMP elabora o Plano de Capacitação anualmente, o qual é estruturado por meio do levantamento de necessidades de treinamento pelos gestores de cada Unidade.

Para cada necessidade de treinamento, os gestores precisam classificar a sua prioridade e estimar a quantidade de servidores a serem capacitados. Além disso, é necessário vincular o treinamento com alguma iniciativa ou projeto do Plano de Gestão do Órgão.

A classificação de prioridades é fundamental para o acompanhamento da execução do plano, pois, em caso de restrição orçamentária ou de decisão acerca de permissão para a ação de capacitação, dar-se-á preferência às ações de capacitação classificadas como "Prioridade Alta".

Figura 34. Capacitação: investimento e servidores capacitados



Em 2019, foi realizado o investimento de R$ 303.535,37 em capacitação, tendo 151 servidores participado de ações de treinamento. Desses, 104 servidores do quadro ativo realizaram mais de 40 horas de treinamento, o que representa um percentual de 48,6% dos servidores do quadro ativos.

As ações de treinamento foram divididas entre:

- Cursos técnicos externos: contratados junto a instituições de ensino;
- Cursos internos: ministrador por servidores do CNMP;
- Incentivos para o estudo do idioma estrangeiro; e
- Incentivos para cursos de pós-graduação.

PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

Em 2019, a Secretaria de Gestão de Pessoas, alinhada com o Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (PE-CNMP 2018-2023), destacou os três objetivos estratégicos relacionados à unidade:

- Objetivo Estratégico 13 - Fomentar a gestão do conhecimento;
- Objetivo Estratégico 14 - Promover sinergia e qualidade de vida no trabalho; e
- Objetivo Estratégico 15 - Aperfeiçoar a gestão por competências.

Para esses objetivos foram definidos indicadores de nível tático a serem monitorados pela unidade com o intuito de contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos. Cabe salientar que os objetivos estratégicos 13 e 15 foram agrupados para a criação dos indicadores.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13: FOMENTAR A GESTÃO DO CONHECIMENTO E OBJETIVO ESTRATÉGICO 15: APERFEIÇOAR A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

Percentual de execução do orçamento destinado à capacitação

META 2019 = 100%
MEDIÇÃO 2019 = 85,8%
POLARIDADE: POSITIVA

Percentual de servidores efetivos com 40 horas ou mais de treinamento

META 2019 = 55%
MEDIÇÃO 2019 = 48,6%
POLARIDADE: POSITIVA

OBJETIVO ESTRATÉGICO 14: PROMOVER SINERGIA E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Percentual de servidores que aderiram ao Programa de Exames Periódicos de Saúde (PEPS)

META 2019 = 50%
MEDIÇÃO 2019 = 53%
POLARIDADE: POSITIVA

Índice de absenteísmo

META 2019 = ATÉ 3%
MEDIÇÃO 2019 = 2,9%
POLARIDADE: NEGATIVA

Para atingir as metas estabelecidas pelos indicadores e considerando que há uma preocupação da SGP em priorizar a realização de treinamentos internos ministrados por servidores públicos, propagando a gestão do conhecimento e a redução dos custos com capacitação, foram promovidas as seguintes ações por eixo:

Figura 35. Ações de capacitações realizadas em 2019

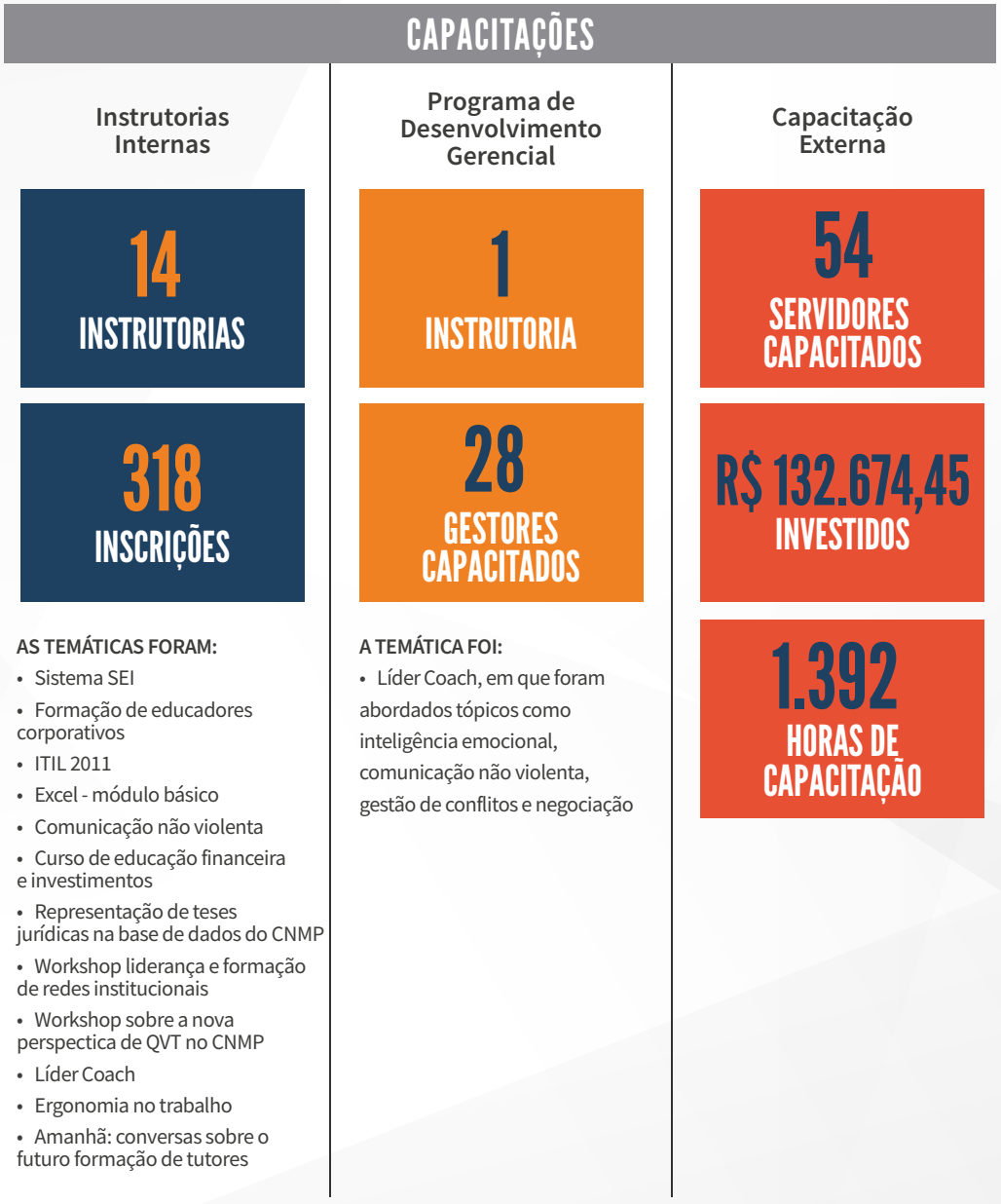


Figura 36. Ações de qualidade de vida realizadas em 2019



ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL POR MEIO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

O CNMP possui um termo de execução descentralizada - TED - com o MPF. Este instrumento possibilita aos conselheiros, membros e servidores do CNMP a utilização dos serviços multiprofissionais de saúde prestados pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde da Procuradoria-Geral da República - SSI-Saúde/PGR, bem como a utilização do Programa de Saúde e Assistência Social - Plan-Assiste.

ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

O CNMP deu início ao projeto de construção das políticas de gestão de pessoas e de qualidade de vida no trabalho. Para tanto, foi realizada uma consulta pública a todos os colaboradores do Órgão (72 responderam, sendo 57 servidores, 2 membros, 12 terceirizados e 1 estagiário). Além disso, também foram realizados *workshops* e palestras sobre os temas.

COORDENAÇÃO DA SALA DE APOIO À AMAMENTAÇÃO

O CNMP dispõe de uma sala de apoio à amamentação. A sala visa a amparar as mães que frequentam o CNMP, de modo a oferecer um ambiente mais humanizado e acolhedor.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafios	Ações futuras
• Ampliar o quadro de pessoal do CNMP; • Restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016, gerando impacto nas despesas relacionadas à gestão de pessoas, tais como capacitação, ações de qualidade de vida, contratação de estagiários e impossibilidade de reposição em vacâncias onerosas, como aposentadoria.	• Complementar o Sistema Astris com o desenvolvimento de gamificação, de trilhas de capacitação e de um módulo de seleção e movimentação; • Estruturar a Educação Corporativa do CNMP; e • Desenvolver *Business Intelligence* de Gestão de Pessoas.

4.2.3. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

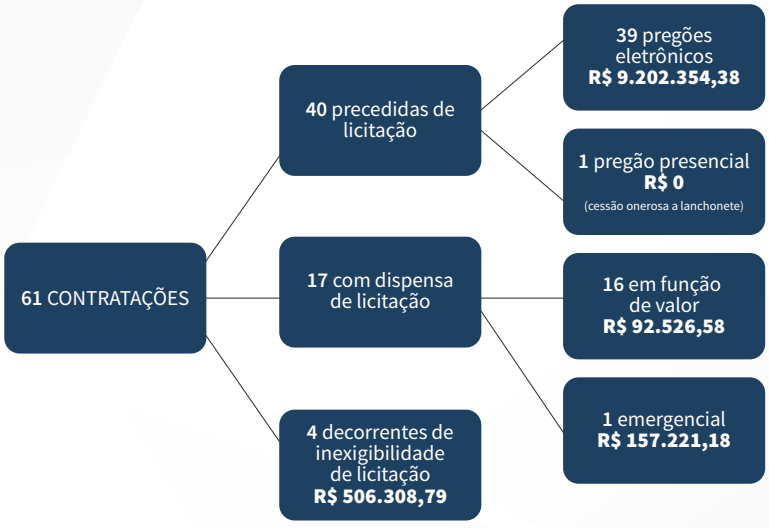
As contratações do CNMP possuem conformidade com os normativos legais, em especial:

- Leis nº 8.666/1993;
- Lei nº 10.520/2002;
- Lei Complementar nº 123/2006;
- Decretos nº 3.555/2000;
- Decreto nº 10.024/2019;
- Instrução Normativa MPOG nº 05/2017;
- Resolução CNMP nº 102/2013;
- Portaria CNMP-SG Nº 146/2017.

Além disso, o órgão conta com diversas instâncias de controle, entre elas a Assessoria Jurídica e a Auditoria Interna. Vale destacar também a vinculação das aquisições e prorrogações ao Calendário de Contratações, elaborado no âmbito do Plano de Gestão Anual.

DETALHAMENTO DOS GASTOS DAS CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE E ESPECIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS CONTRATADOS PARA O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO

Figura 37. Processos de contratações e seus valores totais[9]



Quadro 7. Comparação de contratações 2018-2019

Contratações	2018		2019	
	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total
Pregões eletrônicos	28	R$ 3.006.189,73	39	R$ 9.202.354,38
Pregões Presenciais	0	-	1	R$ 0,00
Dispensas de licitação	9	R$ 37.969,27	16	R$ 92.526,58
Dispensas Emergenciais	0	-	1	R$ 157.221,18
Inexigibilidades	3	R$ 26.664,85	4	R$ 506.308,79
* Energia elétrica	1	R$ 642.854,76	1	R$ 774.503,46
* Água e esgoto	1	R$ 140.611,34	1	R$ 162.101,77
Total	**42**	**R$ 3.854.289,95**	**63**	**R$ 10.895.016,16**

9 Além das 4 contratações decorrentes de inexigibilidade firmadas em 2019, foram pagos os valores das contratações decorrentes de inexigibilidade firmadas em 2018 referentes a serviços de energia elétrica (R$ 774.503,46) e a água e esgoto (R$ 162.101,77).

Quadro 8. Distribuição de processos de contratação por finalidade e seus valores totais, 2019

Finalidade	Quantidade	Valor Total
Tecnologia da Informação	9	R$ 957.379,77
Funcionamento administrativo	27	R$ 7.022.404,51
Infraestrutura	14	R$ 946.242,45
Transporte	4	R$ 444.485,27
Comunicação	6	R$ 576.699,29
Biblioteca	1	R$ 11.199,64
Total	**61**	**R$ 9.958.410,93**

Quanto ao funcionamento administrativo do órgão, realizaram-se, em 2019, as seguintes contratações:

- Serviço de limpeza, conservação e jardinagem
- Serviço de apoio administrativo
- Café
- Passagens Aéreas
- Material de Expediente
- Aquisição de materiais, eletrodomésticos e móveis
- Coleta de resíduos sólidos
- Uniformes e distintivos
- Nossa Casa - Espaço Convivência
- Materiais e equipamentos de copa
- Ginástica Laboral
- Locação de bebedouro
- Seguro Predial
- Garrafas Térmicas
- Mobiliário
- Lanchonete
- Sistema *Open Journal System*
- Manutenção em extintores de incêndio
- Transcrição de áudio
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
- Controle de pragas
- Plantas e insumos
- Bandeiras para mastro externo
- Manutenção de sistema de recursos humanos

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, SUA ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVAS PARA ESSAS CONTRATAÇÕES

Os principais contratos relacionados à gestão administrativa da instituição são os contratos de locação do imóvel, copeiragem, limpeza e conservação, vigilância, brigadistas e apoio administrativo, cujos valores são os seguintes:

Quadro 9. Principais contratos e seus valores totais de 2019

Principais Contratos	2019
Locação do imóvel	R$ 9.764.237,68
Serviços de copeiragem	R$ 611.681,88
Serviços de limpeza e conservação	R$ 799.622,28
Serviço de vigilância	R$ 2.250.255,84
Serviço de brigadistas	R$ 731.937,12
Apoio administrativo	R$ 2.630.292,84

Os serviços mencionados são indispensáveis e viabilizam o bom funcionamento da Casa e a realização das demais atividades. Vinculam-se, assim, aos macroprocessos da Cadeia de Valor "Suporte Organizacional" e "Segurança Institucional" e ao objetivo estratégico de "Aprimorar os padrões de desempenho e qualidade na prestação do serviço público".

CONTRATAÇÕES DIRETAS: PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO, PRINCIPAIS TIPOS E JUSTIFICATIVAS PARA REALIZAÇÃO

Foram realizadas 16 contratações por dispensa de licitação em função do valor (em um total de R$ 92.526,58), 1 dispensa emergencial relativa à contratação de motoristas de veículos oficiais (valor total de R$ 157.221,18) e 4 contratações decorrentes de inexigibilidade (total de R$ 506.308,79). Ademais, contratou-se, também por inexigibilidade, os serviços de energia elétrica (R$ 774.503,46) e água e esgoto (R$ 162.101,77).

As dispensas de licitação foram em função do valor de acordo com o que estabelece o art. 24, incisos I, II, a dispensa por situação emergencial foi realizada com base no inciso IV, e as inexigibilidades foram devidas a objetos com fornecedores exclusivos, conforme previsto no art. 25, inciso I, todos da Lei nº 8.666/93.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafios	Ações futuras
• Aumentar as compras compartilhadas e a participação em licitações com outros órgãos; • Aprimorar as licitações sustentáveis.	• Contratar o serviço de almoxarifado virtual; • Implementar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP); • Implementar o TaxiGOV.

4.2.4. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

O Conselho Nacional do Ministério Público segue as disposições legais preconizadas nos arts. 37, 70 e 75 da Constituição da República, na Lei nº 4.320/1964, na Lei nº 8.429/1992, no Decreto-Lei nº 200/1967, na Lei Complementar nº 101/2000, na Instrução Normativa nº 205/1988, bem como nas orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, na Portaria CNMP-SG nº 271/2017 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS), AVALIAÇÃO DO SEU CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Figura 38. Investimentos de capital (entradas) por tipo



DESFAZIMENTO DE ATIVOS

As **baixas executadas** em 2019 somaram **R$ 2.118.996,38** (dois milhões, cento e dezoito mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos), sendo R$ 1.666.485,99 (um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e noventa e nove centavos) por cessão/doação e R$ 452.510,39 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e dez reais e trinta e nove centavos) por outros motivos (extravio, sinistro, reparo não concluído, mudança de permanente para consumo e acerto patrimonial):

Quadro 10. Distribuição do desfazimento de ativos por tipo

Motivos	2019
Extravio	R$ 3.433,16
Cessão/doação	R$ 1.666.485,99
Sinistro	R$ 1.500,74
Reparo não concluído	R$ 4.953,84
Mudança de permanente para consumo (livros)	R$ 439.206,08
Acerto patrimonial	R$ 3.416,57
Total	**R$ 2.118.996,38**

LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Em 2019, gastou-se um montante de R$ 9.764.237,68 com a locação de imóvel comercial situado na SAFS Quadra 2, Lote 3, em Brasília-DF, com 11.748,54 m², sendo:

- R$ 6.888.960,00 referente ao aluguel dos doze meses de 2019, ensejando o valor mensal de R$ 574.080,00;
- R$ 2.875.279,68 referente à antecipação de cinco meses e nove dias de aluguel de 2020, para obtenção do desconto de 5,5% (correspondente à economia de R$ 167.344,32) conforme aditivo em contrato.

Quanto ao aluguel de equipamentos, há dois contratos vigentes, com os seguintes objetos e valores:

- Locação de Bebedouros – R$ 30.238,92
- Locação de Impressoras – R$ 250.169,16

Em 2019, não houve mudanças ou desmobilizações relevantes.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÃO FUTURA

Desafios	Ação futura
• Aquisição do edifício-sede; • Aprimorar a acessibilidade do edifício.	• Aumentar a eficiência energética e hídrica.

4.2.5.GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL

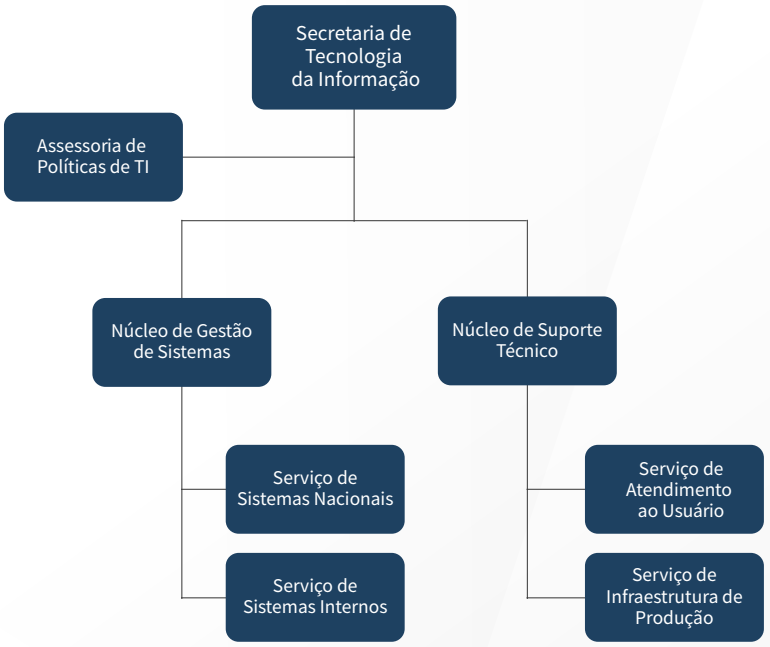
Principais atribuições da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), segundo o art. 67 da Portaria CNMP-PRESI nº 95/2017:

I – planejar, coordenar, orientar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas à tecnologia da informação do CNMP;

II – propor políticas, acordos de cooperação, normas, procedimentos ou instrumentos congêneres relativos à tecnologia da informação;

III – promover a adoção de boas práticas de governança e gestão de tecnologia da informação adotadas pelo CNMP (...).

Figura 39. Organização interna da STI



MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

O modelo de governança de TI do CNMP está definido na Portaria CNMP-PRESI nº 160/2014, que institui o **Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI)**, vinculado ao Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE).

As atribuições do SETI, conforme prevê o art. 6º da referida portaria, incluem, entre outras: propor políticas e diretrizes de TI, encaminhar sugestões de indicadores, metas, processos, ações, projetos e iniciativas para melhoria contínua da gestão de TI, definir padrões de funcionamento, integração, qualidade e segurança dos serviços e sistemas, propor boas práticas de governança, gestão e uso de ativos de TI e apresentar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

Quanto ao planejamento de Tecnologia da Informação, a Portaria CNMP-PRESI nº 25/2018 estabelece, em seu art. 15, que o planejamento estratégico do órgão deve ser desdobrado em planos táticos setoriais, dentre eles o **Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**, com vigência mínima de dois anos. Os planos diretores, por sua vez, desdobram-se em planos de gestão anuais,

que elencam inciativas, projetos e seus respectivos prazos, visando à execução dos planos táticos e, em última instância, à concretização do planejamento estratégico do órgão.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

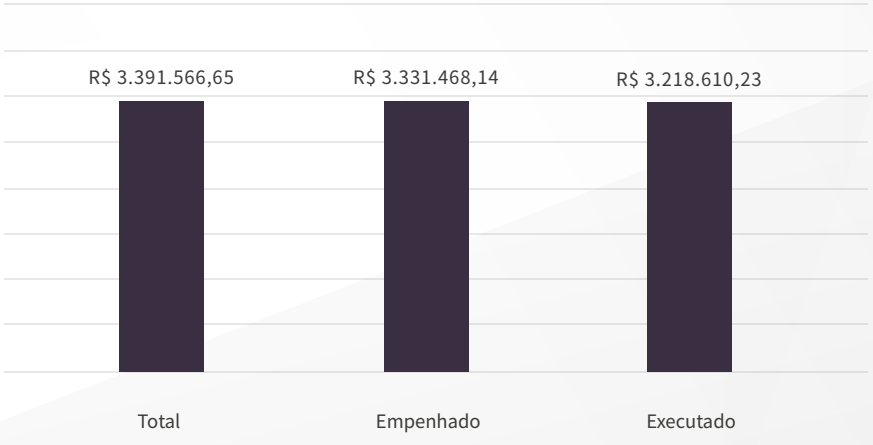
Os recursos orçamentários disponibilizados à STI, para o exercício de 2019, bem como o resumo da sua execução, estão detalhados no quadro a seguir:

Quadro 11. Distribuição dos recursos aplicados em TI por objeto (em reais – R$)

Objeto	Dotação	Valores Empenhados 2019	Valores Empenhados Restos a Pagar	Valores Liquidados 2019	Valores Liquidados Restos a Pagar
Outras despesas correntes	2.257.864,32	2.176.558,08	304.700,00	2.066.757,55	304.700,00
Investimento	1.133.702,33	751.675,86	98.534,20	748.618,48	98.534,20
Total	**3.391.566,65**	**2.928.233,94**	**403.234,20**	**2.815.376,03**	**403.234,20**

A Figura a seguir demonstra a execução orçamentária de TI em 2019, tomando-se por referência o montante total disponibilizado à STI.

Figura 40. Execução orçamentária de TI



O bom resultado na execução orçamentária de Tecnologia da Informação reflete o planejamento realizado e o acompanhamento das ações por parte de seus gestores. Os fatores que impactaram para o não atingimento da execução total do orçamento planejado foram:

- A existência de contratos continuados de execução estimada, que tiveram variação menor quando comparado com o volume planejado;
- Contratações efetivadas com valores abaixo dos valores de referência.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

As principais contratações de Tecnologia da Informação realizadas em 2019 foram:

Quadro 12. Principais contratações da TI em 2019

Contrato	Pregão	Objeto	Vigência	Valor global
CNMP nº 20/2019	Pregão Eletrônico TST n.º 084/2018	Aquisição e instalação de ativos de rede para modernização da rede de dados do CNMP.	01/08/2019 a 01/02/2020	R$ 400.104,00
CNMP nº 21/2019	Contratação por Inexigibilidade	Serviços de suporte técnico e de atualização de licenças para o Sistema Gerenciador de Banco de Dados *Oracle Database Enterprise Edition* e pacotes de ajuste/ configuração e de diagnóstico.	01/09/2019 a 01/09/2020	R$ 168.853,27
CNMP nº 23/2019	Pregão Eletrônico CNMP nº 06/2019	Prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do CNMP e a rede mundial de computadores.	05/08/2019 a 05/08/2020	R$ 198.095,23
CNMP nº 29/2019	Pregão Eletrônico CNMP n.º 21/2019	Prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do CNMP e a rede mundial de computadores.	07/10/2019 a 07/10/2020	R$ 154.499,20
CNMP nº 36/2019	Pregão Eletrônico CNMP n.º 23/2019	Ampliação da quantidade de licenças, com serviços de suporte técnico e de atualização para os pacotes *Oracle Tuning pack Option* e *Oracle Diagnostic Pack Option*.	27/11/2019 a 27/01/2021	R$ 208.879,53

PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR

No ano de 2019, a STI contribuiu da seguinte maneira para os macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte previstos na cadeia de valor do Conselho Nacional do Ministério Público, através de sistemas, projetos e iniciativas:

Quadro 13. Contribuição da área de TI em relação à Cadeia de Valor

Macroprocesso		Macroproduto	Contribuição da área de TI
Finalístico	Controle da atuação administrativa e financeira dos MPs e do exercício funcional de seus membros e servidores	Legalidade e eficiência da atuação administrativa e financeira do MP brasileiro e cumprimento dos deveres funcionais de membros e servidores	• Implantação do Sistema APTUS (processual) • Sistema Decisões Colegiadas • Módulo de Comissões do Sistema ELO • Módulo "Seção Eletrônica" do Sistema ELO aprimorado
	Integração e fortalecimento do Ministério Público brasileiro	Aperfeiçoamento da atuação do MP brasileiro para melhor atendimento ao cidadão	• Serviço para interoperabilidade no sistema ELO, baseado no MNI • BI Feminicídio • Aplicativo Mobile "Conheça o CNMP"
Gerencial	Governança e Gestão	Gestão para excelência	• Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2019/2021 • Minuta da "Política de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação"
	Comunicação Institucional		• Elaboração e divulgação de informativo de TI
	Segurança Institucional		• Revisão de regras e políticas de *firewall* e *traffic shaping* • Sistema do Comitê de Políticas de Segurança Institucional (CPSI);
Suporte	Suporte Organizacional	Estrutura eficiente e operacional	• Implantação de versões atualizadas do Sistema Eletrônico de Informações – SEI • Sistema de Orçamento e Planejamento • Sistema de Gestão de Frotas – Hermes • Novo Sistema de Eventos; • Sistema Gestão por Competências • Sistema Banco de Talentos • BI Orçamentário – Fase 3 • Instalação e configuração da nova rede sem fio (*wireless*)

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Os principais normativos relacionados à segurança de informação são:

- Portaria CNMP-PRESI nº 153/2017: Regulamenta a Política de Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público. O documento, dividido em subseções, traz na Subseção IV normas gerais relacionadas à Segurança da Informação, desdobrando-a em: segurança da informação de pessoas, segurança da informação na documentação, segurança da informação nas áreas e instalações e segurança da informação nos meios de tecnologia da informação.

- Portaria CNMP-PRESI nº 167/2018: Institui o Plano de Gestão de Riscos e o Plano de Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público. Este normativo detalha os processos de segurança institucional a serem adotados pelo órgão, que foram genericamente previstos na Portaria CNMP-PRESI nº 153/2017.

Esses normativos detalham procedimentos e diretrizes concernentes à segurança da informação de pessoas, segurança da informação na documentação, segurança na gestão dos documentos, critérios de classificação de segurança, segurança da informação nas áreas e instalações e segurança da informação nos recursos de tecnologia da informação.

Com relação à segurança da informação nos recursos de tecnologia da informação, os normativos contêm as previsões sobre quais são os recursos de TI existentes no CNMP, como devem ser utilizados, como se dará o cadastro e manutenção de credenciais de usuários, os critérios mínimos de segurança de senhas e contas de usuários, orientações e critérios quanto à utilização de estações de trabalho, dispositivos móveis, internet, rede de dados corporativa, rede sem fio, correio eletrônico, acesso remoto e serviços em nuvem, prerrogativas de monitoramento e auditoria pela área de Tecnologia da Informação, dentre outros.

AÇÕES FUTURAS

No PDTI 2019-2021 (Portaria CNMP-SG n.º 265/2019), cuja elaboração envolveu toda a equipe da STI, foram priorizadas as seguintes ações, cada qual relacionada aos seguintes objetivos de contribuição para a estratégia do CNMP 2018-2023:

Quadro 14. Portfólio de ações do PDTI 2019-2021

Ação	Objetivo de Contribuição
Otimizar a qualidade das conexões de rede de dados	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI
Informatizar os processos de trabalho de negócio	7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócio do CNMP
Disseminar o conhecimento sobre o uso das soluções de TI	1 - Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados 2 - Incentivar o uso de ferramentas de colaboração 4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 5 - Induzir o uso sustentável dos ativos de TI 6 - Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI
Racionalizar o portfólio de serviços de TI	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócios do CNMP

Ação	Objetivo de Contribuição
Promover o catálogo de serviços de TI	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI
Aprimorar a Experiência do Usuário nos sistemas desenvolvidos internamente	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócios do CNMP
Prospectar e modernizar processos, padrões e tecnologias	1 - Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados 2 - Incentivar o uso de ferramentas de colaboração 3 - Promover o uso de metodologias ágeis 4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 5 - Induzir o uso sustentável dos ativos de TI 6 - Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI 7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócios do CNMP
Fortalecer a utilização das ferramentas de apoio à decisão	1 - Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados 2 - Incentivar o uso de ferramentas de colaboração
Otimizar o atendimento ao usuário	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI
Aprimorar padrões de acessibilidade nos sistemas desenvolvidos internamente	7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócios do CNMP
Aperfeiçoar padrões de desenvolvimento seguro	6 - Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI
Aperfeiçoar padrões de segurança de infraestrutura de TI	6 - Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI
Ampliar serviço de monitoramento contínuo	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 6 - Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI
Manter e aprimorar os serviços e soluções de TI	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 5 - Induzir o uso sustentável dos ativos de TI 6 - Aprimorar a segurança da informação nos ativos de TI 7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócios do CNMP
Aprimorar o processo de gestão do portfólio de projetos de TI	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI
Fomentar a utilização do repositório nacional de sistemas	2 - Incentivar o uso de ferramentas de colaboração 5 - Induzir o uso sustentável dos ativos de TI
Ampliar o uso de ferramentas de colaboração em equipe	2 - Incentivar o uso de ferramentas de colaboração 5 - Induzir o uso sustentável dos ativos de TI
Ampliar o uso de soluções em nuvem	4 - Aperfeiçoar a gestão e a operação de TI 5 - Induzir o uso sustentável dos ativos de TI
Disseminar conceitos sobre visualização de dados	1 - Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados
Melhorar a qualidade de dados corporativos	1 - Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados
Aprimorar padrões de exportação de dados corporativos	1 - Fomentar o uso de ferramentas de análise de dados 7 - Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócio do CNMP

4.2.6. GESTÃO DE CUSTOS

Atualmente, na estrutura do Conselho Nacional do Ministério Público, não há unidade específica com atribuição de apuração de custos. Na ausência dessa unidade, os custos são apurados pela Secretaria de Planejamento Orçamentário (SPO), sob o ponto de vista orçamentário, a partir da agregação de despesas programadas no Plano de Gestão e executadas pelas unidades.

O monitoramento dos custos é realizado por meio de um *Business Intelligence* Orçamentário, implementado no exercício de 2018. Além dessa ferramenta, encontra-se em construção o Sistema de Planejamento e Orçamento do CNMP, desenvolvido internamente, cujo objetivo é, conjuntamente com a ferramenta de BI, possibilitar a elaboração, o monitoramento, o acompanhamento e o controle das dotações orçamentárias consignadas às demais unidades do CNMP. Em 2019, a elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2020 já foi realizada no referido Sistema.

Quadro 15. Rol de planos internos adotados no exercício financeiro de 2019 que tiveram execução orçamentária

Código do Plano Interno	Plano Interno
0181INATIVO	PAGAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL INATIVO
09HBCPSS	CONTRIBUIÇÃO UNIÃO PREVIDÊNCIA SERV.FEDERAIS
2004AMEDICA	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONT. AOS SERV. DO CNMP.
2004EXAMES	EXAMES PERIÓDICOS
20TPATIVO	PAGAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL ATIVO
20TPCINSS	CONTRIBUIÇÃO DO INSS – SERVIDORES CELETISTAS
212BATRANSP	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES DO CNMP
212BAUXIALI	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES
212BAUXINAT	PAGAMENTO DE AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE
212BPREESC	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES
216HAMMM	AUXÍLIO-MORADIA
216HAMOA	AUXÍLIO- MORADIA
219IPUBLICI	PUBLICIDADE DO CNMP
2549ASCOM	COMUNICAÇÃO E DIVUL. INSTITUCIONAL DO CNMP.
2549DIGITAL	DESENVOLVIMENTO DIGITAL DO CNMP
2549GRAFICO	SERVICOS GRÁFICOS DO CNMP.
8010ACUSTO	AJUDA DE CUSTO

Código do Plano Interno	Plano Interno
8010AMMM	AUXÍLIO-MORADIA
8010AMOA	AUXÍLIO-MORADIA
8010ASCOM	COMUNICAÇÃO SOCIAL
8010ATRANS	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS ESTAGIÁRIOS DO CNMP
8010CALJ	PAGAMENTO DE DESPESA DA CALJ
8010CAPACIT	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES.
8010CDDF	PAGAMENTO DE DESPESA DA CDDF
8010COPLANA	PAGAMENTO DAS DESPESAS DA COPLANAME
8010DEGRAVA	SERVIÇO DE DEGRAVAO DO CNMP.
8010DIARIAS	PAGAMENTO DE DIÁRIAS
8010ECURSO	GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO
8010ENASP	PAGAMENTO DE DESPESAS DA ENASP
8010ESTAG	PAGAMENTO DE BOLSA ESTÁGIO
8010EVENTOS	CERIMONIAL E EVENTOS DO CNMP.
8010OUVIDOR	DESPESAS DA OUVIDORIA
8010PASSAGE	PAGAMENTO DE PASSAGENS
8010PLI	PLANO DE INCENTIVO A IDIOMAS.
8010POSGRAD	CAPACITAÇÃO EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
8010PRESI	PRESIDÊNCIA
8010SA	MANUTENÇÃO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS
8010SG	PAGAMENTO DE DESPESAS DA SECRETARIA-GERAL
8010SGE	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
8010SGP	SECRETARIA GESTÃO DE PESSOAS
8010SPR	SECRETARIA PROCESSUAL
8010STI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.2.7. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade é um dos valores do Mapa Estratégico do CNMP 2018-2023. Além disso, em seu planejamento, um dos objetivos estratégicos é "induzir práticas de sustentabilidade e de excelência na utilização dos recursos". Esse objetivo é monitorado por meio de três indicadores:

- O Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração (IASA);
- O Índice de capacidade em gestão de contratações (iGestContrat) presente no Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública elaborado pelo TCU; e
- O Índice de execução do orçamento discricionário em razão do provisionado.

Salvo o IASA, que não foi coletado em 2019, haja vista sua periodicidade ser bienal, os dois outros indicadores tiveram considerável aumento em comparação a 2018.

Figura 41. Índice de capacidade em gestão de contratações, 2017-2018

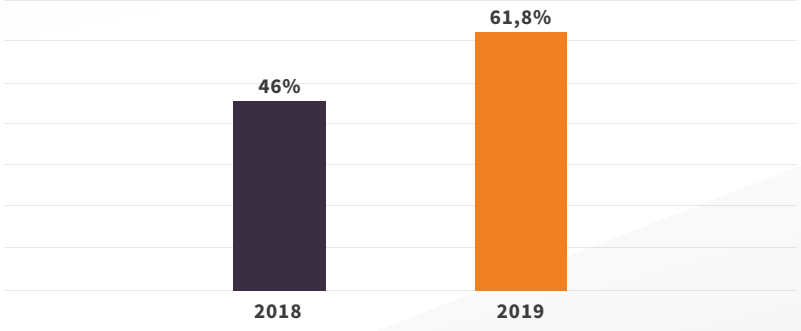
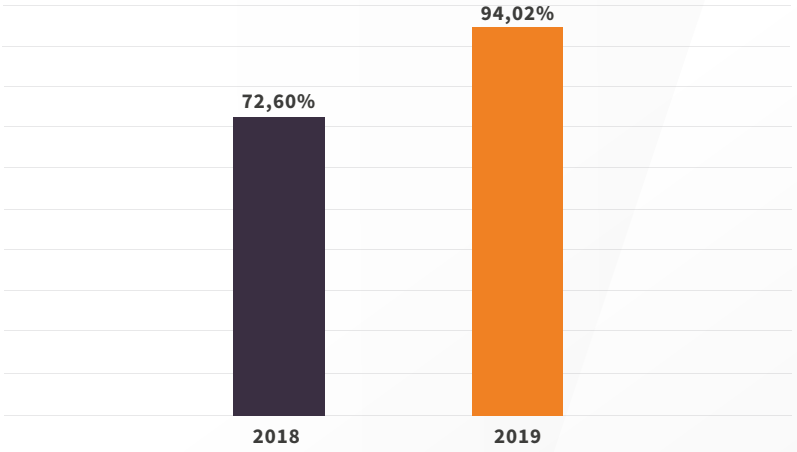


Figura 42. Índice de execução do orçamento discricionário, 2018-2019



As ações relacionadas à sustentabilidade são executadas por todas as unidades, mas, sobretudo, pela Secretaria-Geral e suas secretarias subordinadas. O CNMP também possui o Programa de Gestão Ambiental Sustentável, implementado e executado pela **Comissão de Gestão Ambiental Sustentável (CGAS)**, instituído pela Portaria CNMP-PRESI nº 60/2015 e alterado pelas Portarias CNMP-PRESI nº 19/2019 e nº 212/2019, bem como 4 (quatro) projetos estratégicos relacionados à sustentabilidade:

- Plano de Logística Sustentável, cuja elaboração foi iniciada em 2019;
- Prêmio Ideia Sustentável;
- Sistema de Compras Compartilhadas; e
- Racionalização dos Processos de Trabalho.

Em 2019, ainda, o CNMP garantiu o selo de participação na **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)** do Ministério do Meio Ambiente (MMA), programa que objetiva estimular órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade.

Selo A3P — Certificado de Adesão

Também em 2019, houve a implementação da nova coleta seletiva no CNMP, em colaboração com a Secretaria de Administração, em atendimento à legislação dos grandes geradores de resíduos sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010 e Lei Distrital nº 5.610/2016).











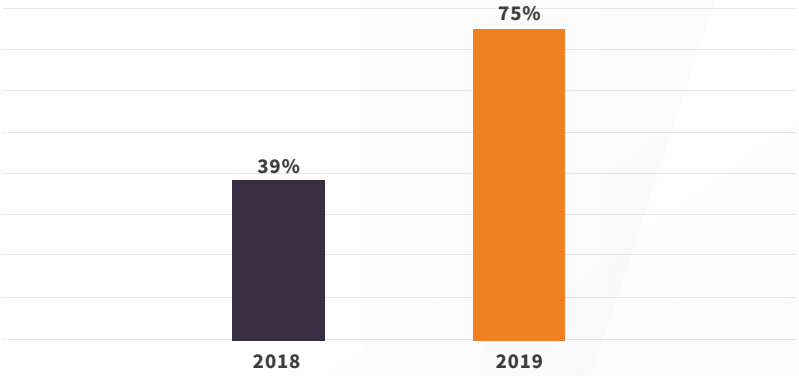
Em 2020, o CNMP espera concluir o Plano de Logística Sustentável e redistribuir as ações de sustentabilidade em suas unidades.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES

As contratações realizadas pelo CNMP vêm observando os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012, que dispõe sobre os critérios, as práticas e as diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal.

Dos 40 processos de contratação concluídos em 2019, 30 tiveram critérios de sustentabilidade em seus editais e termos de referência, o que equivale a 75% dos processos, frente a um percentual de 39% obtido em 2018.

Figura 43. Comparativo de contratações com critérios de sustentabilidade, 2018-2019



O aumento em relação a 2018 deve-se, em grande parte, à criação de modelo de termo de referência adotado no CNMP em que as unidades demandantes devem informar os critérios de sustentabilidade para a contratação requerida, devendo justificar a ausência de tais critérios, caso não sejam inseridos.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

Em 2019, houve várias ações para redução do consumo de recursos naturais, implementadas em especial pela Coordenadoria de Engenharia (COENG), vinculada à Secretaria de Administração, quais sejam:

- Readequação na programação do sistema de ar-condicionado, diminuindo seu tempo de funcionamento em dias úteis no período de inverno, que proporcionou uma **economia de R$ 17.610,00 aos cofres públicos**, em uma parceria entre o Procel Edifica e o Grupo Orion, responsável pela manutenção predial do CNMP;

- Melhorias na automação do sistema de ar condicionado central em que foram instalados novos difusores (adicionais) de piso e teto, além da instalação de prolongamentos dos dutos de ar condicionado, também na parceria entre o Procel Edifica e o Grupo Orion;

- Aquisição de lâmpadas LED para os ambientes de escritório (última etapa de implantação das lâmpadas em LED na edificação);
- Instalação de sensores de presença nos banheiros; e
- Instalação de economizadores de água (arejadores tipo chuveirinho) nas torneiras de acionamento automático dos banheiros.

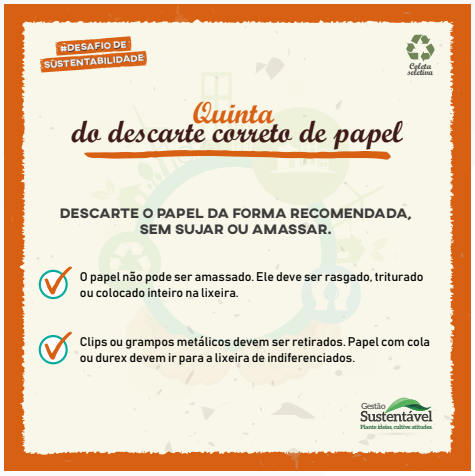
Além disso, a CGAS, em parceria com a SECOM, promoveu campanhas de conscientização quanto ao consumo de recursos naturais, notadamente sobre os temas água, coleta seletiva solidária, meio ambiente, entre outros. Foram realizadas, ainda, ações de capacitação sobre a nova coleta seletiva do CNMP.













REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

Desde 2015, o CNMP adota o Ecotransporte, Sistema de Transporte Ecológico do CNMP, que se destina ao transporte de servidores e estagiários do CNMP no percurso entre a rodoviária do Plano Piloto e a sede do CNMP.



Para o abastecimento de veículos movidos a óleo diesel pertencentes à frota do CNMP, utiliza-se exclusivamente o **Diesel S10**, variação com menor quantidade de enxofre, que gera menor emissão de gases poluentes em relação ao diesel comum. Cita-se também a maior durabilidade do motor por promover menor sedimentação no tanque e sistema de combustível.

Ademais, a Coordenadoria de Segurança e Transporte, vinculada à Secretaria de Administração, mantém os veículos de sua frota em dia com as revisões periódicas, visando a manter as melhores condições dos automóveis, de forma a evitar, entre outros aspectos, o aumento do consumo de combustível ocasionado por desgaste do sistema de motor e pneus.

Destaca-se, ainda, que a substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de tecnologia LED, ocorrida em 2019, garante a redução de resíduos poluentes, visto que a tecnologia LED não utiliza metais pesados em sua composição.

Além disso, em 2019, foram efetuadas ações de descarte de materiais, garantindo a correta destinação dos resíduos gerados no CNMP.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

O CNMP adota custo histórico como mensuração dos ativos, que se caracteriza pela quantia fornecida para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra quantia fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.

Depreciação é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Amortização é a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil.

As práticas contábeis aplicadas ao Setor Público e previstas nos normativos, manuais e sistema SIAFI são utilizados para o adequado registro de depreciação e amortização dos bens do Conselho Nacional do Ministério Público.

5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

As demonstrações contábeis são preparadas com base na Lei 4.320/64, na Lei Complementar 101/2000, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), quais sejam: Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais.

Declaração do Contador Responsável

O escopo desta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64 , o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2020.

VITOR WILLIAM DE SOUSA MARÇAL

Contador Responsável pelo CNMP

CRC-DF nº 021797/O-8

Vale notar que os demonstrativos contábeis são extraídos diretamente do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), e o órgão inclui as Notas Explicativas que se fizerem necessárias para maiores esclarecimentos ao usuário da informação contábil.

As análises da contabilidade, bem como a respectiva conformidade contábil, são realizadas por meio do SIAFI, que é o sistema contábil que tem por finalidade realizar todo o processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal. Esse é um processo que visa a assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Em 2019, a execução das despesas e as despesas pagas estão representadas nos quadros e nas figuras a seguir, destacando-se que pessoal e encargos sociais refletem o maior percentual.

Quadro 16. Receitas orçamentárias do CNMP em 2019 (em reais – R$)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**-**	**-**	**50.410,74**	**50.410,74**
Outras Receitas Correntes	**-**	**-**	**50.410,74**	**50.410,74**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	13.246,46	13.246,46
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	37.164,28	37.164,28
SUBTOTAL DE RECEITAS	**-**	**-**	**50.410,74**	**50.410,74**
DEFICIT			**90.764.008,01**	**90.764.008,01**
TOTAL	**-**	**-**	**90.814.418,75**	**90.814.418,75**

Quadro 17. Despesas orçamentárias (em reais – R$)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**94.223.722,00**	**94.173.722,00**	**89.808.997,95**	**88.389.267,85**	**88.389.066,10**	**4.364.724,05**
Pessoal e Encargos Sociais	52.270.445,00	53.776.698,00	51.419.212,70	51.396.232,70	51.396.232,70	2.357.485,30
Outras Despesas Correntes	41.953.277,00	40.397.024,00	38.389.785,25	36.993.035,15	36.992.833,40	2.007.238,75
DESPESAS DE CAPITAL	**3.750.291,00**	**1.400.291,00**	**1.005.420,80**	**976.414,44**	**976.414,44**	**394.870,20**
Investimentos	3.750.291,00	1.400.291,00	1.005.420,80	976.414,44	976.414,44	394.870,20
TOTAL	**97.974.013,00**	**95.574.013,00**	**90.814.418,75**	**89.365.682,29**	**89.365.480,54**	**4.759.594,25**

Quadro 18. Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados (em reais – R$)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCE-LADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**20.640,34**	**1.943.680,42**	**1.317.698,22**	**1.317.698,22**	**646.622,54**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	18.457,60	24.935,42	10.219,90	10.219,90	33.173,12	0,00
Outras Despesas Correntes	2.182,74	1.918.745,00	1.307.478,32	1.307.478,32	613.449,42	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	**9.500,00**	**296.875,00**	**306.375,00**	**306.375,00**	**-**	**-**
Investimentos	9.500,00	296.875,00	306.375,00	306.375,00	-	-
TOTAL	**30.140,34**	**2.240.555,42**	**1.624.073,22**	**1.624.073,22**	**646.622,54**	**0,00**

Quadro 19. Demonstrativo de execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados (em reais – R$)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS
DESPESAS CORRENTES	**136.455,12**	**136.455,12**
Outras Despesas Correntes	136.455,12	136.455,12
TOTAL	**136.455,12**	**136.455,12**

Figura 44. Execução da Despesa (em reais – R$)

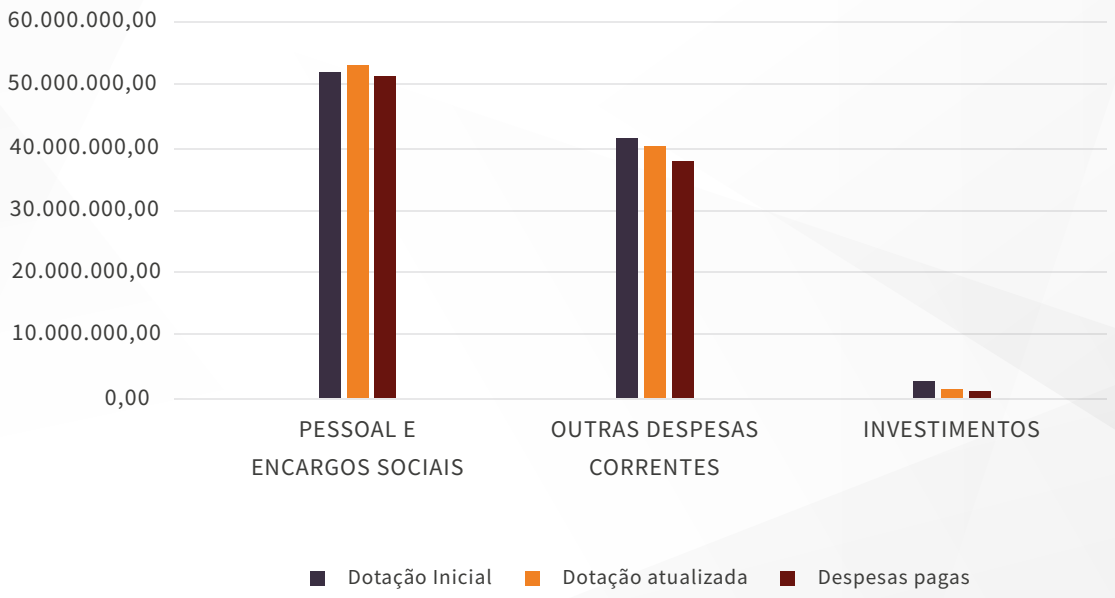


Figura 45. Despesas pagas (em reais – R$)

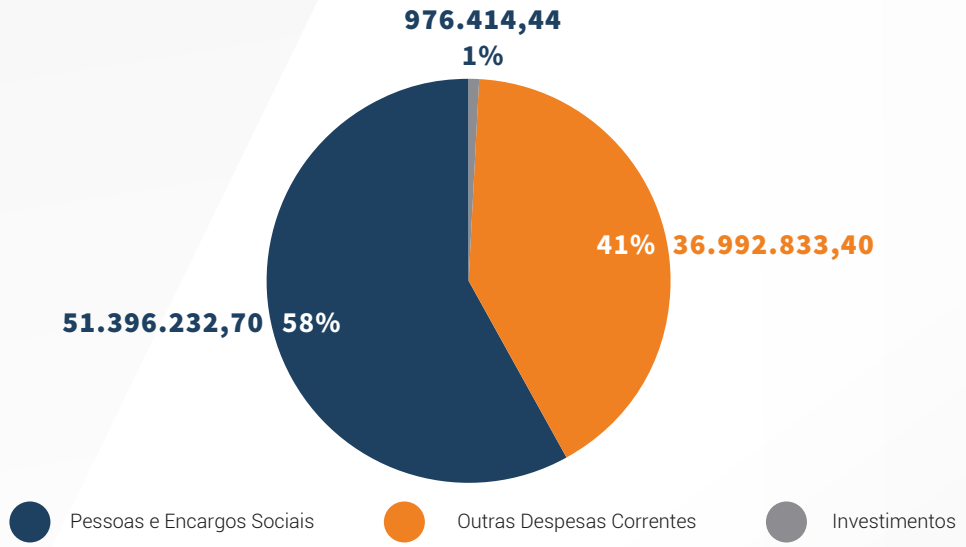
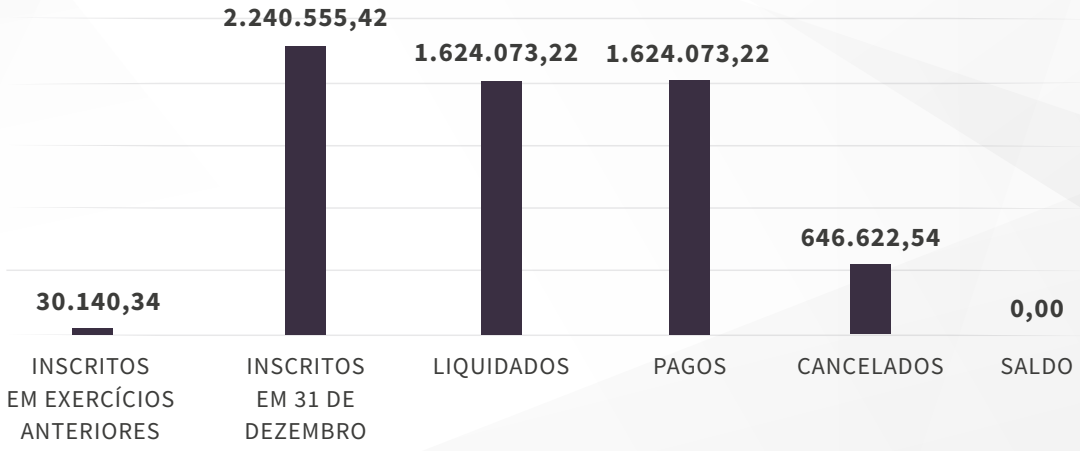


Figura 46. Execução e restos a pagar[10] (em reais – R$)



10 São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distinguem-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação). No âmbito do CNMP, a execução foi adequada e o saldo encontra-se zerado.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Conselho Nacional do Ministério Público, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Quadro 20. Demonstrativo do balanço patrimonial (em reais – R$)[11]

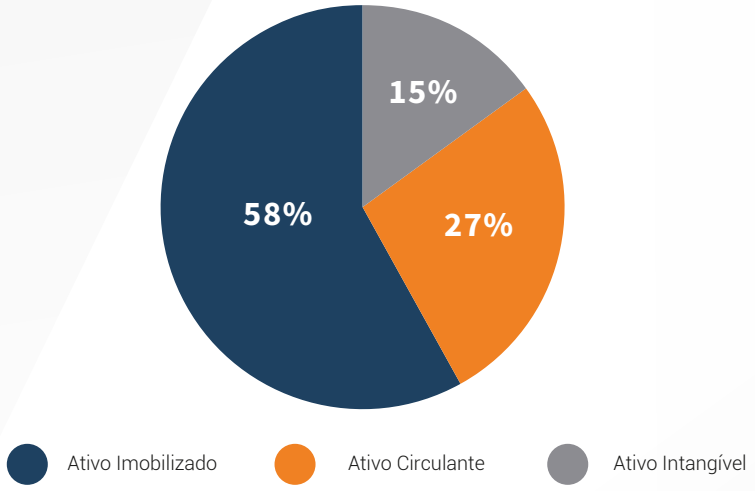
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2019**	**2018**	**ESPECIFICAÇÃO**	**2019**	**2018**
ATIVO CIRCULANTE	**5.601.180,30**	**17.436.309,03**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**763.143,40**	**692.857,85**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.158.532,83	17.119.760,80	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	760.951,21	690.343,14
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	84.086,49	55.065,26	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.192,19	2.514,71
Estoques	358.560,98	261.482,97			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**14.803.151,23**	**17.924.950,03**	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**763.143,40**	**692.857,85**
Imobilizado	11.761.802,81	14.389.446,92	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Bens Móveis	11.761.802,81	14.389.446,92	**ESPECIFICAÇÃO**	**2019**	**2018**
Bens Móveis	23.837.392,14	25.085.996,70	Resultados Acumulados	19.641.188,13	34.668.401,21
(-) Depreciação[12]/Amortização/ Exaustão Acum. de Bens Móveis	-12.075.589,33	-10.696.549,78	Resultado do Exercício	-15.031.150,44	-1.335.211,41
Intangível	3.041.348,42	3.535.503,11	Resultados de Exercícios Anteriores	34.668.401,21	36.318.899,17
Softwares	3.041.348,42	3.535.503,11	Ajustes de Exercícios Anteriores	3.937,36	-315.286,55
Softwares	6.000.157,97	5.511.458,99			
(-) Amortização[13] Acumulada de Softwares	-2.958.809,55	-1.975.955,88	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**19.641.188,13**	**34.668.401,21**
TOTAL DO ATIVO	**20.404.331,53**	**35.361.259,06**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**20.404.331,53**	**35.361.259,06**

11 No CNMP o método é seguido conforme orientação da STN e a respectiva vida útil do bem; e, no caso de amortização, difere bens intangíveis com e sem vida útil definida, conforme peculiaridade de cada bem.

12 Depreciação é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

13 Amortização é a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil.

Figura 47. Composição do ativo[14]



Quadro 21. Ativos e passivos financeiros e permanentes (em reais – R$)

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	5.158.532,83	17.119.760,80	PASSIVO FINANCEIRO	1.450.928,65	2.273.210,47
ATIVO PERMANENTE	15.245.798,70	18.241.498,26	PASSIVO PERMANENTE	760.951,21	690.343,14
			SALDO PATRIMONIAL	18.192.451,67	32.397.705,45

14 A composição do ativo considera valores líquidos do grupo, ou seja, com a diminuição de depreciação e amortização, respectivamente.

Quadro 22. Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial (em reais – R$)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	562.011,73
Recursos Vinculados	3.145.592,45
Previdência Social (RPPS)	3.025,83
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.142.566,62
TOTAL	**3.707.604,18**

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Quadro 23. Demonstrativo do balanço financeiro (em reais – R$)

INGRESSOS				DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	**50.410,74**	**76.816,54**	**Despesas Orçamentárias**	**90.814.418,75**	**80.888.950,97**
Ordinárias	**-**	**-**	**Ordinárias**	**90.577.539,75**	**80.878.976,80**
Vinculadas	**50.412,63**	**76.816,54**	**Vinculadas**	**236.879,00**	**9.974,17**
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	50.412,63	76.816,54	Previdência Social (RPPS)	236.879,00	9.974,17
(-) Deduções da Receita Orçamentária	**-1,89**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**87.591.532,71**	**80.065.265,61**
Transferências Financeiras Recebidas	**166.464.991,08**	**159.479.626,83**	Resultantes da Execução Orçamentária	87.336.622,58	79.910.408,98
Resultantes da Execução Orçamentária	166..315.061,90	159.385.053,14	Repasse Concedido	1.547.260,08	1.428.930,44
Cota Recebida	82.385.699,40	80.906.477,60	Sub-repasse Concedido	83.929.362,50	78.478.575,54
Sub-repasse Recebido	83.929.362,50	78.478.575,54	Cota Devolvida	1.860.000,00	2.903,00
Independentes da Execução Orçamentária	149.929,18	94.573,69	Independentes da Execução Orçamentária	254.910,13	154.856,63
Movimentação de Saldos Patrimoniais	149.929,18	94.573,69	Movimento de Saldos Patrimoniais	254.910,13	154.856,63
Recebimentos Extraorçamentários	**1.585.204,20**	**2.330.934,77**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**1.655.882,53**	**912.881,55**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	201,75	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	136.455,12
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.448.736,46	2.240.555,42	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.624.073,22	729.744,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31.285,04	28.440,70	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31.173,40	27.681,70
Outros Recebimentos Extraorçamentários	104.980,95	61.938,65	Outros Pagamentos Extraorçamentários	635,91	19.000,00
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		1.655,71	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	635,91	
Arrecadação de Outra Unidade	104.980,95	60.282,94	Demais Pagamentos		19.000,00
Saldo do Exercício Anterior	**17.119.760,80**	**17.099.480,79**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**5.158.532,83**	**17.119.760,80**
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.119.760,80	17.099.480,79	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.158.532,83	17.119.760,80
TOTAL	**185.220.366,82**	**178.986.858,93**	**TOTAL**	**185.220.366,82**	**178.986.858,93**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Quadro 24. Demonstração de fluxo de caixa (em reais – R$)

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**-10.678.438,53**	**1.225.639,79**
INGRESSOS	**166.651.667,81**	**159.645.167,01**
Receitas Derivadas e Originárias	50.410,74	76.816,54
Outras Receitas Derivadas e Originárias	50.410,74	76.816,54
Outros Ingressos Operacionais	166.601.257,07	159.568.350,47
Ingressos Extraorçamentários	31.285,04	28.440,70
Transferências Financeiras Recebidas	166.464.991,08	159.479.626,83
Arrecadação de Outra Unidade	104.980,95	60.282,94
DESEMBOLSOS	**-177.330.106,34**	**-158.419.527,22**
Pessoal e Demais Despesas	-83.691.042,81	-72.470.030,75
Essencial à Justiça	-83.430.144,11	-72.417.880,73
Previdência Social	-260.262,79	-53.805,73
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-635,91	1.655,71
Transferências Concedidas	-6.016.357,42	-5.837.549,16
Intragovernamentais	-6.016.357,42	-5.837.549,16
Outros Desembolsos Operacionais	-87.622.706,11	-80.111.947,31
Dispêndios Extraorçamentários	-31.173,40	-27.681,70
Transferências Financeiras Concedidas	-87.591.532,71	-80.065.265,61
Demais Pagamentos		-19.000,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-1.282.789,44**	**-1.205.359,78**
INGRESSOS	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-1.282.789,44**	**-1.205.359,78**
Aquisição de Ativo Não Circulante	-874.090,46	-919.081,65
Outros Desembolsos de Investimentos	-408.698,98	-286.278,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-11.961.227,97**	**20.280,01**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**17.119.760,80**	**17.099.480,79**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**5.158.532,83**	**17.119.760,80**

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

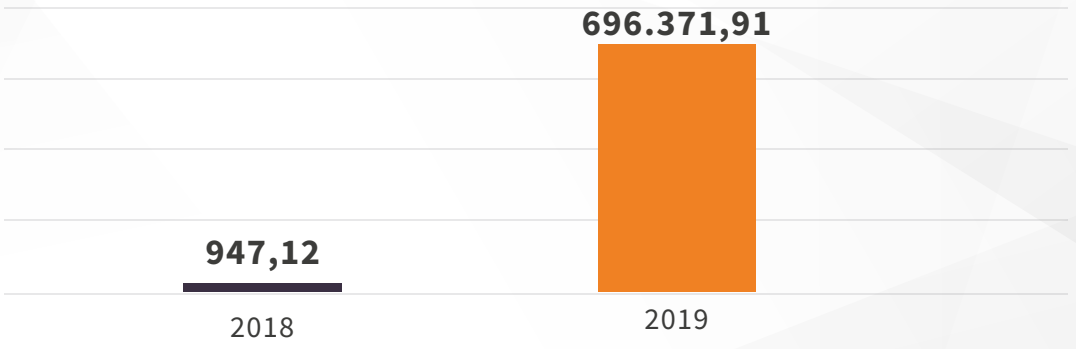
A Demonstração de Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Quadro 25. Demonstração das variações patrimoniais (em reais – R$)

	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**166.887.198,67**	**160.241.163,64**
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**246,00**	**351,00**
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	246,00	351,00
Transferências e Delegações Recebidas	**166.571.142,58**	**160.008.609,87**
Transferências Intragovernamentais	166.464.991,08	159.479.626,83
Outras Transferências e Delegações Recebidas	106.151,50	528.983,04
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**9.135,22**	**-**
Ganhos com Incorporação de Ativos	9.135,22	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**306.674,87**	**232.202,77**
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	306.674,87	232.202,77
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**181.918.349,11**	**161.576.375,05**
Pessoal e Encargos	**56.305.062,76**	**49.375.298,00**
Remuneração a Pessoal	44.320.177,30	39.080.962,21
Encargos Patronais	6.722.884,40	6.207.719,09
Benefícios a Pessoal	5.134.977,39	4.013.864,91
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	127.023,67	72.751,79
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**285.601,87**	**43.606,62**
Aposentadorias e Reformas	280.327,87	35.036,37
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.274,00	8.570,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**36.095.850,58**	**31.654.093,33**
Uso de Material de Consumo	868.188,31	197.858,54
Serviços	32.166.461,46	28.326.088,75
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.061.200,81	3.130.146,04
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**148.844,67**	**107.080,86**
Juros e Encargos de Mora	3,85	12.507,17
Descontos Financeiros Concedidos	148.840,82	94.573,69

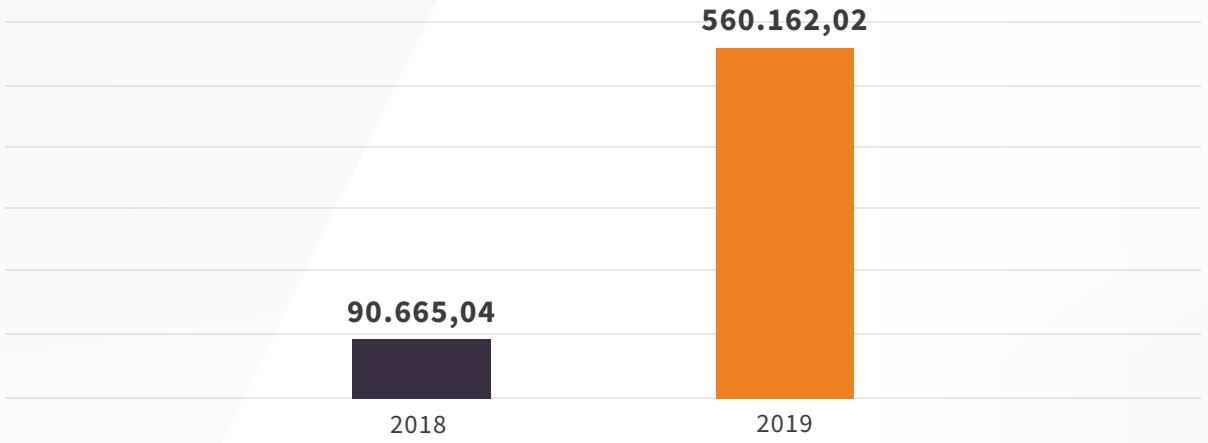
	2019	2018
Transferências e Delegações Concedidas	**88.151.694,73**	**80.174.930,65**
Transferências Intragovernamentais	87.591.532,71	80.084.265,61
Outras Transferências e Delegações Concedidas	560.162,02	90.665,04
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**702.043,65**	**947,12**
Perdas Involuntárias	5.671,74	-
Desincorporação de Ativos	696.371,91	947,12
Tributárias	**200.534,46**	**193.687,83**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	191.644,02	185.737,39
Contribuições	8.890,44	7.950,44
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**28.716,39**	**26.730,64**
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	28.716,39	26.730,64
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-15.031.150,44**	**-1.335.211,41**

Figura 48. Desincorporação de ativo (em reais – R$)[15]



15 Variação ocasionada pelas doações realizadas no exercício de 2019 para entidades que não utilizam o SIAFI, além de baixas patrimoniais autorizadas.

Figura 49. Doações Intra-SIAFI OFFS (em reais – R$)[16]



5.2. INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE NO ÂMBITO DO CNMP

As competências de setorial contábil de unidade gestora e órgão superior, no exercício de 2019, foram exercidas pelos servidores efetivos do CNMP Vitor William de Sousa Marçal e Mateus Willig Araujo, ocupantes dos cargos de Técnico de Controle Interno e Analista de Controle Interno, respectivamente. Ambos graduados em ciências contábeis e regularmente inscritos no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/DF.

Os servidores foram formalmente designados, por normativo interno, para o encargo de contador responsável pelo Conselho Nacional do Ministério Público e substituto. Informa-se que não há setor de contabilidade na estrutura organizacional e não constam normas internas sobre estrutura, composição, competências, responsabilidades etc. Entretanto, o tema já está em análise para a criação da estrutura organizacional adequada à realidade do CNMP. As atividades são desempenhadas conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal.

As informações acerca das demonstrações contábeis e notas explicativas encontram-se no SIAFI Web, inseridas trimestralmente, conforme o período e compiladas no Relatório Contábil.

16 Doações são transferências voluntárias de ativos. Observa-se que no exercício de 2019 o CNMP realizou doações, com objetivo de que os bens identificados para desfazimento pudessem ser destinados para outra entidade que os utilizassem. Os bens foram devidamente recebidos no SIAFI e consequentemente baixados no patrimônio do CNMP.

5.3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP. Tais padrões devem ser observados pela União, estados, Distrito Federal e municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Parte V do MCASP foi elaborada com base na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, além da legislação aplicável, destacando-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar 101/2000.

A seguir, serão apresentados os conceitos do MCASP para os principais itens das Demonstrações Contábeis presentes neste relatório:

Quadro 26. Conceitos dos principais itens das Demonstrações Contábeis

Ativo	Recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados
Passivo	Obrigação presente, derivada de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade
Patrimônio Líquido (ou situação patrimonial líquida)	Diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como património líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo
Receitas	Disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição
Despesas	Conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade
Variações Patrimoniais	Transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado
Variações Patrimoniais Aumentativas	Aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários
Variações Patrimoniais Diminutivas	Diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

A3P – AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AJ – ACCADEMIA JURIS ROMA
ASCEV – ASSESSORIA DE CERIMONIAL E EVENTOS
ASL – ACADEMIA SINO-LUSÓFONA
ATRICON – ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL
AUDIN – AUDITORIA INTERNA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
BI – BUSINESS INTELLIGENCE
CALJ – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO E JURISPRUDÊNCIA
CCAF – COMISSÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CDDF – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
CEC – COMISSÃO ESPECIAL DE ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO
CES – COMISSÃO DA SAÚDE
CGAS – COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL
CGCE – COMITÊ DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DA ESTRATÉGIA
CGPA – COMITÊ DE GESTÃO DA POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE
CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
CIJ – COMISSÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE
CN – CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CNMP – CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CNPG – CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO
COENG – COORDENADORIA DE ENGENHARIA
COMCC – COORDENADORIA DE MATERIAL, COMPRAS E CONTRATOS
COPEDS – COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DA SAÚDE
COPLANAME – COMITÊ GESTOR DO PLANO NACIONAL DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E MEMÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
COSET – COORDENADORIA DE SEGURANÇA E TRANSPORTE
COSO – COMMITTE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION (COMITÊ DAS ORGANIZAÇÕES PATROCINADORAS)
CPAMP – COMISSÃO DE PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CPE – COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
CPGE – COMITÊ DE POLÍTICAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA
CPGO – COMITÊ DE POLÍTICAS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CPTI – COMITÊ DE POLÍTICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CR/88 – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988
CSGLA – CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS LATINOAMERICANOS
CSP – COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA
DCASP – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
EC 95 – EMENDA CONSTITUCIONAL 95
ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ENASP – ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
FNG-MP – FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO
FRIDA – FORMULÁRIO NACIONAL DE RISCO E PROTEÇÃO
GAB – GABINETE DOS CONSELHEIROS
GIRC – REDE GOVERNANÇA, INTEGRIDADE, RISCOS E CONTROLES INTERNOS
GNDH – GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
GT – GRUPO DE TRABALHO
IASA – ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO
IGESTCONTRAT – ÍNDICE DE CAPACIDADE EM GESTÃO DE CONTRATAÇÕES
IGESTPESSOAS – ÍNDICE DE CAPACIDADE EM GESTÃO DE PESSOAS
IGESTTI – ÍNDICE DE CAPACIDADE EM GESTÃO DE TI
IGG – ÍNDICE INTEGRADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICAS
IGOVCONTRAT – ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES
IGOVPESSOAS – ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS
IGOVPUB – ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA
IGOVTI – ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI
ITIL – INFORMATION TECNOLOGY INFRAESTRUCTURE LIBRARY
JURISNOVA – ASSOCIAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
MCASP – MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
MGGIE – MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO INTEGRADA DA ESTRATÉGIA
MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
MP – MINISTÉRIO PÚBLICO
MPDFT – MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
MPE – MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MPM – MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
MP/PE – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
MPT – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
MPU – MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ODS – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
OGS – ÓRGÃO GOVERNAMENTAL SUPERIOR
ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PAD – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
PAVOC – PROCESSO AVOCADO
PCA – PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO
PDTI – PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PE-CNMP – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNMP
PEN-MP – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PEPS – PROGRAMA DE EXAMES PERIÓDICOS DE SAÚDE

PIC – PROCEDIMENTO INTERNO DE COMISSÃO
PLAN-ASSISTE – PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PRESI – PRESIDÊNCIA DO CNMP
QACI – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS
QVT – QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
RAE – REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA
RAO – REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL
RAT – REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO TÁTICO
RD – RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR
RICNMP – REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RP – RESTOS A PAGAR
RPD – REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR
SA – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SAFS – SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL SUL
SCDP – SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS
SECOM – SUBCOMITÊ ESTRATÉGICO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECOM/CNMP – SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL
SEGP – SUBCOMITÊ ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE PESSOAS
SEI – SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO
SERSI – SUBCOMITÊ ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE RISCOS E SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SETI – SUBCOMITÊ ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SG – SECRETARIA-GERAL DO CNMP
SGE – SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
SGP – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SPO – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
SPR – SECRETARIA PROCESSUAL
SPU – SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
STI – SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TED – TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA
TI – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
TJDFT – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
TRT2 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
UC – UNIVERSIDADE DE COIMBRA
UNCMP – UNIDADE NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA
UPC – UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. MACROPROCESSOS DA CADEIA DE VALOR 17

QUADRO 2. RESULTADOS NO LEVANTAMENTO INTEGRADO DE GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL PÚBLICA, 2017-2018 28

QUADRO 3. EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR ELEMENTO DE DESPESA INSERIR (EM REAIS – R$) 74

QUADRO 4. PRINCIPAIS ATOS NORMATIVOS DE GESTÃO DE PESSOAS 76

QUADRO 5. EVOLUÇÃO DO CUSTO DO PESSOAL POR VÍNCULO (EM REAIS – R$) 81

QUADRO 6. TABELA DE ESTRUTURA E DE REMUNERAÇÃO (EM REAIS – R$) 82

QUADRO 7. COMPARAÇÃO DE CONTRATAÇÕES 2018-2019 88

QUADRO 8. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO POR FINALIDADE E SEUS VALORES TOTAIS, 2019 89

QUADRO 9. PRINCIPAIS CONTRATOS E SEUS VALORES TOTAIS DE 2019 90

QUADRO 10. DISTRIBUIÇÃO DO DESFAZIMENTO DE ATIVOS POR TIPO 91

QUADRO 11. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS EM TI POR OBJETO (EM REAIS – R$) 93

QUADRO 12. PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES DA TI EM 2019 94

QUADRO 13. CONTRIBUIÇÃO DA ÁREA DE TI EM RELAÇÃO À CADEIA DE VALOR 95

QUADRO 14. PORTFÓLIO DE AÇÕES DO PDTI 2019-2021 96

QUADRO 15. ROL DE PLANOS INTERNOS ADOTADOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 QUE TIVERAM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 98

QUADRO 16. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DO CNMP EM 2019 (EM REAIS – R$) 106

QUADRO 17. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (EM REAIS – R$) 107

QUADRO 18. DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (EM REAIS – R$) 107

QUADRO 19. DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (EM REAIS – R$) 108

QUADRO 20. DEMONSTRATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS – R$) 110

QUADRO 21. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (EM REAIS – R$) 111

QUADRO 22. DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS – R$) 112

QUADRO 23. DEMONSTRATIVO DO BALANÇO FINANCEIRO (EM REAIS – R$) 113

QUADRO 24. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (EM REAIS – R$) 114

QUADRO 25. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (EM REAIS – R$) 115

QUADRO 26. CONCEITOS DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 118

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO 6

FIGURA 2. MISSÃO, VISÃO E VALORES DO CNMP DE 2018 A 2023 8

FIGURA 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CNMP 9

FIGURA 4. COMPOSIÇÃO DO CNMP 10

FIGURA 5. COMPOSIÇÃO ATUAL DO CNMP 11

FIGURA 6. MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO INTEGRADA DA ESTRATÉGIA 12

FIGURA 7. INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DO CNMP 12

FIGURA 8. NÍVEIS DE PLANEJAMENTO DO CNMP, INSTRUMENTOS E MONITORAMENTO 13

FIGURA 9. MODELO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO CNMP (ADAPTADO DO REFERENCIAL BÁSICO DE GOVERNANÇA, 2ª EDIÇÃO, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO) 14

FIGURA 10. INSTÂNCIAS EXTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA 15

FIGURA 11. MODELO DE NEGÓCIOS DO CNMP 16

FIGURA 12. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE 18

FIGURA 13. ATENDIMENTOS PELA OUVIDORIA NACIONAL EM 2019 24

FIGURA 14. MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS NA OUVIDORIA NACIONAL POR CANAL 24

FIGURA 15. MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELA OUVIDORIA NACIONAL POR CATEGORIA 25

FIGURA 16. MAPA ESTRATÉGICO DO CNMP 2018-2023 27

FIGURA 17. RESULTADOS DO PROJETO-PILOTO DE GESTÃO DE RISCOS DA COMCC 31

FIGURA 18. MATURIDADE DOS CONTROLES INTERNOS REFERENTES AO GERENCIAMENTO DE RISCOS ALINHADOS À ESTRATÉGIA E AOS OBJETIVOS DO CNMP 32

FIGURA 19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CNMP 70

FIGURA 20. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CNMP 71

FIGURA 21. VALORES AUTORIZADOS E EXECUTADOS POR TIPO DE DESPESA 71

FIGURA 22. VALORES AUTORIZADOS E PAGOS POR GRUPO DE DESPESAS 72

FIGURA 23. EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EM REAIS – R$) 73

FIGURA 24. EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NOS ÚLTIMOS 5 ANOS (EM REAIS – R$) 75

FIGURA 25. EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR TIPO DE DESPESA (EM REAIS – R$) 75

FIGURA 26. COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR TIPOLOGIA DOS CARGOS 78

FIGURA 27. DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS POR GÊNERO 78

FIGURA 28. DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS POR FAIXA ETÁRIA 79

FIGURA 29. DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS POR FAIXA SALARIAL 79

FIGURA 30. DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS POR ETNIA 80

FIGURA 31. DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA 80

FIGURA 32. EXECUÇÃO DE CUSTO COM PESSOAL POR VÍNCULO 2018-2019 82

FIGURA 33. DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR CLASSE E PADRÃO 83

FIGURA 34. CAPACITAÇÃO: INVESTIMENTO E SERVIDORES CAPACITADOS 84

FIGURA 35. AÇÕES DE CAPACITAÇÕES REALIZADAS EM 2019 86

FIGURA 36. AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA REALIZADAS EM 2019 87

FIGURA 37. PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES E SEUS VALORES TOTAIS 88

FIGURA 38. INVESTIMENTOS DE CAPITAL (ENTRADAS) POR TIPO 91

FIGURA 39. ORGANIZAÇÃO INTERNA DA STI 92

FIGURA 40. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE TI 93

FIGURA 41. ÍNDICE DE CAPACIDADE EM GESTÃO DE CONTRATAÇÕES, 2017-2018 100

FIGURA 42. ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO, 2018-2019 100

FIGURA 43. COMPARATIVO DE CONTRATAÇÕES COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE, 2018-2019 102

FIGURA 44. EXECUÇÃO DA DESPESA (EM REAIS – R$) 108

FIGURA 45. DESPESAS PAGAS (EM REAIS – R$) 109

FIGURA 46. EXECUÇÃO E RESTOS A PAGAR (EM REAIS – R$) 109

FIGURA 47. COMPOSIÇÃO DO ATIVO 111

FIGURA 48. DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO (EM REAIS – R$) 116

FIGURA 49. DOAÇÕES INTRA-SIAFI OFFS (EM REAIS – R$) 117



Conselho
Nacional do
Ministério Público